



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE**

MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA

**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ANANÁS, NORTE DO TOCANTINS**

**ARAGUAÍNA, TO
2023**

Maria Marciene Costa da Silva

**Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em Ananás,
norte do Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito a obtenção do título de Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

**Araguaína, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M332a Silva, Maria Marciene Costa da.
Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em Ananás, norte do Tocantins. / Maria Marciene Costa da Silva. – Araguaína, TO, 2023.
140 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2023.
Orientador: Maurício Ferreira Mendes

1. Agricultura urbana. 2. Periurbana. 3. Desenvolvimento Local. 4. Ananás. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA

**Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em
Ananás, norte do Tocantins**

Dissertação apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.


Data de aprovação: 13 / 03 / 2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO FERREIRA MENDES
Data: 04/04/2023 10:42:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, UFNT

Orientador

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO FERREIRA MENDES
Data: 21/04/2023 09:15:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Manoel Calaça, UFG

Membro externo

Documento assinado digitalmente
 LUCIANO DA SILVA GUEDES
Data: 16/04/2023 09:52:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, UFNT

Membro interno

Documento assinado digitalmente
 ELIAS DA SILVA
Data: 13/04/2023 08:29:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Elias da Silva, UFNT

Membro interno

Dedico este trabalho à minha mãe Maria do Socorro Silva da Costa por sempre estar ao meu lado e acreditar em mim, e ao meu pai João Antônio Marques (in memoriam), cujo empenho para que eu e minhas irmãs conseguíssemos estudar sempre esteve em primeiro lugar.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, pela orientação, confiança no meu trabalho, respeito e paciência, por prontamente atender as minhas demandas sempre que o procurei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento indispensável para a realização da presente pesquisa.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins, instituição que disponibilizou a infraestrutura física necessária para a execução desta pesquisa.

Ao professor Dr. João de Deus Leite, que com muita delicadeza e prontidão, se dispôs a esclarecer todas as dúvidas e angústias que surgiram durante o mestrado. Conviver com você foi extremamente agradável, gratidão!

A todos os professores do programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, pelo conhecimento compartilhado, em especial ao Dr. Miguel Pacifico Filho e Dra. Tatiane Marinho, pelas contribuições no processo de construção da dissertação.

Ao Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, seus ensinamentos foram muito importantes para a minha evolução acadêmica, desde a graduação vem contribuindo positivamente para a minha formação.

Ao Prof. Dr. Elias da Silva, pelo apoio concedido durante minha trajetória, acompanhou meus primeiros passos com a pesquisa acadêmica na graduação por meio do programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC), me incentivou a seguir este caminho e hoje tenho a honra de tê-lo na minha banca examinadora de mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Manoel Calaça, membro da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade de participar desse momento importante para a minha trajetória acadêmica.

Deixo meu agradecimento a todos os horticultores que participaram desta pesquisa. Obrigada pela atenção, energia e tempo disponibilizado, foi um apoio indispensável para que esse trabalho pudesse ganhar forma.

RESUMO

As práticas agrícolas urbanas e periurbanas são realizadas em lugares considerando a destinação básica da terra e a condição de quem a pratica, pode ser vista como uma forma de resistência e alusão a cultura dos produtores. Em um contexto mais amplo, refere-se aos segmentos populacionais na maior parte oriundos do campo para as cidades no bojo da criação de macropolíticas que privilegiaram os grandes investimentos para o setor do agronegócio, estimulando a concentração fundiária e a urbanização. Esta pesquisa analisa as particularidades dessa prática na cidade de Ananás sob a perspectiva do desenvolvimento local, verificando as condições socioeconômicas dos produtores, a caracterização dos espaços produtivos, bem como, os desafios e as oportunidades. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujo recorte socioespacial é uma cidade que oferece uma efêmera produção econômica e geração de empregos, ao mesmo tempo, aloja trabalhadores identificados com o campo e com baixa qualificação escolar, para quem a área urbana e entorno, se torna a base territorial de subsistência à prática de cultivo da terra e de criação de animais, vinculando-se a isso uma ressignificação da relação com a terra manifestadas no quintal de casa, no lote do bairro, com a sociedade em geral. Para embasamento teórico-conceitual considerou-se as contribuições de pesquisas sobre a temática, sob a perspectiva do desenvolvimento, verificou-se como as políticas econômicas governamentais podem contribuir para essa discussão, elencando a contribuição de diversos autores fundamentais para compreendermos a importância de pensarmos o desenvolvimento endógeno. Constatou-se nesta pesquisa, que a agricultura urbana e periurbana têm potencial para nutrir iniciativas de desenvolvimento local, desde que a gestão pública busque superar as fragilidades socioeconômicas, priorizando o bem-estar associado a autonomia econômica, política e social.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Periurbana; Desenvolvimento local; Ananás; Tocantins.

RESUMEN

As prácticas agrícolas urbanas y periurbanas se realizan en lugares considerando el destino básico de la tierra y la condición de quienes la practican, puede verse como una forma de resistencia y una alusión a la cultura de los productores. En un contexto más amplio, se refiere a los segmentos de población provenientes en su mayoría del campo a las ciudades a raíz de la creación de macro políticas que favorecieron grandes inversiones en el sector agroindustrial, estimulando la concentración de tierras y la urbanización. Esta investigación analiza las particularidades de esta práctica en la ciudad de Ananás desde la perspectiva del desarrollo local, verificando las condiciones socioeconómicas de los productores, la caracterización de los espacios productivos, así como los desafíos y oportunidades. Esta es una investigación exploratoria, con enfoque cualitativo, cuyo enfoque socioespacial es una ciudad que ofrece una producción económica efímera y generación de empleo, al mismo tiempo, alberga trabajadores identificados con el campo y con baja calificación educativa, para quienes la área y alrededores, se convierte en la base territorial de subsistencia para la práctica del cultivo de la tierra y la crianza de animales, vinculando a ello una resignificación de la relación con la tierra manifestada en el traspatio, en el lote barrial, con la sociedad en general . Para la base teórico-conceptual, se consideraron los aportes de las investigaciones sobre el tema, desde la perspectiva del desarrollo, se verificó cómo las políticas económicas gubernamentales pueden contribuir a esta discusión, enumerando el aporte de varios autores fundamentales para que comprendamos la importancia de pensando en el desarrollo endógeno. En esta investigación se constató que la agricultura urbana y periurbana tiene potencial para nutrir iniciativas de desarrollo local, en la medida en que la gestión pública busque superar las debilidades socioeconómicas, priorizando el bienestar asociado a la autonomía económica, política y social.

Palabras llave: Agricultura urbana; Periurbano; desarrollo local; Ananas; Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Percentual de SAN e dos níveis de IAN nas macrorregiões brasileiras, entre o final de 2021 e início de 2022.....	32
Gráfico 2 - População urbana e rural de Ananás, entre as décadas de 1991 e 2010	75
Gráfico 3 - Renda mensal obtida com a prática agrícola urbana e periurbana.....	93
Figura 1 - Mapa de Localização Geográfica de Ananás (TO)	64
Figura 2 - Mapa de uso e cobertura da terra em Ananás (2022)	69
Figura 3 - Curso de água em área urbana de Ananás, o ribeirão Pica-pau.....	70
Figura 4 - Bairro Periférico de Ananás.....	76
Figura 5 - Ananás, vista aérea da cidade e seu entorno.....	78
Figura 6 - Área central da cidade, Avenida Brasil	80
Figura 7 - Área central da cidade, Avenida Betel.....	80
Figura 8 - Plantação no bairro Central da cidade	82
Figura 9 - Plantação de milho e mandioca no bairro Chapadinha I	82
Figura 10 - Canteiros em lote urbano, bairro Chapadinha II.....	83
Figura 11 - Espacialização da agricultura urbana e periurbana em Ananás.....	86
Figura 12 - Coleta de madeira para a construção de um espaço de reunião.....	89
Figura 13 - Construção de canteiros para o projeto.....	89
Figura 14 - Canteiro de hortaliças na propriedade agrícola urbana 1.....	98
Figura 15 - Cultivo de mandioca em área periurbana cedida para a AU1.....	99
Figura 16 - Cultivo de hortaliças na propriedade agrícola 2	99
Figura 17 - Propriedade agrícola urbana 3	100
Figura 18 - Propriedade agrícola Urbana 4	101
Figura 19 - Criação de galinhas na propriedade agrícola urbana 4	101
Figura 20 - Propriedade agrícola periurbana 5	102
Figura 21 - Horta e criação de galinhas na propriedade agrícola urbana 6	103
Figura 22 - Canteiros na propriedade agrícola Urbana 6.....	103
Figura 23 - Propriedade agrícola Urbana 7	104
Figura 24 - Lago na propriedade agrícola periurbana 5	107
Figura 25 - Vista da feira coberta Raul José Batista, em Ananás.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Multifuncionalidades da Agricultura Urbana e Periurbana.....	27
Quadro 2 – Dimensões da Agricultura Urbana e Periurbana	30
Quadro 3 – Distribuição dos entrevistados por sexo, idade e estado de origem	87
Quadro 4 – Caracterização da produção nas propriedades pesquisadas.....	105
Quadro 5 – Locais de comercialização dos alimentos produzidos nas propriedades.....	108
Quadro 6 – Desafios e oportunidades da AUP em Ananás	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise quantitativa das classes de uso e cobertura da terra de Ananás (2022)	70
Tabela 2 - Estrutura Fundiária de Ananás em 2017	72
Tabela 3 – Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados	91
Tabela 4 – Relação da renda familiar e núcleo familiar	92
Tabela 5 – Condições de moradia dos participantes da pesquisa	95
Tabela 6 - Caracterização da área utilizada para a produção de alimentos	97
Tabela 7 - Caracterização quanto ao número e vínculo das pessoas envolvidas na produção .	97
Tabela 8 - Caracterização da irrigação das culturas utilizadas nas propriedades	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ABORDAGEM CONCEITUAL E CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL.....	21
1.1 O conceito de agricultura urbana e periurbana.....	21
1.2 Multifuncionalidades da agricultura urbana e periurbana	27
1.3 Contexto político-regional brasileiro para pensar a agricultura urbana e periurbana	34
1.4 Limites do discurso do crescimento econômico e a necessidade de pensar o local	42
2 PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA NO BRASIL.....	48
2.1 Experiências em agricultura urbana e periurbana no Brasil.....	48
2.2 A agricultura urbana e periurbana no Tocantins	54
3 CARACTERIZAÇÃO DE ANANÁS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA	63
3.1 Aspectos gerais do município de Ananás.....	63
3.2 Caracterização da cidade de Ananás	78
4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ANANÁS	85
4.1 Os agricultores urbanos e periurbanos de Ananás.....	85
4.2 As unidades de produção pesquisadas.....	96
4.3 Reflexões sobre a agricultura urbana e periurbana na possibilidade do desenvolvimento local em Ananás.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	122
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um estudo da agricultura urbana e periurbana em Ananás, Tocantins, que sugere de início sua singularidade, considerando as características dessa cidade elencadas da seguinte forma: é uma cidade de porte pequeno inserida no contexto regional do norte tocantinense, na Região Imediata de Araguaína;¹ tem um segmento populacional cuja origem está ligada ao campo, para quem a cidade torna-se a base territorial única de subsistência à prática de cultivo da terra e de criação de animais no que se concebe como um novo campo de produção na interface campo-cidade.

Os primeiros registros históricos sobre a área de estudo datam do século XIX e XX quando imigrantes nordestinos ocuparam as terras nas proximidades dos rios e ribeirões, resultando na formação de uma vila cuja subsistência era a prática camponesa, no local onde atualmente se localiza a sede municipal. Justifica-se essa origem com a atualidade, em que o campo se moderniza com a pecuária provocando escassez de terra para o cultivo de alimentos; fluxos migratórios de camponeses para a cidade, a qual torna-se uma espécie de reduto para a agricultura urbana como fonte de subsistência.

O município de Ananás possui uma alta concentração fundiária além de poucas oportunidades sociais, como as escassas possibilidades de trabalho e renda, Lopes (2018) caracteriza Ananás como uma cidade que se firma a partir da superexploração do trabalhador nas fazendas, sendo a agropecuária, uma das atividades econômicas que mais gera emprego informal. Chamamos atenção para o fato de que o norte tocantinense está sendo tomado por fazendas de pecuária, mas, também, eucalipto, teca e outros monocultivos como os mais novos projetos econômicos modernizadores.

Justifica-se esta pesquisa em Ananás, na medida em que se conhece este município no contexto regional do norte tocantinense, em que os conflitos referentes à terra, tem deixado ao longo do tempo marcas de morte e de espoliação, bem como a ocorrência de escravidão por dívida (LOPES, 2018), situação que por certo, perpassa a vida de moradores, como os agricultores urbanos de Ananás.

O interesse em estudar as práticas agrícolas presentes na área urbana de Ananás, passa pela discussão proposta por Fernandes (2018), para quem que o urbano não se associa unicamente as metrópoles ou áreas mais densamente povoadas, é preciso considerar as cidades

¹De acordo com a divisão regional do Brasil publicada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Imediata de Araguaína compreende 21 municípios, sendo Ananás um deles. A satisfação das necessidades imediatas dessa população passa pela influência urbana de Araguaína (TO), cidade distante aproximadamente 119 km, e que oferece o acesso aos bens de consumo duráveis e não duráveis, trabalho, serviços de saúde, educação e prestação de serviços públicos.

pequenas nas pesquisas acadêmicas, tendo em vista que estas não são isoladas do contexto geral de urbanização brasileira. As relações capitalistas fortemente influenciadas pelo governo brasileiro na década de 1930 em diante, repercute em todo o território nacional trazendo consequências negativas no bojo da globalização econômica (SANTOS, 2006).

A modernização e a urbanização são colocadas como os principais fatores da presença da agricultura nas áreas urbanas, enfatiza-se que ambos os processos, por não serem característicos apenas das metrópoles brasileiras, apresentam-se em Ananás onde há a instalação de alguns segmentos de modernização do campo nas fazendas que constituem a área territorial maior do município e nas áreas destinadas para a produção de eucalipto, o que interfere na dinâmica da cidade, *locus* de moradia da maior parte da população (SANTOS, 2006).

É comum estudos sobre a agricultura urbana e periurbana nas metrópoles, nas grandes e nas médias cidades, porém, é necessário que ganhe destaque em pesquisas acadêmicas voltadas para a realidade das cidades pequenas, como é o caso de Ananás². Essa prática, pode ser associada a uma forma estratégica de organização social e produtiva dessa população diante da incipiência das políticas públicas para esse segmento, ao mesmo tempo que se tem uma valorização do agronegócio combinado a modernização do campo, sobretudo nas últimas décadas quando se trata do extremo norte do Tocantins³.

A agricultura urbana e periurbana, como uma nova forma de produção, tem sido colocada pelos estudiosos como uma racionalidade e equação quanto à gestão da cidade, associada as práticas de produção de alimentos, de transformação da paisagem, de gestão ambiental e de qualidade da produção, oferecendo produtos mais frescos e próximos ao consumidor, geração de emprego e de renda, seja como complemento, até mesmo como renda básica familiar (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Configura-se como uma fonte de renda quando articulada com a comercialização, seja em feiras livres, mercados, nas ruas das cidades, de porta a porta ou no lugar da produção. Tem importância no âmbito local, pois também confere saúde aos consumidores quando o cultivo de

² Considerando o levantamento teórico feito por Fernandes (2018) sobre as pequenas cidades brasileiras, entende-se que Ananás assim pode ser classificada, tendo em vista a sua capacidade de responder às necessidades vitais mínimas da sua população, no entanto, apesar de está condicionada a Araguaína (TO), apresenta algum grau de influência em relação a outras cidades próximas, como Angico e Riachinho.

³ A silvicultura do eucalipto é recente no Tocantins, Carvalho *et al.* (2019) demonstram que os primeiros plantios surgiram em 1999 em uma propriedade de 13 hectares, os mais expressivos surgiram em 2004 quando aumentou para 16.373 hectares distribuídos em quatro propriedades, mas foi a partir de 2010 que ocorreu uma expansão dessas áreas. Guedes e Trindade Junior (2021) demonstram que no norte do estado, na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, foi constatado a expansão das fazendas de eucalipto entre os anos de 2010 (28.000 ha) e em 2020 (93.000 ha), um crescimento acima de 300%. O recorte socioespacial desta pesquisa está incluído nesses dados, respondendo pelo montante de 4.317,28 ha no período mencionado.

alimentos se baseia na agroecologia, ou no uso de inseticida natural fazendo com que o alimento seja livre de agrotóxicos.

O município, em consonância com outros órgãos, sejam eles estaduais ou federais, pode contribuir com a redução das desigualdades sociais e econômicas, sendo fundamentais a criação de iniciativas e políticas que estimulem o desenvolvimento local (ALBURQUERQUE, 2004). Nesse caso, a agricultura urbana e periurbana aparece como um meio de valorização de uma cultura facilmente de ser percebida na cidade de Ananás, não obstante, as iniciativas não devem ser revertidas em estratégias dominantes no bojo da elite local.

Posto isto, enfatizamos outro aspecto que evidencia o interesse por pesquisar a agricultura urbana e periurbana nesse recorte socioespacial, a trajetória de vida da pesquisadora, que é filha de trabalhadores rurais, nascida em Ananás, residindo até o momento em que precisou buscar outros meios de vida que não fosse o trabalho nas fazendas ou no comércio do município, necessitando, assim como tantos outros jovens ananaenses, se deslocar para a cidade média de Araguaína (TO) em busca de melhores condições de emprego, renda e educação, momento em que foi apresentada a ciência geográfica, um divisor de águas.

Por meio da educação, esta percebeu que a história de sua família, imigrantes nordestinos residentes em Ananás desde a década de 1970, cuja trajetória de exclusão social, trabalhos análogos a escravidão, repercutiram na sua história e condição de vida. São vivências que não são exclusivas da pesquisadora, tendo em vista que a formação de Ananás envolve a espoliação e a exclusão do acesso aos recursos naturais, como a terra. Então, trata-se de uma dissertação que traz em sua essência a experiência de vida de uma grande parcela da população que têm marcas como estas fixadas na sua história.

A partir desta problemática e justificativa, apresenta-se as seguintes questões norteadoras desta investigação: como a agricultura urbana e periurbana é contextualizada, em âmbito do Brasil, considerando questões como a apropriação da terra e o processo recente de urbanização? Como conceber a agricultura urbana e periurbana nessa cidade, como desafios e potencialidades ao desenvolvimento local? Qual a contribuição da agricultura urbana e periurbana para o desenvolvimento local de Ananás, sob a perspectivas dos participantes da pesquisa?

Nesse sentido Milton Santos (2006) traz importantes contribuições, ao afirmar que a dimensão histórica é essencial para pensar na complexidade dos acontecimentos recentes; a agricultura urbana expressa a relação entre o lugar e o cotidiano, marcado pelos contrastes entre racionalidades paralelas; têm-se um segmento que se dedica a produção de alimentos em pequena escala, motivados pelo lazer, pela necessidade de sustento da família, pelas heranças

históricas, apontando caminhos alternativos diante das consequências das políticas de privilégios concedidos historicamente aos grandes empreendimentos, ao agronegócio, aos latifundiários e às instituições, por meio de políticas desenvolvimentistas excludentes.

Pensando nessas abordagens, que o objetivo geral deste trabalho foi analisar a agricultura urbana e periurbana na cidade de Ananás sob a perspectiva do desenvolvimento local e verificar de que forma se dá as suas particularidades nessa cidade.

Para isso, foram delimitados três objetivos específicos: 1) discutir e problematizar o conceito de agricultura urbana e periurbana, sua conexão com o contexto das políticas econômicas brasileiras com foco na região norte; 2) caracterizar a agricultura urbana e periurbana em Ananás considerando o nível de organização social, estratégias de produção e comercialização realizada pelos agricultores urbanos, e; 3) abordar perspectivas para a agricultura urbana e periurbana em Ananás sob a ótica dos agricultores urbanos contribuindo com o diagnóstico das potencialidades e desafios locais de desenvolvimento.

Como hipótese, afirmamos que o estudo da agricultura urbana e periurbana em Ananás leva a considerar questões como a concentração da distribuição da terra, em que a modernização do campo tem sido fator de explicação dos movimentos migratórios campo-cidade, exigindo assim, que novas políticas sejam criadas em favorecimento a essa modalidade de produção, numa perspectiva inclusiva dos segmentos sociais que se dedicam a produção de alimentos na cidade e entorno.

Na perspectiva de confirmação da hipótese proposta, é necessária uma fundamentação a partir de uma vertente dialética, na medida em que confrontam-se as leituras e diálogos em aproximação ao campo (GIL, 2008), verificando de que forma as contradições processuais se confirmarão, quais sejam, contrastes sociais, considerando acumulação de riqueza e pobreza em Ananás, município que concentra grandes áreas de pecuária moderna, de silvicultura do eucalipto, mas também um contingente populacional marcado por trajetórias de pobreza e exclusão.

Esta pesquisa traz aspectos de cunho histórico dialético, Marconi e Lakatos (2003, p. 107) afirmam que a atualidade ostenta características de um contexto cultural histórico de uma determinada época, assim o método histórico dialético “[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje [...]”. De acordo com Gil (2008), os acontecimentos não podem ser entendidos de forma isolada, é preciso considerar as influências da economia, da política e da cultura, ou seja, as mudanças qualitativas da sociedade e que de algum modo interferem na área de estudo.

O viés dialético ampara-se nos múltiplos fatores que interferem na realidade pesquisada, Frigotto (2008) chama atenção que os esforços das pesquisas devem ser constantes, já que o conhecimento é dinâmico, incompleto e nenhum pesquisador consegue esgotar uma temática, apesar de contribuir, em algum grau, por meio de um estudo crítico sobre um determinado objeto de investigação.

Pensando nisso, os aspectos de cunho histórico dialético referem-se às práticas socioespaciais no que diz respeito à agricultura urbana e periurbana, em que o poder público local – Estado local – segundo depoimentos dos participantes, pouco ou nada se preocupa em dar assistência, nem mesmo dispensando o mínimo de equipamentos públicos em benefícios dessa prática. Ao contrário, segundo os mesmos, o segmento produtor de fazendeiros ou da elite tem no Estado local, um aliado sempre pronto ao atendimento, viabilizando situações como equipamentos e infraestrutura.

Esse método contribui com a discussão sobre a agricultura urbana em Ananás, relacionado a uma série de eventos sociais que se evidenciam em diversas contradições que podem ser vistas nessa cidade atualmente, como a presença da agricultura camponesa no espaço urbano de um município cuja estrutura fundiária é excludente e voltada para a criação bovina. É com base neste rápido contexto, que entendemos e necessidade dessa vertente, já que o objeto de estudo faz opção pelos segmentos menos favorecidos, mas nem por isso menos importantes. Estes segmentos é que vivem o lugar, trabalham nele, lutam em suas vidas e nele almejam se desenvolverem.

Diante disso, enfatizamos que se trata de uma pesquisa exploratória, cujo ponto de partida é uma abordagem qualitativa da agricultura urbana e periurbana na área de estudo. Gil (2008, p. 27) classifica as pesquisas exploratórias como aquelas realizadas quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas. Assumimos esse tipo de pesquisa uma vez que existem poucos estudos sobre essa temática no contexto desse recorte socioespacial.

A pesquisa exploratória possibilita a realização de um planejamento flexível, desse modo, a fim de responder as questões levantadas no trabalho, focando nas peculiaridades da área de estudo e dos participantes da pesquisa, abordamos e discutimos na sequência, os procedimentos metodológicos utilizados para chegarmos aos resultados (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2008).

Este trabalho se baseou em dados secundários, que se constituíram por meio de um levantamento bibliográfico e de dados oficiais baseados em livros, artigos de revistas científicas, notícias publicadas em jornais impressos e/ou digitais) (GIL, 2008). Esses dados

foram elucidados no decorrer de cada capítulo, com intuito de dar embasamento teórico a discussão.

Dados primários também se configuraram como essenciais, foi utilizado questionário, entrevista, registros fotográficos e elaboração cartográfica. O uso de dados primários tem o propósito de conseguir informações voltadas para a estrutura social do grupo de pessoas pesquisadas, através da coleta direta e da observação realizada durante um levantamento (GIL, 2008).

Neste sentido, primeiramente foram delimitados os critérios de inclusão dos participantes, considerando assim as seguintes características: produzir/comercializar alimentos na cidade de Ananás e seu entorno, destes só poderia participar da pesquisa quem tivesse idade maior que 18 anos e demonstrasse de forma livre e espontânea o interesse na participação.

As propriedades onde há produção de agricultura urbana e periurbana foram identificadas inicialmente por meio do conhecimento da área de estudo por parte da pesquisadora, e posteriormente utilizou-se a técnica metodológica *Snowball* ou Bola de Neve, configurando-se como uma via significativa para a execução da pesquisa de campo, consistindo por meio da indicação dos próximos entrevistados a partir dos primeiros, ou seja, uma cadeia de informantes (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

O momento de identificação culminou com a pandemia da Covid – 19⁴, mesmo após o período de quarentena recomendado pela OMS, dificultando o contato e a coleta de dados junto aos agricultores urbanos. Dessa forma, foram identificadas um quantitativo de 14 unidades de produção e a abordagem de 8 proprietários, essa etapa possibilitou a espacialização da agricultura urbana e periurbana em Ananás por meio da imagem de satélite do *Google Earth*.

Posteriormente, os procedimentos para a coleta de dados foram definidos, optando pelo uso de questionário (Apêndice A) e entrevista semiestruturada (Apêndice B), técnicas que para Prodanov e Freitas (2013) se constituem como uma relevante forma de levantamento de dados primários, valorizando a importância da descrição verbal dos informantes.

Quanto ao questionário, sua elaboração teve como intuito verificar a distribuição dos pesquisados em relação ao seu perfil socioeconômico e existência de políticas públicas para a agricultura urbana no âmbito local, contendo perguntas de múltipla escolha com a possibilidade

⁴ Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no final do ano 2019 foram registrados casos de doenças respiratórias causadas por um vírus altamente contagioso, que ficou conhecido como o novo coronavírus ou SARS-CoV-2, a doença se espalhou pelo mundo causando uma pandemia. No Brasil, foram registrados até novembro de 2022 um total de 34,8 milhões de casos e 688 mil mortes, a pandemia da COVID-19 atingiu a população brasileira num momento de escassas políticas sociais, de cortes de verbas da educação e ciência.

do respondente optar por uma ou mais alternativas. Já as entrevistas tiveram o papel importante na obtenção de informações dos entrevistados sobre os motivos de praticar a agricultura urbana na cidade e perspectivas no que toca a importância das suas atividades laborais para o município de Ananás.

Quanto as entrevistas, ressalta-se que as respostas foram registradas por meio de gravação, segundo Gil (2008), esse tipo de registro só deve ser feito a partir do consentimento do entrevistado. Foi apresentado para os participantes um termo de autorização de uso de imagem e voz (Anexo C), no caso de não aceitabilidade de gravação, foi solicitado uma autorização para realizar as anotações durante, ou após a entrevista.

Ressalta-se também que a entrevista tem natureza confidencial, ou seja, a utilização e divulgação das informações não utilizam os nomes oficiais dos entrevistados, em concordância com as orientações de Gil (2008). Assim, os participantes foram identificados neste trabalho pela abreviação de Agricultor Urbano (AU) seguido do número indicativo da sequência em que a identificação das propriedades aconteceu, exemplo: “AU1”, “AU2”, e assim em diante. Após a entrevista, seguiu-se com o registro fotográfico, cujo objetivo foi trazer informações ilustradas para esta pesquisa.

Dos oito proprietários que se propuseram a participar da coleta de dados, um deles seguiu apenas até o final primeira etapa da pesquisa, a aplicação do questionário; é importante ressaltar que não houve desistência, o fato se deu em função das consequências da pandemia da Covid-19. Destaca-se também que não foi possível proceder com o registro fotográfico em um dos locais pesquisados, tendo em vista que o proprietário, por ausência de espaço para o cultivo, decidiu dar uma pausa na produção.

Ressaltamos a importância desses dados para a construção desta pesquisa, e que a coleta se amparou nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), utilizando dos protocolos de distanciamento de 1,5 metros ao contatar os entrevistados, uso de máscara e álcool. E seguindo as orientações do Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins, que autorizou a coleta de dados por meio do Parecer Consubstanciado do CEP/UFT N° 5.591.445 (Anexo A).

Quanto a elaboração dos dados cartográficos, que são um recurso ilustrativo e informativo importante pelo valor de localização e contextualização territorial em escalas local, estadual e brasileiro, foi construído um mapa da área de estudo utilizando os arquivos formato shapefile (shp) disponíveis gratuitamente no site do IBGE e da SEPLAN/TO relativos ao ano de 2020, a elaboração dos layouts foram realizadas no *Quantum GIS* versão 3.18.

Foi elaborado um mapa de uso e cobertura da terra em Ananás considerando as seguintes classes temáticas: água, agricultura, cobertura vegetal e pecuária. Foram utilizadas imagens do ano de 2022, do satélite Landsat-8, sensor Operacional Land Imager – OLI, sendo estas adquiridas de forma gratuita no web site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As imagens possuem as seguintes órbitas/pontos: 222/64 e 223/64, com resolução de 30 metros e foram extraídas no mês de junho de 2022.

Na primeira etapa de criação do mapa de uso e cobertura da terra, o Sistema de Informações Geográficas Spring, versão 5.4.3 foi utilizado para o processamento das imagens, elaborando-se um Banco de Dados Geográficos (BDG) com a utilização do sistema de coordenadas métricas (UTM), além do Datum SIRGAS 2000 (CÂMARA *et al.*, 1996). A área de estudo está localizada totalmente no fuso 22 Sul. As imagens de 2022 foram importadas para o BDG e utilizadas para o georreferenciamento das cenas.

No processo de classificação das imagens levou em consideração os elementos presentes na área de estudo, como localização de área que continham as classes de cobertura vegetal e uso da terra, padrão, cor, forma e textura (FLORENZANO, 2011). Em seguida, na segunda etapa, as cenas foram mosaicadas, sendo estas recortadas pelo arquivo vetorial da área de estudo em formato shapefile (shp).

Depois de concluída esta etapa, iniciou-se a classificação propriamente dita, sendo necessário utilizar o método supervisionado com uso do classificador Bhattacharya, com limiar de aceitação em 99,9%, o que possibilitou que o mapeamento fosse executado para as classes temáticas e a conversão matriz-vetor. Os arquivos contendo as categorias cobertura vegetal e uso da terra no SIG Spring foram exportados para o QGIS versão 3.18, neste SIG foram elaborados os layouts dos mapas e quantificados os valores que cada classe temática apresentou no ano de análise.

Tanto os dados primários como os secundários foram sistematizadas e organizadas no texto sob as várias formas, como a escrita propriamente dita; as imagens (*in loco*) cujo caráter foi oferecer informações ilustradas, daí o valor de sua composição ao texto; as tabelas que se fizeram necessárias foram construídas utilizando o programa *Microsoft Word*, para os gráficos utilizou-se o programa *Microsoft Excel*, que serviram como ilustração numérica para a melhor visualização, leitura e compreensão da área de estudo.

Os dados coletados foram consubstanciados em quatro capítulos, obedecendo a seguinte sequência: o primeiro traz uma abordagem conceitual e teórica do contexto da agricultura urbana e periurbana, mais as multifuncionalidades desta; também traz o enfoque panorâmico das políticas desenvolvimentistas em geral e no norte do Brasil.

No segundo capítulo abordou-se experiências de agricultura urbana e periurbana no Brasil, em âmbito metropolitano como em Goiânia, cidades médias como Cascavel no Paraná; e particularmente no Tocantins, em cidades como a capital Palmas, Araguaína, Gurupi, Augustinópolis e Ananás, com intuito de perceber como essa prática se materializa nos diversos contextos do país.

O terceiro capítulo traz a caracterização de Ananás, tanto por meio do mapeamento em imagem de satélite, numa visão panorâmica, como também descrições com base em fotografias. Assim, esse capítulo tem a intenção de engajamento das observações de campo, na medida em que mapeia as mazelas socioespaciais do município que repercutem diretamente na cidade de Ananás e na agricultura urbana e periurbana.

O quarto capítulo, faz uma abordagem da agricultura urbana e periurbana na cidade a partir de iniciativas de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Direitos Humanos (CDH) pensando no bem-estar social de famílias sujeitas a trabalhos análogos à escravidão em Ananás. O leitor verificará os encaminhamentos dos dados de campo, tanto quanto ao primeiro momento de contato junto aos participantes onde foi respondido o questionário, quanto ao segundo momento com as entrevistas.

1 ABORDAGEM CONCEITUAL E CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL

Neste capítulo, buscou-se fazer uma aproximação conceitual sobre a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) para pensar o contexto particular de Ananás. Trata-se do arcabouço necessário para conduzir o pesquisador a olhar esse fenômeno para além de um contexto metropolitano como no geral tem sido tratado, chamando atenção de forma crítica para a necessidade de estudos voltados para as diversas realidades brasileiras em suas particularidades.

Para tanto, visitou-se o conceito e funções da AUP a partir das concepções da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 1999), Machado e Machado (2002), Nakamura e Ranieri (2021), Mougeot (2000), Santandreu e Lovo (2007), Curam e Marques (2021) e Tornaghi (2014), exprimindo por meio dessas leituras a complexidade, abrangência e a necessidade de incorporar variáveis a este conceito.

Para examinar a AUP, é necessário verificar como as políticas econômicas governamentais podem contribuir para a discussão crítica, nesse sentido, Costa (1991), Bresser-Pereira (1974), Ianni (1977), Moraes (2008) e Furtado (1974), são autores essenciais para analisar algumas políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil a partir de 1930, e que revelam a ambição de grupos e classes sociais abastadas dentro do sistema econômico brasileiro.

O propósito de fazer uma abordagem contextual dessas políticas, passa pela necessidade de relacioná-las ao objeto de estudo da presente pesquisa, uma vez que as decisões do Estado, ao deixar marginalizados segmentos populacionais como os camponeses, horticultores e mulheres do campo compõem grande parte da população brasileira, particularmente, a realidade de Ananás.

1.1 O conceito de agricultura urbana e periurbana

No dia 25 de janeiro de 1999, em uma sessão realizada em Roma, a Comissão para a Agricultura (COAG) da FAO discutiu temas pertinentes à agricultura no início do novo milênio. Por ser um fenômeno em constante expansão nos países emergentes, a agricultura urbana e periurbana foi uma das temáticas objeto da discussão, na qual destacou-se o potencial de produção de alimentos nas cidades e a importância da implementação de políticas públicas e planejamento para essa atividade crescente.

O Comitê de Agricultura da FAO (COAG), entende que a Agricultura Urbana (AU) refere-se a pequenas áreas da cidade onde são produzidos alimentos para o consumo e para a comercialização, podendo ser considerada periurbana quando o local da produção não é na

cidade, mas é próximo ao centro urbano. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é a junção desses dois termos, caracterizada pelas práticas agrícolas na cidade e em seu entorno, onde os recursos naturais do território, como a terra, a biodiversidade e a água são utilizadas exigindo mão de obra para sua manutenção (FAO, 1999).

El territorio comprendido dentro de los límites oficiales de una ciudad varía enormemente entre países y puede estar más o menos edificado; del mismo modo, las zonas “periurbanas” en torno a las ciudades abarcan desde las de alta densidad de población hasta las poco pobladas. La distinción entre zonas “urbanas” y “periurbanas” depende de la densidad, los tipos y las modalidades de uso de la tierra, que determinan las limitaciones y oportunidades para la agricultura (FAO, 1999, p. 4).

Nessa conferência, foram destacados elementos importantes para pensar a AUP no ponto de vista conceitual e prático, primeiro, enfatiza-se a distinção entre os limites da cidade no ponto de vista das singularidades do lugar (cidades densamente povoadas ou não), segundo os padrões do uso da terra como fatores determinantes para distinguir as oportunidades e os riscos dessa prática.

As oportunidades incluem o acesso aos mercados consumidores que possibilitam a redução da necessidade de embalar, armazenar e transportar alimentos; geração de emprego e renda; acesso direto ao alimento, em alguns casos incluem a venda porta a porta ou no local onde é produzido; disponibilidade de alimentos frescos e perecíveis.

Os riscos incluem o ambiental, dependendo da forma como essa atividade é desenvolvida, pode haver um desequilíbrio proveniente da prática inadequada; aumento da competitividade por terra e água; redução da capacidade do ambiente de absorver poluição, se esta for praticada utilizando agrotóxicos ou fertilizantes químicos (FAO, 1999).

Em um documento elaborado por Machado e Machado (2002), com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a AUP é vista como fonte de benefícios ecológicos para a cidade, trazendo vantagens para a saúde da população ao reduzir a proliferação de vetores transmissores de doenças, como a dengue e a febre amarela, mas ressalva-se a essencialidade de um diagnóstico do uso da terra em ambientes urbanos para que as áreas impróprias para o cultivo não sejam utilizadas.

Os autores traçam o limite da área intraurbana e periurbana estabelecendo uma distância entre elas como método para identificar e conceituar a AUP, assim, consideram que as áreas intraurbanas podem ser individuais, coletivas ou públicas, são todos os espaços onde é realizada atividade agrícola na cidade.

A área periurbana localiza-se próxima à cidade num raio de 10 km a 90 km de distância, também a consideram como uma resposta a realidade dos lugares diante da necessidade de

promoção de um equilíbrio social, com características ligadas ao manejo da biodiversidade (MACHADO; MACHADO, 2002).

A definição proposta no documento da Embrapa onde a distância de 10 a 90 km é parâmetro para definir áreas periurbanas, não condiz com a realidade das cidades tocantinenses que em alguns casos se situam próximas umas das outras. Levando em conta a localização do recorte socioespacial deste estudo, percebe-se essa limitação conceitual, visto que Ananás é distante apenas 12 km de Riachinho (TO), 28,5 km de Angico (TO), 39 km de Cachoeirinha (TO) e 77 km de Xambioá (TO), nota-se que é um conceito pensado para uma realidade que não se encaixa às especificidades das cidades tocantinenses aqui apresentadas.

O conceito de AUP tem peculiaridades implícitas em seu significado, variando de acordo com a forma como é produzido os alimentos, seja em pequenos, médios ou grandes espaços; em alguns casos pode contar com a utilização de insumos para otimizar e aumentar a produtividade, ainda pode ser considerada como uma prática de subsistência com base agroecológica, complementada com a comercialização.

Como bem ilustrado por Nakamura e Ranieri (2021) em um estudo sobre a agricultura urbana e sua relação com a saúde e bem-estar, as atividades agrícolas praticadas nos interstícios espaciais das cidades possuem várias classificações. Quanto à forma de produção, cita-se a agricultura urbana convencional, aquela que utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos; a hidropônica, onde a água somada a adição de nutrientes ou fertilizantes, são os principais recursos para o desenvolvimento dos produtos cultivados; há também a produção conhecida como aerofonia, onde a planta fica suspensa no ar e a pulverização de água com nutrientes é feita diretamente no sistema radicular.

Nakamura e Ranieri (2021) destacam também a existência de práticas fundamentadas na preocupação com os aspectos de ordem social, ambiental e econômico, citando a agricultura urbana orgânica e a agroecológica.

A agricultura orgânica não utiliza agrotóxicos e fertilizantes químicos, e busca formas de manejo e produção que sejam naturais, sustentáveis e não prejudiciais ao meio ambiente e ao agricultor. A agroecologia vai além de um conjunto de práticas que podem ser comuns à agricultura orgânica – por exemplo, reciclagem de nutrientes e energia, melhoria da matéria orgânica e atividade biológica, diversificação das espécies de plantas, integração de culturas – e valoriza os conhecimentos tradicionais dos agricultores e comunidades locais, em relações mais horizontais. Essas relações operam no âmbito da esfera local, ou seja, privilegiam-se os mercados mais próximos e menores, a fim de diminuir os custos com transporte e as emissões de CO₂ e, ainda, de reduzir o número de intermediários da cadeia, aproximando o produtor do consumidor [...]. Portanto, na agroecologia, há uma preocupação com os aspectos social, ambiental e econômico. Além de não utilizar agrotóxicos e fertilizantes, aquele que pratica esta forma de cultivo também deve auferir renda que lhe possibilite condições dignas de vida e ter o seu trabalho e produtos (NAKAMURA; RANIERI, 2021, p. 17-18).

Após esse breve excuro, os autores concebem a agroecologia como uma forma interessante e alternativa à produção em escala industrial no que se refere as práticas ambientais consideradas saudáveis e benéficas para o ambiente. Além do cultivo de uma maior variedade de espécies, é uma prática agrícola característica de um sistema tradicional camponês, bem diferente do que ocorre com a monocultura da soja, do milho, do eucalipto, cuja produção é destinada ao mercado industrial.

Entre as pesquisas voltadas para o tema, destaca-se a contribuição de Santandreu e Lovo (2007) que estudaram a AUP em 11 regiões metropolitanas brasileiras, abrangendo um panorama regional geral do Brasil, desde o litoral Sul, Sudeste, Nordeste, mas também nas regiões Norte (Belém) e o Centro-Oeste (Brasília e Goiânia), citando-os diretamente nos detalhes que abrangem o conceito:

A AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 11).

A citação ora apresentada, expressa a abrangência inerente ao conceito da AUP, sua complexidade, confirmando-a como um conceito em construção, abre também a necessidade de ampliação dos estudos que se proponham a oferecer contribuições no sentido que se consolidem como políticas públicas de desenvolvimento local, seja numa média ou grande cidade, numa região metropolitana, mas também, nas pequenas cidades brasileiras.

Santandreu e Lovo (2007) incorporam o leque ou o universo dos segmentos da sociedade que a praticam:

A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática à disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente. Destacamos o envolvimento de grupos vulneráveis como: mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças, jovens e idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais entre outros (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 12).

Apresentando o mosaico espacial urbano de uso do terra em que se pratica a AUP, esses autores utilizam um leque definidor quantitativo e qualitativo que estabelece as tipologias das práticas em espaços característicos como: lotes vagos, terrenos particulares, lajes de tetos residenciais, quintais residenciais, áreas em conjuntos habitacionais, em espaços públicos, em áreas verdes urbanas como praças e parques; em instituições, edifícios públicos e privados;

unidades de conservação como áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas; também em áreas de risco como aterros sanitários.

Forster, Hussein e Mattheisen (2015) também definem que essas práticas agrícolas incluem sistemas de produção variantes de acordo com a localidade, tipos de produtos, escalas de produção e tecnologia empregada. Partindo da abordagem dos Sistemas Alimentares Urbano-Regional (SAUR), consideram que em qualquer cidade existe uma combinação de diferentes meios de fornecimento de alimentos, como a dependência de fazendas; de produções localizadas nas proximidades das áreas intraurbanas; de alimentos vindos de outras cidades, estados ou regiões; destacando assim, a importância dos sistemas urbanos de abastecimento para a organização do espaço produtivo.

Os sistemas alimentares urbano-regionais abrangem os processos ligados à produção, transformação, distribuição, comercialização, aquisição e consumo, esse conjunto de atividades ao mesmo tempo interage com o transporte, habitação ou emprego, numa dinâmica que não exclui as pequenas e médias cidades. É uma forma de atender os diversos protagonistas responsáveis pelas práticas agrícolas na cidade num contexto onde o sistema alimentar é influenciado pela lógica mercadológica da industrialização (FORSTER; HUSSEIN; MATTHEISEN, 2015).

O canadense Luc Mougeot (2000) é um pesquisador que vem ganhando destaque por buscar uma definição mais ampla e complexa para pensar esse fenômeno nas cidades, afirmando que é equivocado atribuir um conceito unilateral ou dissociado das questões sociais, tendo em vista que se trata de um conceito dinâmico, exigindo assim, ser trabalhado e retrabalhado considerando as particularidades dos lugares onde está presente.

Mougeot (2000) afirma que é necessária uma evolução nos estudos sobre essa temática, tendo em vista a complexa teia de fatores que estimulam as atividades agrícolas na cidade e a necessidade de compreender a realidade, observou em suas pesquisas que as interpretações sobre a AUP presentes na literatura, direcionam a definição a um conjunto de elementos que devem ser associados a outros conceitos. No geral, as dimensões mais utilizadas envolvem a localização intraurbana ou periurbana, o tipo de área onde é praticada, a escala ou sistema de produção, os tipos de produtos alimentícios ou não, e o destino da produção.

A interpretação que considera a localização de áreas é motivo de críticas pela necessidade de lapidar as pesquisas sobre a temática mediante a sua capacidade de lidar com diversos desafios do desenvolvimento. Voltando-se para as categorias de estudo apresentadas por Mougeot (2000), há um conflito conceitual relacionado a imprecisão da localização,

conforme verifica-se quando há uma tentativa de aproximação entre o conceito proposto no documento da Embrapa e a realidade das cidades tocantinenses.

De acordo com Mougeot (2000) essa prática tende a ser menos valorizada no bojo da industrialização/urbanização, processos que fazem com que as práticas agrícolas urbanas percam espaço para outras mais rentáveis, a saber, a produção em grandes áreas destinadas ao mercado externo, uso de agrotóxico nas plantações integrando uma cadeia votada para a fabricação de alimentos processados.

Desta forma, é necessário ampliar os estudos que sugerem compreender ou analisar as singularidades dessa prática, Mougeot (2000) explica que:

We should expect interaction between the UA concept's internal and external planes to drive its evolution and renew its usefulness. Only in this way can the UA concept provide a yardstick, against which to identify empirical manifestations and gauge how these may reflect the concept. at any given time or location (e.g.: the operational translation of the UA concept should enable us to grade specific agricultural activities observed in particular urban areas). Many distant representations of the concept may never materialize themselves as close ones, while others may do so over time and space. A conceptual yardstick is fundamental, as policy and technology interventions need first and foremost to identify meaningful differences and gradations, if they are to better assess and intervene with appropriate means for promotion and/or management of UA (MOUGEOT, 2000, p. 5).

As pesquisas sobre as atividades agrícolas urbanas tornam-se relevantes para a realidade da área de estudo, considerando que este conceito tem uma identidade própria, com a valorização das manifestações empíricas por meio da coerência interna e funcionalidade externa. Por coerência interna, entende-se a necessidade dessa variada abordagem conceitual integrar e subordinar-se a uma discussão mais ampla, baseada nas experiências do lugar estudado, ter a sensibilidade para perceber que o fenômeno em questão sofre uma variação por questões regionais e locais, nesse sentido, permite pensar se a AUP é o que denominamos, ou se é assim que queremos qualificá-la (MOUGEOT, 2000).

Sabendo que o conceito é abrangente cabe aos pesquisadores fortalecê-lo, integrando as análises aos temas relacionados, como é o caso do desenvolvimento regional, local e a agricultura camponesa; a coerência externa é como esse fenômeno se posiciona diante desses e de outros temas subjacentes, muitas vezes deixados de lado subestimando o caráter crítico e essencial nos estudos.

Essa contribuição é muito importante porque chama atenção para certas imprecisões e desafios que os pesquisadores enfrentam ao trabalhar com um conceito em construção. Constatar as limitações teóricas-conceituais sobre a AUP é apenas um primeiro passo para extrair lições de como estudar esse fenômeno e estreitar as relações entre a teoria e a prática.

Apesar do conceito não está categoricamente estabelecido, surgem diversas interpretações envolvendo as suas funcionalidades para a sociedade, conforme será abordado adiante.

1.2 Multifuncionalidades da agricultura urbana e periurbana

É possível afirmar que a AUP se manifesta por meio de várias funcionalidades que perpassam pela questão social, política, econômica, cultural e ambiental; no âmbito conceitual apresenta uma extensa possibilidade de diálogos com diversas áreas, trata-se de um conceito que tem características próprias e ao mesmo tempo adquire interpretações distintas dependendo do olhar do pesquisador.

O alcance da AUP vai além da questão econômica, perpassa por várias dimensões da sociedade dada a teia de funções atribuídas a essa prática; há uma diversidade de agriculturas urbanas, realizadas com diferentes propósitos e motivações. Para demonstrar essa multifuncionalidade recorreremos novamente ao levantamento realizado no Brasil por Santandreu e Lovo (2007), cujas funções da AUP estão resumidas no quadro 1.

Quadro 1 – Multifuncionalidades da Agricultura Urbana e Periurbana.

Cidade produtiva	Desenvolvimento econômico local Economia Popular Solidária Combate à pobreza Políticas de geração de trabalho e renda Comércio justo
Cidade ecológica	Gestão territorial e ambiental das cidades Diminuição dos desequilíbrios ecológicos Uso social do espaço Gestão de resíduos sólidos Uso de águas residuais tratadas e de chuva,
Cidade inclusiva	Respeito a diversidade social e cultural Atenção a grupos considerados de condição vulnerável Governabilidade participativa
Cidade que promove a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	Políticas de combate à fome Disponibilidade e acesso aos alimentos

Fonte: Santandreu e Lovo (2007). Org. SILVA, M. M (2022).

No geral, as multifuncionalidades organizadas no quadro 1, são vistas como uma forma de pensar as cidades conforme as categorias de produção, ecologia, inclusão e que promovam a SAN. As cidades com um planejamento urbano eficiente, prezam pela a inclusão de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos saudáveis, onde a natureza do processo deve caminhar lado a lado com o respeito, o diálogo, à solidariedade, à cooperação, à responsabilidade e a autonomia, é indispensável uma atenção adequada do poder público na institucionalização de políticas públicas em benefício dos agricultores urbanos.

As atividades agrícolas nas cidades são pensadas como práticas com potencial para criação de políticas que considerem questões de interesse público, como a melhoria da gestão ambiental e territorial urbana, promoção da equidade de gênero, respeito às condições étnicas, socioculturais, combate à pobreza, a inclusão social e a governabilidade participativa⁵.

A cidade produtiva busca criar políticas públicas para o desenvolvimento local, necessitando da articulação de forças internas, como a auto-organização e participação conjunta dos agricultores urbanos representando seus interesses. Além da construção de espaços democráticos e produtivos, as forças externas tais como os investimentos públicos, somadas a institucionalização no âmbito Estadual e Federal, são elementos necessários.

Segundo Santandreu e Lovo (2007), as políticas públicas para a AUP precisam ser propícias ao combate à pobreza, por meio da geração de trabalho e renda para a população local. A organização econômica para uma cidade produtiva deve ser pautada na gestão coletiva exercida pelos trabalhadores, valorização do trabalho, e em uma economia justa ou de natureza solidária.

À AUP também é atribuída uma função ecológica, nessa concepção deve-se integrar práticas agrícolas com as políticas de gestão territorial urbana considerando o aproveitamento dos espaços pela sociedade, sendo substancial a existência de políticas públicas bem elaboradas e planejadas adequadamente, no sentido do equacionamento dos problemas ambientais locais.

Uma cidade com características inclusivas preza pelo respeito a diversidade sociocultural da população, os autores destacam o potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas, atenção aos grupos vulneráveis partindo de uma perspectiva da equidade.

Essa multifuncionalidade também passa pela potencialidade de promover a segurança alimentar por meio de políticas de combate à fome, incentivo à produção, acesso e disponibilidade de alimentos na cidade. Baseado em estudos e pesquisas realizadas em países africanos e asiáticos sobre a rentabilidade e sustentabilidade da AUP, Veenhuizen e Danso (2007), constataram que a pobreza crescente, fome e ausência de oportunidades de emprego, situações impostas pela cidade, são fatores que somados à crescente demanda por alimentos, proximidade aos mercados e disponibilidade de recursos, conduzem ao desenvolvimento dessa prática.

⁵ Quando os autores se referem a governabilidade participativa, entende-se como a necessidade da sociedade civil, junto com os produtores agrícolas urbanos participarem ativamente na elaboração de políticas públicas para a agricultura urbana e periurbana e nas decisões no âmbito político local.

Para Veenhuizen e Danso (2007) a contribuição da AUP para a Segurança Alimentar e Nutricional é de suma importância, uma vez que a produção de alimentos na cidade pode se enquadrar como uma resposta a ausência de poder de compra. A situação de pobreza das famílias urbanas impacta diretamente na falta de alimentos e este fenômeno surgiu como uma importante fonte de renda, onde as famílias agricultoras produzem alimentos, vendem os excedentes, economizam nas despesas e garantem uma qualidade maior das hortaliças, leguminosas e outros alimentos consumidos.

Posto isto, enfatizam que AUP é benéfica para as famílias envolvidas com o processo produtivo, compreendendo pelo menos três categorias referentes a economia gerada pelas práticas agrícolas na cidade, a do nível familiar, municipal e no nível macro, contemplando os impactos positivos na esfera estadual e até nacional.

Dessa maneira, considera-se que há benefícios para as famílias relacionados ao trabalho, renda e saúde direta dos agricultores urbanos que utilizam a produção agroecológica como base para o cultivo dos alimentos; pensando o nível da cidade, enfatiza-se os custos com a assistência prestada aos agricultores urbanos e os retornos sociais, ambientais e para a economia local; no nível macro, destaca-se a eficiência do sistema alimentar nacional, a AUP é responsável por fornecer produtos perecíveis que a agricultura rural não tem possibilidade de fornecer, considerado neste ponto, uma valorização da produção local (VEENHUIZEN; DANSO, 2007).

Afirma-se, a partir do exposto, que a agricultura nas cidades se complementa com a economia, pois tem fim comercial; com a política, pois se decide produzir onde em princípio não tem essa função; é cultural porque é a expressão da fusão de modos diferentes de vida, mesclando campo e cidade em forma de produção que são fortalecidas pelas relações com o quintal de casa, com o cuidar do bairro, com a qualidade da produção; e ambiental por colaborar com a mitigação dos problemas ambientais urbanos.

Também se destacam as demonstrações das dimensões existentes nos estudos sobre a temática, que podem ser encontradas no quadro 2. Com base nas diferentes funções das práticas agrícolas nas cidades, Curam e Marques (2021) fizeram uma seleção para a revisão sistemática de literaturas publicadas entre os anos de 2010 e 2020, os trabalhos selecionados apresentam de forma abrangente a multifuncionalidade da AUP, dividindo-as em três dimensões, a sociocultural, econômica e ambiental.

Apesar das funções estarem organizadas de forma diferente nos quadros 1 e 2, respeitando o levantamento realizado por cada um desses autores, nota-se que todas caminham na mesma direção quando se trata de definir as várias agriculturas urbanas no âmbito da experiência ou dos caminhos incorporados nas pesquisas sobre a temática.

Quadro 2 – Dimensões da Agricultura Urbana e Periurbana.

Dimensão sociocultural	Segurança Alimentar e Nutricional Saúde, coesão social Requalificação do espaço urbano Segurança pública Empoderamento feminino Reconexão com a natureza Educação alimentar Desenvolvimento cultural Valorização do patrimônio cultural Lazer e Recreação
Dimensão econômica	Redução da pobreza Geração de emprego e renda Valorização do contato social entre consumidores e produtores Estímulo as novas formas de comercialização e distribuição Menor dependência do mercado mundial de alimentos Diversificação das atividades econômicas
Dimensão ambiental	Preservação e conservação dos recursos naturais Ciclagem de nutrientes Gestão eficiente de recursos hídricos Cidades mais verdes Redução da pegada ecológica Mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Fonte: Curam e Marques (2021). Org: SILVA, M. M (2022).

A intenção do quadro 2, é mostrar o leque de possibilidades da agricultura urbana em várias perspectivas. Curam e Marques (2021) demonstram com a construção desta síntese, a busca por um caminho nos estudos por meio das várias funções que essa prática assume e as dimensões que abarcam, confirmando ainda mais que o caráter multifuncional e multidimensional dos estudos sobre a AUP se torna complexo e multidisciplinar.

A pesquisa realizada por Curam e Marques (2021) reforça a ideia de que a AUP vem sendo retratada como potencial para resolver parcialmente os problemas associados com qualidade e acessibilidade aos alimentos, redução das pegadas ecológicas, engajamento de pessoas, maior resiliência, promoção da sustentabilidade urbana, entre outros. A leitura que se faz é que não há uma tipologia que consiga adequar todas essas variações, isto quer dizer que os estudos tendem a ser mais sintéticos e necessitam de um foco para a abordagem.

A AUP pode ser voltada para a geração de renda de famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo também uma importante contribuição para o desenvolvimento local; pode ser a corporificação dos movimentos ativistas que visam a cooperação, integração e conscientização social; é também um reflexo das questões sociais e culturais materializadas no lugar; tem um papel importante para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); é uma

ferramenta de Educação Ambiental (EA) e de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e tem o poder de melhorar a qualidade de vida (NAKAMURA; RANIERI; 2021).

Essa pluralidade de funções faz com que a AUP tenha um importante papel no planejamento urbano para as cidades pequenas, sob esse viés, Sperandio *et al.* (2022) destacam a necessidade de implementação de políticas públicas visando equacionar os problemas sociais que se aprofundaram no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Segundo os autores, o período de crise sanitária traz a emergência de repensar as cidades para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores, partindo assim, da necessidade do poder público realizar ações conjuntas visando atender as demandas básicas da população, em especial das famílias vulneráveis.

Por esse ângulo, cabe lembrar o agravamento do desemprego, da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil em tempos da pandemia da COVID-19. Nesse contexto, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) demonstram que entre o mês de maio e setembro de 2020 o país vivenciou um aumento mensal de desemprego, chegando a 13,5 milhões em setembro (13,5%), isso significa uma alta de 33,1% considerando o período mencionado, ainda, foi constatado que 14 unidades da federação tiveram uma taxa de desemprego superior à média nacional (IBGE, 2020).

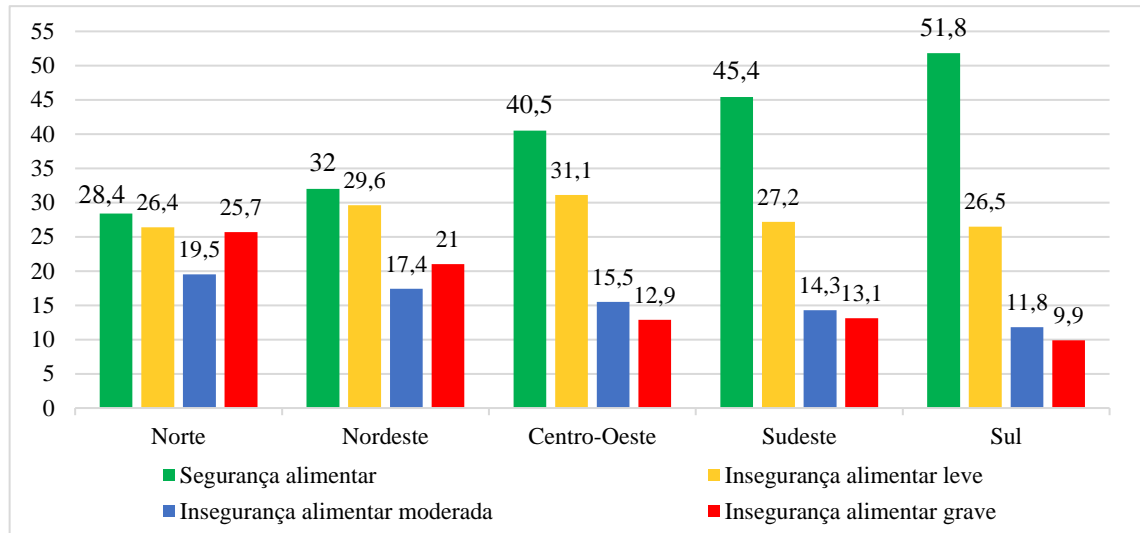
Conforme divulgado no relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), a situação de pobreza e fome das famílias brasileiras se agravou em função da pandemia, mostrando percentual de aumento da insegurança alimentar e nutricional nos lares.

Em meio à pandemia, todas as regiões brasileiras apresentaram um agravando dos problemas sociais já existentes, causando consequências principalmente no que diz respeito a fome, tendo em vista que mais da metade da população (116,8 milhões) estava em situação de insegurança alimentar, esse período afetou de forma negativa a população em todas as regiões brasileiras, a região Norte e Nordeste foram as que tiveram a ocorrência maior de perda de emprego, redução dos rendimentos, endividamento e corte nas despesas de itens constituintes da alimentação e higiene pessoal (VIGISAN, 2021).

Segundo o levantamento, a quantidade aproximada de brasileiros que residiam em domicílios com algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional em 2020, foi mais de 116.842.556, ou seja, 55,17% da população do país (VIGISAN, 2021). Entre o final do ano de 2021 e abril de 2022, o percentual de segurança alimentar nos domicílios era de aproximadamente 40%, entretanto, 28% destes domicílios tinham risco de não conseguir os alimentos necessários e indispensáveis no futuro, podendo apresentar nos meses seguintes um

grau de insegurança alimentar leve; 30,7% apresentaram insegurança alimentar moderada ou grave; em 15,5% dos domicílios a fome estava presente fome (VIGISAN, 2022). Quanto as regiões brasileiras, no gráfico 1 é possível observar como ficou essa situação.

Gráfico 1 - Percentual de SAN e dos níveis de IAN nas macrorregiões brasileiras, entre o final de 2021 e início de 2022.



Fonte: II VIGISAN, 2022. Org. SILVA, M. M (2022).

Percebe-se por meio do gráfico, que os estados da região Norte e do Nordeste são os que mais sofrem com a insegurança alimentar grave, seguido da região Sudeste, Centro-Oeste e Sul. O relatório aponta que as regiões que apresentam uma situação pior são aquelas onde o rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, em 2017, era os menores do país. A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais essa situação, fazendo com que grande parte da população sofresse com a fome ou apresentasse algum grau de insegurança alimentar e nutricional (VIGISAN, 2022).

Acrescenta-se a importância de políticas públicas de acesso a alimentos saudáveis para as famílias vulneráveis como forma de equacionar esse problema, o que nos leva a pensar na importância da AUP no país. Esses dados demonstram a que a pandemia traz a emergência de (re)pensar as estruturas sociais, a política e a economia, sendo necessário que estas estejam pautadas em novos ideários.

Assim, Oliveira, Machado e Sorrentino (2020) destacam a necessidade de pensar no bem-estar social, cabe ao Estado a responsabilidade pela promoção da equidade e justiça, por meio de projetos políticos e econômicos que se comprometam com o desenvolvimento social e direitos dos brasileiros. Trata-se de uma tarefa difícil, Santos (2020) enfatiza que os brasileiros não tem uma cidadania plena, os direitos não são oferecidos como primeira necessidade, são resquícios de iniciativas e racionalidades enviesadas de valorização mercadológica, privando grande parte da sociedade do acesso aos bens necessários para se ter uma vida digna.

Como argumenta Campos e Travassos (2019), mesmo com um interesse nesse campo de pesquisa, uma parcela representativa das bibliografias produzidas apresentam ao menos dois caminhos para um estudo sobre a AUP, em especial quando se trata de hortas urbanas; o primeiro é o da segurança alimentar, onde prevalece também o discurso da sustentabilidade ambiental e produção em áreas verdes, o outro utiliza uma lógica voltada para o capitalismo quando trata as hortas urbanas na perspectiva do empreendedorismo urbano.

Campos e Travassos (2019) evidenciam uma dicotomia comum nas literaturas, a separação sociedade e natureza, estas vêm sendo tratadas como se fossem de domínios distintos. Quando se enfatiza apenas os aspectos naturais, têm-se o risco de prender-se a uma visão funcionalista. Partindo desse pressuposto, os autores trazem uma necessária contribuição para pensar as práticas agrícolas urbanas: não tem sentido discutir o bem-estar a partir da AUP ignorando ou negando as dimensões sociopolíticas.

As funções e dimensões atribuídas a AUP representam os movimentos políticos agregados às questões sociais e espaciais, como a estrutura fundiária; e aos aspectos socioeconômicos e socioambientais de um município. Os discursos sobre as variedades de agriculturas urbanas precisam passar por uma ressignificação. Os trabalhos revelam que grande parte das pesquisas vem retratando a AUP como uma prática benevolente, ignorando um conjunto de questões que se pode levantar em relação aos meios ou contexto que leva a agricultura até as cidades, dentro da especificidade do recorte socioespacial do pesquisador.

Tornaghi (2014) corrobora com a necessidade de uma perspectiva crítica para pensar a AUP, partindo da ideia de que para compreender essa prática, é necessário considerar pelo menos os aspectos histórico-geográficos responsáveis pela configuração da cidade. Não se deve ignorar a questão da posse da terra; da dominação política e econômica; a história das idéias de planejamento e desenvolvimento; essas três esferas podem explicar o espaço da agricultura nas cidades.

Pensando nisso, esse autor não concorda com os discursos produzidos seja pela academia, pela mídia ou pelas organizações sociais, descrevendo esses benefícios como forma de resolver problemas relacionados ao acesso, à qualidade dos alimentos, a questão ecológica e a sustentabilidade das cidades, deixando de explorar o caráter injusto e questões mais amplas que a circundam.

Há fraturas nas discussões quando a cidade não é retratada como refúgio para os camponeses do país, é compreensível a ausência dessa variável quando se verifica que pesquisas como a empreendida por Santandreu e Lovo (2007), focam seus esforços em caracterizar a AUP

nas regiões metropolitanas, ignorando a presença dessa prática em cidades onde o processo de urbanização não foi intenso.

Resta dizer, que é demandado com urgência uma abordagem crítica que disponha de uma discussão no contexto político que não menospreze o papel da reprodução do capitalismo na transformação das cidades no ponto de vista não só das condições ambientais, mas também voltadas às questões socioterritoriais, levando em conta que a AUP não é suficientemente capaz de resolver qualquer situação que ofereça dificuldade na cidade (TORNAGHI, 2014).

Embora seja chamado atenção para o fato de que parcela da literatura existente sobre o tema tenha essa clara intenção, não é intuito ignorar a contribuição dos estudos dentro desse universo de possibilidades que é a AUP, nem a proposição e critérios adotados pelos pesquisadores, o que pretende, é pontuar, também, a necessidade de trabalhos que levantem questões que ultrapassem a visão funcionalista, pois são tantas categorizações que levam a pensar a própria complexidade que a cidade assume na ordem socioterritorial local.

Pensar a AUP de forma crítica, é contribuir com a construção conceitual e com as políticas públicas voltadas para a população que a pratica como forma de complementar a renda e sustentar a família. Pressupõe-se que para a evolução do conceito de AUP, é necessário superar as discussões que enalteçam unicamente as funções, suprimindo as causas que fazem com que a agricultura seja urbana.

1.3 Contexto político-regional brasileiro para pensar a agricultura urbana e periurbana

Este item explora alguns aspectos referentes às formas de intervenção do Estado num contexto histórico de busca pelo crescimento e integração econômica, particularmente, da região Norte, a partir da década de 1930. Buscou-se ainda, uma aproximação ao fenômeno da agricultura urbana, ao molde da afirmação de Costa (1991), sobre a importância da história para pensar a realidade brasileira atual, considerando que é a partir desse período que a formação territorial brasileira passa a expressar seus determinantes políticos e socioeconômicos que explicam a atualidade da urbanização e migração campo-cidade.

De acordo com Octavio Ianni (1977) a depressão econômica que se instaura no mundo em 1929⁶ desempenha um papel importante no Brasil, a partir daí tornou-se claro as limitações da economia com foco no mercado externo, o governo buscou tirar o país da crise modificando o aparelho estatal e investindo na inovação econômico-financeira.

⁶ Bresser-Pereira (1974) afirma que a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, causou uma grande crise econômica ao sistema capitalista internacional, fazendo com que o Brasil que tinha um modelo baseado na exportação de produtos agrícolas, iniciasse um novo, com base na substituição de importações, posteriormente promovendo a criação de indústrias nacionais.

O Estado modernizou-se de forma conservadora, foram criadas macropolíticas visando à ocupação econômica das grandes regiões brasileiras, como é o caso da região Norte. Ao discutir as ações do poder público brasileiro, Ianni (1977) destaca as intenções do Estado em relação à economia, enfatizando que:

[...] As medidas adotadas pelo governo, alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas do mercado brasileiro. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições do tipo capitalista. Note-se que a cultura brasileira ainda estava impregnada das heranças dos valores e padrões surgidos na sociedade escravocrata. Acresce, ainda, que então era predominante os estilos de mando, liderança, organização e mentalidade de tipo oligárquico. O liberalismo brasileiro era exclusivamente urbano, superficial, de conotação ideológica (antes que prática) e voltado para as relações externas do País. Nesse contexto, a Revolução de 1930 e as inovações nos anos posteriores provocaram a reformulação dos ideais e padrões de tipo capitalista (IANNI, 1977, p. 22-23).

Na perspectiva do autor, o mundo urbano-industrial começa a se instaurar no Brasil após a Revolução de 1930⁷, com características marcantes das heranças de uma sociedade escravocrata, sendo assim, as inovações apreendidas a partir desse momento buscou uma reformulação econômica pautada nos padrões da elite. Sobre a ação estatal, destaca que entre as décadas de 1930 e 1945, período ditatorial conhecido como “Estado Novo”, foram criados vários órgãos, programas e normas, segundo suas análises o governo criou em:

[...] 1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1931: Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia. 1932: Ministério da Educação e Saúde Pública. 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1934: Conselho Nacional do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal. 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças. 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo do Serviço Público, Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa. 1940: Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores. 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho. 1942: Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). 1943: Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Alcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria, Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia. 1944: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo. 1945: Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC). Decreto-Lei Nº 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica (IANNI, 1977, p. 23-24).

⁷ A revolução de 1930 apresentou uma ruptura política e econômica no Brasil, pois a partir desse período a burguesia nacional precisou olhar para as fragilidades que a economia baseada na produção cafeeira, fundamentalmente direcionada ao mercado externo, apresentava. A partir desse momento, os governantes alinham suas ações ligadas aos interesses dessa elite, mas com novas diretrizes governamentais (IANNI, 1977).

Esses órgãos e normas eram voltados para a regulamentação e planejamento que serviam aos propósitos econômicos, sempre alinhados à reprodução do poder das oligarquias rurais, com toda uma equiparação do território limitada a uma reorientação ao sistema financeiro mundial⁸. Foram criados institutos públicos como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o levantamento das características regionais e locais, até então pouco conhecidas e necessárias para a administração das políticas regionais de desenvolvimento.

Moraes (2008) no livro “Território e História no Brasil” oferece importantes contribuições para pensar essa questão, enfatizando que o país resulta das heranças coloniais e as políticas econômicas foram alicerçadas nestas heranças. No capítulo sobre as ideologias geográficas e projetos nacionais, destaca que ao longo da história, a ideia de construção do Brasil como uma nação, tem sido rompida pelos interesses das elites que sempre estiveram preocupadas em construir um espaço territorial para o capital.

Moraes (2008) afirma que no Brasil não há um sentimento de nação, a elite sempre se perguntou sobre que povo eles contariam para o trabalho, sendo possível verificar isso no período da escravidão bem como no da imigração europeia. Esse pensamento percorre o século XIX e adentra o século XX com a permanente pergunta de cunho instrumental referente ao tipo de povo que essa elite buscou em cada novo impulso econômico imposto ao Brasil, o que por certo remontou aos indígenas, escravos trazidos da África, depois, aos imigrantes europeus, nesse último período marcado pelo afã de definição de uma identidade nacional como “pano de fundo”, já que a lógica prevalecente sempre foi o lucro e o enriquecimento às custas da exploração exacerbada do trabalho.

Costa (1991) reforça que nesse momento da história do país, foram completamente inexistentes as preocupações com as consequências desse modelo para as camadas sociais baixas, o governo apresentou poucas iniciativas de políticas públicas voltadas para os problemas regionais e urbanos sempre buscando amenizá-los de forma pouco abrangente; eram ações dotadas de um caráter conjuntural, expressando os interesses econômicos sobretudo para a região Nordeste e Norte, ambas consideradas menos desenvolvidas.

Em 1945, foi criado na região Nordeste o primeiro empreendimento de eletricidade do país, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), visando o aproveitamento do potencial hidrelétrico e hidrográfico deste rio; também tinha como objetivo a incrementação da

⁸ Segundo Ianni (1977), soma-se a essas ações de planejamento estatal a criação da política operária (1930-1945) inspirada no desenvolvimento capitalista, cuja criação buscou o favorecimento e expansão das empresas privadas, assim como a manutenção da dominação política, dada a vinculação direta dos sindicatos ao aparelho estatal.

agricultura convencional no sertão. Mais tarde, em 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) para auxiliar nesse processo. No caso da região Norte, o governo via a necessidade de povoar, ocupar e explorar economicamente os recursos naturais em prol do “progresso” econômico, fazendo com que essa região se tornasse palco das ações estatais, sendo assim, foi criado o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, em 1946. Também foi destaque a criação de políticas públicas visando o crescimento econômico em especial na área compreendida pela Amazônia Legal (COSTA, 1991).

Na década de 1950, o governo lança suas bases para o processo de industrialização e modernização do território brasileiro, garantindo a ampliação da infraestrutura, da energia e análise da disponibilidade de matérias-primas para a indústria, tornando mais intensa a exploração dos recursos naturais, logo, assumiu a responsabilidade em apoio à produção econômica nos setores sobre os quais era interesse fomentar o crescimento econômico.

Essa década é marcada pelo enfoque regional nos planos de desenvolvimento, com destaque para as ações adotadas durante a posse de Juscelino Kubitschek (1956-1961), onde as políticas socioeconômicas do Brasil se integram ao programa de metas de seu governo:

[...] o Programa de Metas foi estruturado como o principal instrumento de política econômica do governo. Dentre os seus objetivos mais gerais, destacavam-se os seguintes: a) abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros. A ação governamental, em seu conjunto, deveria criar melhores condições econômicas, financeiras, sociais e políticas para o florescimento da livre iniciativa. Um dos alvos centrais do programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia. Além deste objetivo, pretendia-se estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo (IANNI, 1977, p. 153).

Os aspectos mais importantes do Plano de Metas, conforme exposto nesta citação, envolve o setor da indústria e do transporte, quanto a isso, Ianni (1977) menciona a criação da SUDENE como um dos marcos dessa política de industrialização voltada para a Região Nordeste, em um contexto crescente de pressão e tensão popular contra as desigualdades sociais e econômicas resultantes de uma política baseada no controle e liderança oligárquico rural presente nessa região. O desenvolvimento preconizado pela SUDENE, baseava-se numa “agressiva política de fomento à industrialização” buscando equilibrar as disparidades produtivas entre a Região Sudeste e as demais, no que tange a produção econômica hegemônica (COSTA, 1991).

Sobre a construção de rodovias e ferrovias, destaca-se a Amazônia como um dos principais centros das ações:

Nesse sentido, as metas relacionadas com as ferrovias e as rodovias também desempenharam um papel extra-econômico. A construção e o reaparelhamento das ferrovias e, principalmente, a construção e pavimentação de rodovias exerceram um efeito “mágico” na mente de uma parte dos habitantes das pequenas e médias cidades, onde não eram visíveis os investimentos industriais. E a construção da rodovia Belém-Brasília representou uma demonstração “física” da capacidade de realização do governo, e das possibilidades do povo brasileiro. Com essa estrada, a Amazônia se tornava um pouco menos distante dos maiores centros populacionais e, também, parecia mais integrada a sociedade nacional (IANNI, 1977, p. 156).

A construção da rodovia Belém-Brasília tem um papel importante na formação regional do norte do Tocantins, muitas cidades pequenas, no contexto desses grandes eixos rodoviários recém-criados, ganharam alguma importância territorial, sobretudo, fomentadas pelas influências políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, Ananás, nosso objeto de estudo, foi razoavelmente posicionado em relação a Imperatriz (MA) distante apenas 170 km, Marabá (PA) a 250 km, à capital Palmas (TO) que fica a 492 km, em especial, a cidade de Araguaína (TO), que está localizada a 118 km de Ananás; além da proximidade, estas cidades apresentam um maior dinamismo na economia, concentração de serviços educacionais e de saúde, sendo também, centros regionais de geração emprego.

Dentre os projetos estatais na década de 1950, apontando para a necessidade do desenvolvimento econômico em direção ao Norte, merece destaque a criação da Superintendência do Plano de Valorização Estratégica da Amazônia (SPVEA), em 6 de janeiro de 1953, por meio da Lei nº. 1806/1953.

A criação da SPVEA definiu que o território da Amazônia Brasileira era composto pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, parte do Estado de Mato Grosso, do Maranhão e de Goiás, nesse período o Tocantins ainda não era um Estado Federativo, apenas parte do Norte Goiano. A Amazônia Brasileira também passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto da necessidade do governo de promover o desenvolvimento e integração econômica da região.

Esse plano apontou para a necessidade do desenvolvimento econômico-industrial em direção ao norte do Brasil buscando atender as seguintes demandas:

- proporcionar o desenvolvimento da produção agrícola e extrativista;
- fomentar e incentivar as atividades pecuaristas;
- explorar os recursos naturais e minerais da Amazônia Brasileira industrializando a matéria prima produzida no contexto regional para fins de exportação;
- ampliação da infraestrutura regional.

Anos depois, a SPVEA tornou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da Lei nº. 5.173/1966, passando a participar da elaboração de projetos e incentivar pesquisas técnicas sobre as potencialidades regionais a serem exploradas.

A extinção da SPVEA e criação da SUDAM fez com que os limites territoriais dessa área fossem estendidos pelos territórios de Roraima e Rondônia, mais tarde, em 1977, o Estado do Mato Grosso passa a compor integralmente essa área; com a Constituição Federal de 1988, é criado o Estado do Tocantins, os territórios federais de Roraima e do Amapá, são transformados em Estados Federados, desde então, passando a compor essa área.

Costa (1991) atribui a transformação da SPVEA em SUDAM como um dos principais símbolos de ocupação recente da Amazônia, somada à criação de um polo industrial, a Zona Franca de Manaus; acrescenta-se a importância da criação de bancos como o Banco da Amazônia (BASA) antes conhecido como Banco de Crédito da Borracha (1942) que buscava reforçar o crescimento econômico da região.

Mais recentemente, a partir da década de 1964, Bresser-Pereira (1974) destaca o desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, marcado pelo momento em que os militares assumem o poder no país. Trata-se de um modelo econômico que se caracterizava pela concentração fundiária, modernização da economia, concentração da renda para as classes altas e médias e consequente marginalização da classe baixa.

Esse novo modelo tinha como base política e ideológica a relação estreita entre o governo formado pelas forças armadas e as grandes empresas capitalistas. Bresser-Pereira (1974) esclarece que frente ao governo, essas classes colocaram seus interesses em evidência:

[...] O grande governo tecnoburocrático controla diretamente uma imensa parcela da economia nacional, planeja o desenvolvimento, estabelece a política fiscal, monetária, financeira, salarial, habitacional, e intervém diretamente na economia através das grandes empresas públicas. A grande empresa capitalista e a grande empresa pública incumbem-se da produção. Adotam uma tecnologia moderna, recebem estímulos fiscais e creditícios do governo, captam a grande parte da poupança nacional através da obtenção de grandes lucros e, secundariamente, do recurso ao mercado de capitais. [...] Grande governo tecnoburocrático e grande empresa capitalista complementam-se. O grande governo além de controlar a economia em geral, produz energia elétrica, transportes, aço, petróleo, comunicações. A grande empresa capitalista, principalmente a internacional, controla, por sua vez, a indústria de transformação, particularmente a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, a indústria de bens duráveis de consumo, a indústria eletrônica, a petroquímica. Em relação a esta última, e também em relação à mineração e ao setor financeiro internacional, a aliança entre o governo e o capitalismo internacional torna-se explícita, através de acordos firmados pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelo Banco do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 136).

A exploração dos recursos naturais adquiriu ainda mais expressividade nesse período; foi criada a legislação fiscal em 1969 definindo que os projetos pecuaristas, industriais e agrícolas que se instalassem na Amazônia, teriam impostos deduzidos, ainda, os grandes

empreendimentos econômicos já instalados na área de atuação da SUDAM, teriam uma redução de 50% (cinquenta por cento) podendo chegar até 100% (cem por cento) do imposto de renda, a lei amplia esses amparos fiscais por até 15 (quinze) anos.

Costa (1991) destaca que a Amazônia foi inserida nos pacotes de medidas de intervenção nessa região, pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Segundo o autor:

Na segunda metade da década de 70, durante o II PND, essa “ofensiva” na região foi intensificada com os “pólos regionais”, no caso, o POLAMAZÔNIA (Programa especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia). Essa nova orientação governamental representou um novo enfoque nas políticas para a Amazônia, o Centro-oeste e o Nordeste (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO E POLONORDESTE). Ela implicou uma maior concentração de recursos em *áreas e setores selecionados* da região, com destaque ao desenvolvimento agropecuário e mineral. Com isso, procurava-se evitar a dispersão desses recursos, o que significaria deixar de lado, explicitamente, uma política de tipo extensivo e abrangente para a região, concentrando os investimentos preferencialmente em *mega-empreendimentos* estatais e privados, ou seja, aqueles que propiciassem maiores possibilidades e “retorno a curto prazo” (COSTA, 1991, p. 69).

As iniciativas de programas visando o desenvolvimento da Amazônia, trouxeram consequências irreversíveis relacionadas a ocupação que preferencialmente se deu diante da supervalorização dos grandes empreendimentos e em prol do latifúndio. A atração da população para a Amazônia apresenta um grande paradoxo: os planos visavam a fixação e assentamento do homem (e mulher) no campo, ao mesmo tempo provocou a distorção das características regionais e locais com a chegada de polos industriais em Manaus, Belém e projetos em Carajás, por exemplo (COSTA, 1991).

As populações que haviam migrado do Nordeste para essa região aprenderam a conviver em harmonia com a floresta assim como as populações nativas e tradicionais, utilizando os recursos para a promoção de práticas culturais diversificadas, como o cultivo de alimentos nas proximidades dos rios. A população que habitava a Amazônia tem uma convivência harmônica com o ecossistema local, diferente dos madeireiros, pecuaristas e mineradores que têm uma cultura baseada na derrubada da floresta para fins econômicos, valorizando um único elemento dentro dos seus interesses de produção (PORTO-GONÇALVES, 2021).

A Amazônia assim foi vista pela lógica do crescimento econômico, a apropriação da natureza impulsionada pelas ações estatais, causou uma pressão sobre os recursos naturais e conflitos com as populações que residiam na região. As áreas onde se fizeram presentes as ações do modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, com a presença de usinas hidrelétricas, estradas, mineradoras e fazendas de pecuária, são aquelas onde os marcos de violências pela posse da terra são maiores, como no extremo norte do Tocantins (PORTO-GONÇALVES, 2021).

Conforme Loureiro (2009), a modernização da região Amazônica, no formato em que se delineava, causou tensões e conflitos em resposta ao caráter excludente e dominador que o Estado, ao lado da elite, promoveu ao longo da criação das políticas de crescimento econômico. Dada a estratificação e organização econômica regional, nota-se que a economia dessa região abrangeu dois grupos distintos, o primeiro formado por fortes grupos nacionais e multinacionais; o segundo grupo é formado pelos pescadores artesanais, agricultores camponeses e famílias extrativistas.

Foram inúmeras ações visando a apropriação da terra para a produção voltada para o mercado externo, atualmente esses problemas sociais e de acesso à terra continuam se perpetuando por meio de novos projetos modernizadores voltados para essa região. Ao dissertar sobre a estrangeirização da terra para a produção de *commodities*, Catsossa (2019) afirma que a fronteira agrícola formada pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, surgiu em 2015 como uma política de desenvolvimento agrário. O surgimento do MATOPIBA, baseia-se no discurso falacioso de sanar a fome e promover o bem-estar nessa região, porém, essas áreas são destinadas para a produção de soja, milho, algodão e eucalipto.

É considerado uma versão mais recente de projetos criados na década de 1970, mas que segue a mesma lógica de exploração dos recursos naturais de forma predatória e apropriação indevida do espaço, esse projeto modernizante tem características análogas ao PROCEDER que contribuiu com a expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, ampliando o interesse de empresas estrangeiras na construção de ferrovias para escoar grãos e aquisição de terras, trata-se de um PROCEDER com roupagem nova (CATSOSSA, 2019).

Todo o estado do Tocantins está inserido no modelo de apropriação da terra, nos moldes do capitalismo financeiro, sendo evidenciado pela presença da fronteira agrícola constituída pelo MATOPIBA, a inserção do Tocantins na agropecuária comercial apoia-se na expropriação do camponês, exploração da força de trabalho, violência simbólica ou física, como ocorre em Ananás (CATSOSSA, 2019; FAVARETO, 2019).

Os grandes latifundiários são os que mais recebem incentivos do governo para aumentar a produtividade das atividades agropecuárias, cujos produtos não apresentam um padrão de qualidade ambiental e são destinados ao mercado global, enquanto isso, atividades de origem camponesa são deixadas de lado, criam-se poucas políticas públicas pensando na valorização do homem do campo e da produção endógena (FAVARETO, 2019).

Levando em conta esse contexto histórico, entende-se que as transformações no campo brasileiro viabilizaram a configuração dos arranjos espaciais urbanos, o desenvolvimento da AUP se apresenta no quadro das consequências do crescimento demográfico sob a lógica da

construção de um mercado nacional como base para o fortalecimento econômico, pode ser vista como uma saída diante das imposições políticas e econômicas do governo brasileiro ao longo das décadas.

É possível perceber, por meio desta breve incursão histórica, que a ideia de desenvolvimento sempre esteve associada ao crescimento econômico; conforme vem sendo exposto, o Estado brasileiro criou um conjunto de normas e programas voltados ao desenvolvimento econômico-industrial que impulsionou a modernização da agricultura concedendo créditos à elite e causando tensões, uma vez que as decisões do Estado deixaram marginalizados segmentos populacionais, como os camponeses, horticultores e mulheres do campo, como é o caso das características socioeconômicas verificadas, particularmente na realidade de Ananás.

1.4 Limites do discurso do crescimento econômico e a necessidade de pensar o local

A AUP ganha destaque a partir do crescimento demográfico que aconteceu em função do investimento no setor da infraestrutura e do agronegócio nas últimas décadas, característica que motivou a reconfiguração das relações campo-cidade no Brasil. Esse fenômeno se tornou foco das discussões tendo como marco o surgimento do mundo urbano-industrial, que se consolida no período pós-1950 em função do caráter excludente desse processo.

No contexto das políticas regionais, a AUP é vista como uma nova forma de organização socioespacial dada a conjuntura política e econômica; surge como uma alternativa às crises estruturais que ocasionaram o aumento da pobreza, elevação de preços dos alimentos, concentração de renda e acrescenta-se à marginalização ao acesso à terra, no caso brasileiro (SILVA, 2014).

A década de 1930 é um marco inicial das medidas políticas e econômicas, que favoreceram, mais tarde o processo industrial e o aumento exponencial da população urbana. Até meados do século XX a maior parte da população brasileira vivia no campo, esse quadro muda a partir de 1940. Entre as décadas de 1940 e 1960 o país teve um aumento de 121,9 milhões de habitantes e entre 1960 e 1980 a população aumentou em 50 milhões (SANTOS, 1993).

Esse processo de urbanização tem relação com as mudanças estruturais no campo brasileiro frente ao desenvolvimento capitalista; na medida em que o campo se moderniza, ocorre a inserção de maquinários para ampliar a produtividade, seguido da incorporação da ciência e informação nas áreas rurais, em face, a indústria se desenvolveu com a criação de um pequeno número de empregos (SANTOS, 1993).

Além disso, na segunda metade do século XX, o advento da Revolução Verde no Brasil altera a forma de produção no campo, passando a ser destaque a monocultura voltada para o mercado externo, a modernização do campo é o processo de transformação capitalista da agricultura, onde a diversidade é tomada pelos monocultivos⁹ (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Segundo Brito e Mesquita (1982), ao mesmo tempo que as indústrias de produção cresciam no país, o incremento de máquinas agrícolas como elementos da modernização e a agropecuária também se expandiram no território, tendo seu ápice no período de 1970 a 1975. Analisando os dados sobre a expansão espacial e a modernização da agricultura nesse período, percebe-se que no caso da região Norte do Brasil e do antigo norte goiano, o crescimento da agricultura foi impulsionado pela criação de eixos rodoferroviários, num período marcado pela desigualdade social, econômica e concentração fundiária.

O processo de urbanização aliado a modernização do campo baseou-se no grande capital e na ação autoritária do governo, sobre essa questão, Ugeda Júnior (2014) afirma que:

A urbanização orientada exclusivamente pelo paradigma econômico cria situações caóticas nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, com aumento da pobreza e da violência. O processo de modernização da economia brasileira até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza e da concentração de renda, a modernização aprofundou as desigualdades já existentes geradas num passado distante, pois esteve fundamentada na concentração de renda, na reprodução ampliada do capital e na intensificação da exploração da mais valia, o que aumentou a precarização do trabalho e ampliou as desigualdades sociais. Apesar da ampliação da classe média, que apresenta bom poder aquisitivo e contribui para a expansão do mercado consumidor; a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização (UGEDA JÚNIOR, 2014, p. 108).

A relação que Ugeda Júnior (2014) retrata repercute em todo o território nacional, das áreas consideradas mais urbanizadas às menos urbanizadas, onde não se exclui Ananás, cuja concentração de renda, de terra e reprodução do capital estão presentes, sendo percebidas pela precarização das condições de trabalho e disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho produzido localmente.

As políticas regionais centralizaram a promoção de um desenvolvimento da economia onde a produção de bens e consumo foram a preocupação principal, perpetuando a concentração de capital mediante o privilégio concedido a determinados grupos econômicos. O novo ritmo da produção, consequência da modernização da economia exigiu mudanças estruturais nas cidades, o crescimento populacional foi produto de uma urbanização orientada exclusivamente pelo paradigma econômico (SPOSITO, 2005).

⁹ O agronegócio monocultor harmoniza-se com a utilização de técnicas, recursos e padrões de cultivo baseados na Revolução Verde; sustentou-se com a produção de agrotóxicos, implementação de máquinas que passaram a substituir grande parte do trabalho manual, tornando a produção mais rápida e eficiente, além da manipulação genética das plantas que juntos somaram o aumento da produção em grandes áreas.

A riqueza produzida na cidade quando traz como consequência as disparidades de renda, a expansão do tecido urbano, crescimento econômico ou mudanças em sua estrutura no contexto discutido, não deve confundir-se com o desenvolvimento urbano, visto que este se refere a garantia ao acesso a uma educação de qualidade, saúde, justiça e trabalho digno com remuneração justa; quando se fala na modernização do campo via industrialização do Brasil, não se deve ignorar as consequências, contradições e os conflitos somados a esse processo (SPOSITO, 2005).

A força que a produção de monoculturas e o agronegócio adquiriu nesse contexto suprimiu o espaço da agricultura camponesa, considera-se que foi um processo desigual e que a urbanização foi causada pela marginalização do acesso à terra trazendo consequências que são percebidas atualmente em várias escalas, a produção de alimentos em pequenos espaços nas cidades, por exemplo, são símbolos da herança histórica e cultural dos camponeses.

Os aspectos socioeconômicos da AUP passam pelas desigualdades e vulnerabilidades como consequência do modo de produção hegemônico que interferem nas realidades locais. Historicamente, no Brasil, percebe-se num contexto geral, que a AUP está associada com a expropriação do camponês pelo processo de expansão das relações capitalistas no campo.

Isto posto, validamo-nos das contribuições de Celso Furtado (1974) sobre o mito do desenvolvimento econômico numa contextualização geral das decisões estatais, haja vista que esse economista leva em consideração o caráter ético na reflexão sobre o desenvolvimento, apontando problemas no discurso preconizado pelo Estado e pela elite que ignoram a importância de pensar no bem-estar da população e suas relações com a natureza e a cultura.

Furtado (1974) é um aporte teórico que tem a finalidade de desmascarar as ideologias das quais o Brasil é herdeiro por meio de sua formação socioeconômica, começando pelo modelo criado numa configuração centro-periferia, ou seja, implantou os sistemas: agricultura, pecuária, transportes, energia, políticas de dedução de impostos para grandes empresas, consumo na base das exportações, e se tornou caudatário, posteriormente, das implantações políticas e tecnológicas, como é o caso da modernização, concentração fundiária e urbanização.

O mito do desenvolvimento econômico foi alimentado na ideologia de que com o crescimento e a expansão do capitalismo puxado pelos países centrais, os periféricos seriam beneficiados igualmente, levando a grande massa das populações menos assistidas a sacrifícios exagerados cujos retornos atingiram apenas as minorias elitistas, às quais viabilizam os sistemas anteriormente mencionados em seu benefício.

Um dos traços na obra de Furtado (1974) chama atenção, sua crítica ao olhar míope presente nas pesquisas de cunho economicista, que fazem crer que o desenvolvimento

característico da revolução industrial e baseado em modelos externos, pode ser de domínio universal. Mesmo não se preocupando em fazer uma reflexão baseada nas premissas epistemológicas que guiam as pesquisas defensoras dessa visão, sobretudo de economistas, o autor alerta para a existência de um olhar unilateral das literaturas produzidas sobre essa temática, onde as consequências da industrialização e progresso técnico são ignoradas, tecendo críticas pertinentes no âmbito político-estatal e ao que chama de “*a vaca sagrada dos economistas*”, o Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB é utilizado como um indicador das fragilidades econômicas, bem como uma forma de identificar quais setores da economia necessitam de investimentos. De acordo com Furtado (1974):

Em um país como o Brasil basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala. Assim, dada uma certa taxa de investimento, se a procura de automóveis cresce mais que a de tecidos (supondo que os gastos iniciais nos dois tipos de bens sejam idênticos) a taxa de crescimento será maior. Em síntese: quanto maior se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma, a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes (FURTADO, 1974, p. 116).

Uma visão pautada no crescimento econômico como solução para os problemas de um país, não expressa importantes fatores relacionados ao bem-estar social, pelo contrário, o PIB é um indicador de uma visão macroeconômica, por se tratar de uma média, mascara o sofrimento de grande parcela da população e a manutenção de privilégios. Não se pode negar, que as lógicas das políticas de desenvolvimento brasileiras devem ser vistas sob essa ótica crítica, e as potencialidades de desenvolvimento endógeno valorizadas (FURTADO, 1974).

No que diz respeito às atividades agrícolas, o autor destaca que esta constitui a base da economia e da política da maioria dos países subdesenvolvidos, além de deter o controle sobre os recursos naturais. Esse processo se reproduz em várias escalas, podendo ser percebidas por meio das divisões e disparidades entre as regiões, e permite fazer uma analogia às regiões como a norte e o interior desta, o norte tocantinense. O subdesenvolvimento é fruto das atividades que buscam acelerar o processo produtivo por meio da tecnologia modernizada, destinando a produção ao mercado externo que serve a lógica da industrialização e do crescimento econômico (FURTADO, 1979).

Em síntese, são válidas as contribuições de Porto-Gonçalves (2013) ao definir o desenvolvimento utilizado como sinônimo de dominação:

Des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza, como também, separá-los entre si, individualizando-os [...] (PORTO-GONÇALVES, 2013, p.81).

Como disse Furtado (1974), é falácia a ideia de desenvolvimento que se firma sob os pressupostos da degradação dos recursos não renováveis, a tendência é de que quanto mais o sistema capitalista se consolide na ânsia da produção e consumo inacessíveis a todos, as consequências se anunciam de forma irreversível, pois produzir e consumir no âmbito hegemônico da atual globalização, discutida por Santos (2006), é o discurso fundador dos planejadores, tecnocratas e agentes hegemônicos na efetivação da supremacia da tecnologia convencional como saída para todos os males.

No contexto brasileiro, as políticas desenvolvimentistas tendem a mutilar os direitos civis e políticos, então, os discursos voltados para o crescimento de um território povoado para os interesses econômicos, são responsáveis pela atrofia da cidadania¹⁰. Tais questões, muitas vezes são despercebidas pela maior parte da população, dado o poder que a informação e discursos ideológicos preconizados pelo Estado tem de se apropriar da cultura local (SANTOS, 2020), fazendo com que o Des-envolver, aos moldes da afirmação de Porto-Gonçalves (2013) aconteça.

Corroborando com essa afirmação, Dourado (2019) defende a necessidade de pensar outras racionalidades, pautadas na valorização das culturas, no saber local e na harmonia com a natureza, sob a ótica dos povos historicamente marginalizados. Segundo o autor, as políticas mercantis fazem com que a população fique sujeita a um ciclo de exclusão e de desigualdades sociais.

Para Barquero (1998), o desenvolvimento se dá a partir do aproveitamento do potencial existente no território, conduzindo à melhoria do bem-estar da população de uma localidade, resultado da mobilização de vários elementos, tais como os atores locais, sejam eles públicos ou privados. Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico deve convergir com a distribuição de renda, e o social se integrar a economia.

O município desempenha um importante papel de fortalecimento de iniciativas e incentivo a participação da comunidade visando o desenvolvimento local, necessita-se que a população tenha condições socioeconômicas favoráveis para esse modelo alternativo

¹⁰ Milton Santos mostra essa relação com a cidadania e direitos dos brasileiros no livro “O Espaço do Cidadão”, publicado inicialmente em 1987. Esse autor traz importantes contribuições para pensar a cidadania diante dos problemas estruturais que regem a democracia no país, a atrofia da cidadania tem como um dos responsáveis o discurso econômico movido pelo mercado que fazem do cidadão um consumidor.

(ALBURQUERQUE, 2004), sendo necessário a emancipação política que só é possível através da educação, saúde e condições socioeconômicas basilares para a ampliação dos espaços de participação.

Também cabe ao município, coordenar instrumentos ou programas de fomento, articular o diálogo com a comunidade, o planejamento das ações e estratégias para o desenvolvimento participativo em colaboração com associações, instituições governamentais, não governamentais, além da capacidade de reconhecer a realidade socioeconômica e cultural do território (ALBURQUERQUE, 2004).

Como visto, Furtado (1974) defende que o desenvolvimento baseado nas relações de dominação é um mito, além disso, alerta para o fato de que um dos obstáculos para a valorização endógena está centrado na burguesia local que tem o poder de fazer com que a relação de dependência aos padrões exógenos seja perpetuada.

As políticas de crescimento da economia, refletem um esforço de aplicação de modelos e concepções desfavoráveis à realidade da maioria da população; a crítica pertinente nesta discussão, é a lógica de pensar o local a partir dos padrões hegemônicos e externos, o desenvolvimento deveria partir do pressuposto de pensar o país para dentro como um todo, um exemplo claro, é o diálogo em torno da Reforma Agrária, hoje, a concentração de terras configura-se como um dos maiores gargalos ao desenvolvimento endógeno.

Olhando para as regiões brasileiras, dentro das suas peculiaridades, defronta-se com iniciativas locais voltadas para o desenvolvimento, nesse caso, o foco da pesquisa são as atividades agrícolas urbanas e periurbanas responsáveis pela ressignificação da relação com a terra no bojo do processo de urbanização/industrialização, cujas consequências, estão presentes em todos os lugares do país. Assim sendo, o próximo capítulo aborda essas práticas em diversos contextos brasileiros e tocantinense, com o intuito de demonstrar como a AUP se materializa em variados lugares.

2 PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL

Considerando que na América Latina e no Brasil há uma diversidade de agricultura urbana e periurbana, essa prática pode ser vista como uma alternativa para mitigar os problemas sociais, aumentando o interesse em estudos que contemplem a suas múltiplas dimensões. É crescente o interesse em pesquisas dentro das particularidades das cidades brasileiras, Mello *et al.* (2022) trazem uma importante contribuição ao traçar um panorama da inclusão da AUP nos planos diretores das capitais e do Distrito Federal, permitindo ver, de forma panorâmica, a atenção que o poder público vem dando a esse fenômeno.

Complementando essa discussão, neste capítulo, levantamos algumas experiências presentes na pesquisa desenvolvida por Sorrentino e Maziviero (2022) em Curitiba, Araújo (2020) em Belo Horizonte, Nunes (2018) em Imperatriz (MA) e Sousa (2019) em Goiânia (GO), além de demonstrar como a AUP vem sendo retratada no Tocantins, em especial no norte do Estado.

Considerando que as características da AUP são multifacetadas, os estudos sobre a temática ainda são poucos no Tocantins, percebe-se que o interesse em pesquisar alguma forma de agricultura urbana e periurbana ainda é elementar, os estudos concentram esforços em projetos ou hortas consideradas maiores no que diz respeito a sua dimensão estrutural, concentrando-se na capital Palmas e na segunda maior cidade do Estado, Araguaína.

2.1 Experiências em agricultura urbana e periurbana no Brasil

Na América Latina, verifica-se uma grande diversidade de agricultura urbana e periurbana considerando os diferentes interesses e condições; em muitas situações é realizada com apoio de organizações não governamentais, governamentais, comunitárias e universidades, a FAO, por exemplo, é considerada como referência na institucionalização de projetos e iniciativas para a criação de políticas públicas visando a SAN, o desenvolvimento sustentável e produção local.

Essa fundação enfatiza que as práticas agrícolas nos países latino-americanos são desenvolvidas por grupos sociais diversos, apresentando ou não vínculos com o campo; é vista como uma forma de adaptação às mudanças na estrutura da sociedade e está diretamente relacionada a urbanização e o cenário de crises, sendo esse o principal motivo da crescente preocupação de incluí-la no planejamento das cidades.

Com a necessidade de avaliar como a AUP vem sendo tratada nos países da América Latina e do Caribe, em 2014, a FAO divulgou um relatório sobre cidades mais verdes, resultado de uma pesquisa desenvolvida em 23 países, dos quais 12 apresentaram políticas públicas de

promoção da AUP, desses, 8 localizava-se no Caribe. Esse estudo focou seus esforços no levantamento do perfil dessa prática nas cidades consideradas como referência: Havana, México, Antigua e Barbuda, Tegucigalpa, Manágua, Quito, Lima, El Alto (Bolívia), Belo Horizonte (Brasil) e Rosário (Argentina).

Segundo o estudo, os agricultores urbanos apresentam uma variada faixa etária e origem social, no entanto, a maioria vem de famílias em situação de pobreza e veem a agricultura urbana como uma forma de reduzir as despesas com a alimentação e comercializar os excedentes para complementação da renda familiar. Constatou-se que os lugares que se destacam no cultivo de hortaliças na área urbana são os espaços pequenos destinados para a criação de canteiros em quintais residenciais, e pequenas hortas em ambientes escolares.

Apesar de ser uma prática comum nos países pesquisados, em 2014, a AUP não estava incluída de forma eficiente no planejamento e gestão do uso da terra na maioria das cidades do Chile, Colômbia, Paraguai, Jamaica e Equador; ainda, constatou-se que alguns países não tinham informações disponíveis sobre as políticas de inserção dessa prática no planejamento das cidades.

As iniciativas do Brasil na política de promoção da AUP vêm sendo referenciadas pela FAO desde o 5º Fórum Urbano Mundial, realizado em março de 2010, no Rio de Janeiro. Referindo-se ao combate à pobreza urbana e vulnerabilidade social, Porto Alegre (RS), Recife (PE) e Salvador (BA) foram apontadas como exemplos de cidades que buscam amenizar os problemas mencionados por meio da promoção de políticas de valorização da comercialização, citando a criação de feiras comunitárias e incentivo a comercialização no local onde o alimento é produzido (FAO, 2010).

Belo Horizonte (MG) foi referenciada como a cidade que integrou as práticas agrícolas urbanas em sua política de segurança alimentar e uso do solo; quanto a densidade populacional, a AUP foi colocada como uma alternativa para mitigar os problemas ambientais urbanos relacionando-a a São Paulo (SP); Teresina (PI) e Curitiba (PR), cidades onde a AUP está em expansão (FAO, 2010).

Para perceber como esse fenômeno atualmente vem sendo trabalhado nas capitais brasileiras no âmbito da inclusão das políticas públicas de planejamento urbano, chamamos atenção para um estudo recente desenvolvido por Mello *et al.* (2022), apresentado no XIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

Os autores fizeram uma busca de termos relacionados a agricultura urbana nos Planos Diretores das 26 capitais e no Distrito Federal, constataram que 11 planos diretores (41%) não

fazem alusão a AU, está incluído nesse dado as cidades de Porto Alegre (RS) na região Sul; Vitória (ES) na região Sudeste; Goiânia (GO) na região Centro-oeste; Macapá (AP), Manaus (AM), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), na Região Norte; e em Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Natal (RN) e São Luís (MA), no Nordeste (MELLO *et al.*, 2022).

O levantamento mostrou que 16 cidades (59%) mencionam a agricultura urbana ou termos recorrentes em seus planos diretores: Florianópolis (SC) e Curitiba (PR), na região Sul; São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), na região Sudeste; Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Distrito Federal, na região Centro-Oeste; Salvador (BA), Maceió (AL), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Teresina (PI), na região Nordeste; Palmas (TO), Belém (PA), Porto Velho (RO), na região Norte (MELLO *et al.*, 2022).

A maioria dos planos diretores das capitais brasileiras associam a AUP a fatores ligados a proteção do ambiente, sustentabilidade ambiental, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, ao mesmo tempo, o caráter social e que considera a necessidade dos agricultores urbanos é completamente esquecida, aparecendo em dosagens menores ao mencionar a questão da habitação social e SAN (MELLO *et al.*, 2022).

No Brasil, há um Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana vinculado ao Ministério da Cidadania, cujo objetivo é estimular a produção agroecológica contribuindo com o processamento e comercialização de alimentos saudáveis. A multifuncionalidade dessa prática fica perceptível diante dos objetivos desse programa:

Art. 2º O Plano é constituído por um conjunto de iniciativas que visam: I - potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional; II - contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres; III - promover a utilização de tecnologias agroecológicas; IV - promover a educação ambiental; V - estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos orgânicos; VI - estimular o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola; VII - assegurar a capacitação técnica e de gestão aos agricultores urbanos; VIII - estimular hábitos saudáveis de alimentação; IX - estimular hábitos sustentáveis; e X - implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras instituições e associações (BRASIL, 2018, p. 1).

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação desenvolve um projeto de hortas pedagógicas com o apoio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Embrapa. Esta empresa é responsável pela qualificação de profissionais da educação, saúde, secretárias municipais e estaduais, ONGs, gestores, professores de escolas públicas e privadas, e sociedade em geral.

A capacitação consiste num curso de duração de 30 horas no formato virtual realizado no site da Embrapa, onde é intenção ensinar sobre o planejamento, instalação e gestão do projeto em unidades de ensino. Trata-se de uma iniciativa recente que está em fase de

implantação e avaliação em quatro escolas brasileiras localizadas em São Luís e José de Freitas (PI) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

A metodologia desenvolvida conta com uma série de materiais e vídeos, voltados para capacitação de gestores, coordenadores, professores e merendeiros. Esses instrumentos de capacitação, estimulam e orientam a interação entre os diversos atores da comunidade escolar para a implantação participativa da horta na escola. Assim, a horta passa a ser ponto de partida para processos de educação alimentar e nutricional e para a adoção de novos hábitos alimentares, com a inserção dos alimentos produzidos em conjunto com os alunos, no cardápio da escola (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

Sob a ótica do campo do planejamento urbano, Sorrentino e Maziviero (2022) resgatam o contexto em que a AU se torna palco das discussões em Curitiba, enfatizando a importância das lutas dos agricultores urbanos em conjunto com organização da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, imprensa e apoio político local, em favor da valorização e reconhecimento das práticas agrícolas na cidade.

A lei de AU de Curitiba foi criada mediante as lutas dos hortelões, tendo como pano de fundo episódios emblemáticos. Nesse município, é regulamentado o plantio de gramíneas nas áreas de calçadas, o que acarretou em multas para os moradores que tinham vegetais e bananeiras plantadas nessas áreas, além da solicitação da retirada dos alimentos, mesmo que não houvesse interferência na circulação de pedestres (SORRENTINO; MAZIVIERO, 2022).

Esse episódio aconteceu em 2017, a partir daí a AU passou a ser abordada com mais intensidade no âmbito estadual, tendo em vista que gerou uma discussão que ultrapassou os limites municipais e conferiu visibilidade para as práticas agrícolas urbanas. Sorrentino e Maziviero (2022, p. 6) dizem que “As hortas em questão e outras hortas urbanas da cidade se tornaram palco de encontros, eventos, ativismo, intervenções artísticas, aulas abertas, oficinas e mutirões [...]”.

Tendo como foco a ação da gestão pública municipal, considera-se o caso de Cascavel (PR), nessa cidade, a AUP foi institucionalizada por meio de da lei nº 6874 de 16 de julho de 2018, que instituiu o programa municipal de agricultura urbana e periurbana, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da população. Ao município, coube a tarefa de subsidiar os meios para que os moradores cultivassem hortaliças e vegetais, fornecendo os recursos necessários, capacitação para o cultivo, consumo e comercialização de alimentos livres de defensivos agrícolas (CASCAVEL, 2018).

Em Cascavel tem um programa de agricultura urbana e periurbana que serve como demonstração da importância da gestão pública na criação de oportunidades sociais:

A Agricultura Urbana tem se tornado uma resposta aos desafios econômicos, sociais, políticos, ambientais e tecnológicos que se fazem necessários devido ao crescente aumento da população e maior demanda de alimentos e renda. [...]. Um crescente número de pessoas desempregadas e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, que em um novo cenário político econômico do país carecem de emprego e renda. [...]. Esse programa tem o intuito de promover uma mudança comportamental aos participantes, no qual terão a possibilidade de se envolver com outras pessoas da comunidade para trabalhar de maneira colaborativa, com princípios de associativismo, promovendo o pertencimento social por verem o lugar onde moram muito mais limpo e seguro, além de produzirem seus próprios alimentos. [...]. Por fim, proporcionar a produção de alimentos saudáveis, que passarão a fazer parte da alimentação de pessoas carentes, entidades assistenciais do Município, escolas e população em geral, melhorando assim a qualidade nutricional da mesa de nossos cidadãos (CASCAVEL, 2020, p. 3).

O programa traz a AUP na sua forma de contribuição socioeconômica, enfatizando o caráter multifuncional junto com a importância de transformar os lotes ociosos em espaços produtivos. No município de Matinhos (PR), também há iniciativas de políticas públicas de incentivo à produção de alimentos agroecológico nos espaços intraurbanos, nesse caso, a iniciativa parte de um estudante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que consegue mobilizar a comunidade acadêmica e representantes políticos local para criar uma política para a AUP.

A Política de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) tem por objetivo promover soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados na cidade pelo Poder Público e pela sociedade, de forma multi-dimensional, por meio de ações que visem autonomia e qualidade de vida e promovam a economia, a educação, o incentivo ao convívio comunitário, a saúde psicológica, a soberania e a segurança alimentar e nutricional (MATINHOS, 2019, p. 2).

No objetivo do programa, as políticas públicas de AUP são postas como soluções para os problemas municipais relacionados a fome e a exclusão social e não como uma forma de mitigá-los, essa lei prevê que os alimentos têm caráter de subsistência, podendo haver trocas, doações e comercialização, trazendo uma visão voltada para o direito à alimentação de qualidade para as famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Levando em consideração que a FAO (2014) apontou que Belo Horizonte é referência em AUP no Brasil, Araújo (2020) viu a necessidade de investigar esse fenômeno nessa cidade sua relação com o desenvolvimento sustentável, bem como o significado do espaço urbano para os envolvidos com a produção de alimentos.

Segundo a autora, trata-se de uma cidade pioneira em projetos relacionados à segurança alimentar numa pegada sustentável, a prefeitura tem uma série de secretarias que juntas contribuem com a criação de políticas públicas de incentivo a essa prática, menciona-se a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

Araújo (2020) destaca que apesar da prefeitura oferecer suporte técnico, insumos e mudas para os agricultores urbanos, o interesse para a criação de hortas precisa partir da comunidade, que inicialmente deve identificar uma área pública ociosa e entrar em contato com a Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana para avaliar a situação e possibilidade de uso da área.

É de entendimento da GEFAU que, apesar de a disponibilidade de área e de recursos ser importante para o desenvolvimento de um projeto de agricultura urbana, a principal variável para o seu sucesso é o envolvimento da comunidade. Dessa forma, nenhuma parte do processo é feita sem a participação e protagonismo da mesma, uma vez que ela é que será responsável pela manutenção do projeto a longo prazo. [...] O desenvolvimento dos projetos acontece em mutirões, e a Prefeitura auxilia na mobilização da comunidade e com apoio técnico - de geógrafos, agrônomos, técnicos agrícolas e assistentes sociais. Assim, antes da implantação de uma horta, por exemplo, são feitas várias reuniões com a comunidade na intenção de se construir, entre os interessados, a ideia de coletividade e pertencimento ao grupo. [...] Muitas vezes, nesses processos de diálogos para a consolidação de um projeto, acaba havendo a desmobilização dos interessados, por perceberem que o compromisso e a disponibilidade para o desenvolvimento de uma horta precisam ser grandes [...] (ARAÚJO, 2020, p. 36-37).

A resignificação do espaço para a agricultura urbana ocorre porque esta vai em contramão da industrialização, os hortelões utilizam seus conhecimentos práticos aproveitando os espaços que têm disponíveis para plantar. A autora entende que as iniciativas de produção de alimentos nas áreas urbanas de Belo Horizonte contestam a velha dicotomia entre o urbano e o rural, enfatizando que a cidade não é apenas o lugar da urbanização, dos prédios ou das indústrias, é também o espaço para a produção de alimento. É onde está presente elementos da produção camponesa, que na maioria das vezes é ignorado pelo poder público.

Em Imperatriz (MA) a realidade é diferente de Belo Horizonte, conforme é possível constatar por meio do estudo feito por Nunes (2018). Nessa cidade, a agricultura urbana está diretamente relacionada com a identidade familiar e origem rural dos envolvidos, é uma necessidade em função da ausência de emprego, sendo assim, uma importante fonte de renda.

Com os argumentos abordados nesse primeiro momento é possível diagnosticar a atividade agrícola urbana como uma atuação fundamental, que deve ser incluída no processo de planejamento urbano das cidades, uma vez que constitui uma realidade cultural que os centros urbanos absorveram e de uma prática multifuncional que promove o processo econômico, social e ecológica [...]. Conforme apontam os resultados, os agricultores citados na pesquisa são responsáveis por grande parte do abastecimento da maior rede de supermercados do estado do Maranhão e ainda atendem às regiões circunvizinhas, outros municípios e até outros estados. [...]. Atendem, também, as concentrações locais de cada bairro: pequenos comércios, feiras e mercados, movimentando a economia local e influenciando no desenvolvimento de atividades na produção de produtos orgânicos, processamento, prestação de serviço e comercialização (NUNES, 2018, p. 96).

Na busca pela caracterização da agricultura urbana em Imperatriz, a autora constatou que há muitas dificuldades em conseguir apoio técnico, político e participação em programas;

não há um diálogo entre o poder público municipal e os agricultores urbanos. Apesar disso, é uma prática expressiva e que gera retornos para o desenvolvimento econômico local, pois os pequenos produtores conseguem estender sua produção para outros municípios e estados.

Em Goiânia, Sousa (2019) mapeou a agricultura urbana e periurbana buscando analisar as características dos produtores e suas concepções. Constatou que há iniciativas públicas, buscando ocupar os terrenos baldios e ociosos, a Prefeitura de Goiânia faz parceria com instituições privadas capazes de oferecer capacitação técnica para a produção agrícola na cidade por meio do programa Agricultura Urbana e Horta para Todos.

Sousa (2019) constatou que há iniciativas da sociedade civil visando a promoção da SAN em Goiânia, citando a participação da ONG Ecomamor que contribuiu, em 2018, com a implantação de hortas em instituições públicas e espaços da região metropolitana de Goiânia. Contudo, o autor enfatiza que:

A principal dificuldade verificada para que as hortas de fato tivessem continuidade após a implantação e que, desta forma, pudesse de fato gerar alimentos para a comunidade, é também a falta de engajamento social nas comunidades beneficiadas para garantir a manutenção adequada. São pessoas que, de modo geral, não possuem vivência com a agricultura. Apesar de reconhecer potenciais benefícios que poderiam ser obtidos com o progresso da horta, as pessoas 97 envolvidas não tem o conhecimento, a disposição e o tempo necessário para manter o espaço da horta cuidado e produtivo (SOUSA, 2019, p. 96).

As hortas geralmente são implementadas em áreas com maior densidade populacional, essas e outras iniciativas em Goiânia passam por diferentes setores e tem em comum, a produção pautada em proposições agroecológicas e valorização do ambiente. Nota-se com essas ponderações que o vínculo anterior com alguma prática de agricultura, pode ser um fator decisivo para a permanência e sucesso dos projetos e iniciativas voltadas para a AUP, pois produzir hortaliças exige tempo, conhecimentos técnicos e/ou práticos e dedicação para cuidar dos canteiros (SOUSA, 2019).

2.2 A agricultura urbana e periurbana no Tocantins

Trazendo essa discussão para o contexto tocantinense, as práticas agrícolas na cidade são muito comuns, lotes ociosos são um dos principais pontos de plantação de feijão, abóbora, macaxeira e milho; nos quintais residenciais são comuns a produção de hortaliças e legumes que ocupam menos espaço, como as cebolinhas, alface, couve e rúcula; também é presente hortas escolares nas instituições de ensino públicas vinculadas ao governo do Tocantins e municípios.

Praticamente invisíveis, os quintais residenciais são responsáveis pela produção de uma grande quantidade de alimentos saudáveis e de qualidade, além das hortaliças, são nesses

lugares que se encontram uma maior diversidade de frutas, como a manga, a goiaba, o caju, a jabuticaba, a acerola e a laranja; também chama atenção as plantas ornamentais, e as terapêuticas, comumente utilizadas para chás. Em contrapartida a essa multiplicidade de formas há uma distinção dos lugares onde se apresenta; esses lugares podem ser caracterizados por uma determinada combinação de fatores naturais ou antrópicos que determinam o cultivo do tipo de alimento.

Palmas, capital do Tocantins, e Araguaína, cidade média do Estado, são foco dos estudos voltados para esse tema, aqui destacamos algumas pesquisas que contribuem com as experiências das práticas agrícolas urbanas nessas cidades; a existência de projetos desenvolvidos por instituições públicas e pelo governo na cidade de Gurupi (TO) e mais recentemente o interesse em pesquisas no extremo norte do Estado.

O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana do Brasil, mencionado anteriormente, publica tanto no site oficial do Ministério da Cidadania como no Diário Oficial da União, editais de apoio financeiro para a promoção da AUP. As verbas são destinadas para a aquisição de materiais, implantação de hortas, capacitação voltadas para a produção que tenha contribuição com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), implantação e desenvolvimento de hortas, e podem ser pleiteadas pelos Estados, Municípios, instituições governamentais, privadas e organizações da sociedade civil.

No Tocantins, esse programa vem trazendo bons frutos com o desenvolvimento de um projeto de extensão intitulado “Alimentação saudável: aprender a fazer e fazer para aprender”, em parceria com o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto), cujo foco é a educação alimentar e nutricional e também o aperfeiçoamento do processo de plantio e cultivo de alimentos, as ações desse projeto previram um alcance de 6.300 pessoas entre setembro de 2019 e junho de 2022 (FAPTO, 2022).

O projeto prevê a construção de 29 hortas urbanas distribuídas em escolas, presídios e residências de famílias com baixa renda, para o sucesso das hortas, será necessária a capacitação dos participantes para a produção de alimentos agroecológicos. Até fevereiro de 2022, dez hortas foram implantadas nos municípios tocantinenses Pedro Afonso, Dianópolis, Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Palmas e Marianópolis (FAPTO, 2022).

Além disso, foram produzidos materiais didático-pedagógicos, cita-se a cartilha “Da Horta Para a Mesa” que ensina como comprar, armazenar e higienizar frutas, verduras e legumes, trazendo alguns elementos referentes as características e valores nutricionais importantes desses alimentos. Outro material é o livro “Saúde no Prato” que traz dicas de higienização e aproveitamento dos alimentos para evitar o desperdício, traz informações sobre

como consumi-los por meio de diversas receitas, por fim, traz alguns jogos de caça-palavras saudáveis.

Foram produzidos *podcasts* sobre compostagem, propriedades nutritivas das hortaliças e ensinando sobre hortas mandalas, esses materiais foram distribuídos para os participantes do projeto e são disponibilizados no site da instituição a versão digital. Percebe-se que é um projeto que traz perspectivas de SAN, educação alimentar, saúde, combate à pobreza, ressocialização quando se observa o seu público alvo, os trabalhos e forma como estes vem sendo desenvolvidos.

Em Gurupi, município localizado na Região Sul do Estado, a agricultura urbana é uma atividade bem expressiva, principalmente no centro da cidade, os quintais residências, lotes baldios e as áreas públicas são focos do desenvolvimento de hortas e plantações intraurbanas. Primo *et al.* (2014) fizeram um mapeamento da agricultura desenvolvida no perímetro urbano da cidade e identificaram 288 iniciativas distribuídas em 35 bairros, ao abordar 60 agricultores urbanos, ou seja, 20% do total das unidades de produção mapeadas, constataram o que é comum nos municípios tocantinenses: a ausência de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos nas cidades.

Partindo da necessidade do agricultor urbano complementar a renda e cultivar alimentos para o consumo, as iniciativas que surgiram em Gurupi são independentes, não contam com a organização ou participação de cooperativas ou associações, encontrando várias barreiras como a falta de assistência técnica, ausência de apoio do poder público municipal e de diretrizes para a promoção da AUP, uma vez que não foi identificado políticas públicas para esse segmento (PRIMO *et al.*, 2014).

Num contexto mais recente, afirma-se que agricultura urbana está adquirindo maior visibilidade, as ações das universidades e institutos federais têm grande importância para a sua valorização em todo o Brasil. Na cidade em tela, por exemplo, encontra-se um campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), responsável por um projeto de extensão em agroecologia financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que propõe o fortalecimento da agricultura em áreas urbanas da região Sul do Estado.

Recentemente, surgiram algumas iniciativas do governo do Estado visando fortalecer a AUP por meio da implantação de hortas comunitárias em escolas da zona rural e urbana, cita-se, em 2021, a criação do programa “Mesa Farta na Escola”. Por meio da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Seagro) pretende-se fixar inicialmente hortas nas escolas de Gurupi e posteriormente expandir para as demais escolas do Tocantins.

No Tocantins também ganham destaque outras iniciativas, em Palmas, no ano de 1992, foi implantado pela prefeitura um projeto direcionado para o cultivo de alimentos em hortas comunitárias, foram quase três décadas de execução do projeto que culminou na implantação de 23 hortas na capital, a proposição era oferecer uma possibilidade ou alternativa para a população produzir e ter acesso a alimentos frescos e saudáveis (SOUSA; BAZZOLI; DELGADO, 2021).

As hortas comunitárias de Palmas fazem parte de uma iniciativa de grande relevância para a valorização da agricultura urbana e tem uma grande importância para o desenvolvimento local. A pesquisa de Sousa, Bazzoli e Delgado (2021), realizada com aproximadamente 50% das hortas comunitárias, destaca algumas contribuições do projeto para a comunidade:

- 1) As hortas localizam-se em áreas públicas e contam com a assistência da prefeitura no fornecimento de insumos e suporte técnico;
- 2) Há uma valorização da participação feminina na liderança das hortas comunitárias;
- 3) Os participantes do projeto residem próximo às hortas e o projeto contribui com a geração de trabalho, renda e segurança alimentar e nutricional dos mesmos;
- 4) Tem contribuição ambiental, pois permite a reciclagem de resíduos orgânicos e limpeza urbana
- 5) No âmbito socioeconômico, contribui para o desenvolvimento local, pois há também uma valorização do que é produzido localmente por meio do fornecimento para os mercados, feiras e comunidade;
- 6) Convém destacar a rede de apoio comunitária fruto dessa iniciativa, e o não desperdício de alimentos, além do consumo e comercialização, os excedentes são doados para a comunidade ou para as escolas de Palmas.

Os autores destacam que as hortas comunitárias de Palmas apresentam alguns problemas estruturais. Quanto a renda, é ausente o controle dos resultados financeiros; quanto a assistência, há poucos técnicos e o transporte apresenta limitações; quanto a infraestrutura, há problemas com a irrigação em função de haver caixas d'água insuficientes e o cercamento apresenta desgastes; quanto ao ambiente e segurança alimentar, o projeto não descarta a possibilidade de uso de agrotóxicos e já é comum o uso de adubos químicos; no que toca a participação da comunidade, infelizmente ainda é baixa a participação de jovens (SOUSA; BAZZOLI; DELGADO, 2021).

Segundo Sousa (2019), a gestão pública municipal tem a possibilidade de elaborar estratégias buscando solucionar esses problemas, os agricultores urbanos participantes do

projeto desenvolvido pela Prefeitura de Palmas em sua maioria apresentam baixa escolaridade, o que torna indispensável um suporte técnico voltado para o controle financeiro do que é produzido; outro ponto, é a ausência do monitoramento das hortas comunitárias, é comum o furto das hortaliças produzidas, isso causa uma conseqüente sensação de desalento por parte dos horticultores urbanos.

Em uma pesquisa desenvolvida em Araguaína, Norte do Tocantins, Brito (2020) analisou se as hortas urbanas dessa cidade tinham potencial para fazer com que os horticultores participantes da pesquisa alcançassem o desenvolvimento, assim, relacionou a produção de hortaliças no espaço urbano com a proposta teórica de Amartya Sen sobre o desenvolvimento como liberdade.

É importante destacar, que na perspectiva de Amartya Sen (2010), a ideia de desenvolvimento necessita enxergar além do crescimento econômico, o desenvolvimento implica pensar na avaliação de um conjunto de disposições sociais interligadas que passam pela economia, pela política e pelo Estado. Para esse autor, a riqueza, por exemplo, não é sinônimo de uma boa qualidade de vida, o bem-estar é resultado da garantia de oportunidades sociais como o acesso a uma educação de qualidade, serviços de saúde, a segurança alimentar e nutricional, direito de eleger seu governante, de se expressar e acesso a políticas públicas.

Considerando que as liberdades humanas são constitutivas do desenvolvimento, sendo considerados os fins e meios principais desse processo, Sen (2010) categoriza-as em dois tipos: as instrumentais e as substantivas; que além de serem complementares, influenciam nas ações sociais das pessoas.

As liberdades instrumentais envolvem a liberdade política, as oportunidades sociais como o acesso à educação e saúde, as facilidades econômicas como a participação no comércio e na produção, as garantias de transparência e clareza nas ações envolvendo as pessoas, incluindo o direito à informação, independentemente do nível da esfera pública. E também, a segurança protetora, esta por sua vez engloba as ações governamentais e estatais, que por meio da institucionalidade deve assegurar o bem-estar social. Para a liberdade substantiva, é conferida a capacidade das pessoas de fazerem o que desejam e valorizam (SEN, 2010).

Analisando esses pilares para pensar o desenvolvimento, Brito (2020) entrevistou 8 horticultores urbanos de Araguaína e constatou a presença majoritária de mulheres responsáveis pelas hortas, correspondendo a 62,5% dos participantes da pesquisa. Quanto a educação, fundamental no processo de desenvolvimento, evidenciou-se que a maioria dos horticultores não tinham concluído o ensino fundamental e nenhum tinham feito algum curso técnico ou de nível superior.

As hortas estudadas por Brito (2020), não tem nenhum vínculo com associação ou cooperativa, a produção é independente desde a construção de canteiros, plantio de mudas, até a comercialização. Desse modo, a autora afirma que:

A ausência dos agentes públicos de todos os âmbitos no suporte e apoio aos agricultores reafirma uma cultura do abandono e da meritocracia. Rememorando os dados levantados, estas pessoas em sua maioria se tornaram agricultores pela falta de oportunidades sociais, e continuam a exercer a profissão sem o devido reconhecimento e valorização do trabalho, o que contribui e reafirma a fragilidades dos horticultores, que carecem de segurança econômica, social e política. Ainda que tenham começado a produção por necessidade, hoje estes produtores fazem uma diferença significativa no ambiente urbano, o que nos leva a refletir sobre um novo modelo de urbanidade, o que vai na contramão das políticas neoliberais praticadas (BRITO, 2020, p. 121).

Não é a primeira vez que pesquisadores chamam atenção para essa questão, Sena (2016) estudou quatro hortas nos bairros Nova Araguaína e Setor Couto Magalhães, criticando a ausência de políticas públicas e de uma legislação voltada para a agricultura urbana em Araguaína, além disso, os problemas de regulamentação municipal enfrentados pelos horticultores é um grande desafio que vem sendo enfrentado por esse grupo, não há uma valorização dessa prática.

No extremo Norte do Estado do Tocantins há uma carência maior de estudos sobre a AUP, o que dificulta enfatizar as experiências nessa região, permitindo também, pensar, na invisibilidade que esse fenômeno apresenta quando se trata de cidades pequenas. Atenta-se ao fato de que a região conhecida como Bico do Papagaio é formada por 25 municípios e 84% não alcançam uma população superior a 10 mil habitantes, são municípios onde há intensos conflitos pela posse da terra e marcos históricos de barbáries contra os camponeses.

Ainda assim, é possível encontrar pesquisas desenvolvidas no extremo norte do Estado e que servem como parâmetro para observarmos como essa temática vem sendo tratada no Bico do Papagaio. Da Silva (2022) pesquisou a AUP em perspectiva ao desenvolvimento local em Augustinópolis (TO); Silva, Mendes e Guedes (2021) estudaram a AUP como subsídios para geração de renda em Ananás; Silva, Borges e Silva (2022) também desenvolveram uma pesquisa em Ananás, entrevistaram os três principais horticultores comerciais sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para esse segmento.

Em Augustinópolis, assim como em Goiânia, Belo Horizonte, Imperatriz e Palmas, a prática da agricultura na cidade e seu entorno envolve o sentimento de pertencimento ao lugar onde é praticado, a AUP é uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida contribuindo diretamente com a renda familiar, apesar disso, as atividades agrícolas desenvolvidas nessa cidade, não exigem nenhuma formalização, dificultando até mesmo o acompanhamento por parte de órgãos municipais como a secretária da agricultura (DA SILVA, 2022).

Nesse sentido, Da Silva (2022) ressalta que essa ausência de registro interfere na criação de políticas públicas para esse segmento:

[...] Informalizados pelo poder público, a Agricultura Urbana e Periurbana no município [Augustinópolis] não dispõe de nenhum tipo de programa ou política pública de monitoramento, acompanhamento ou de fortalecimento dessa atividade, mesmo com a relevância e benefícios sociais, econômicos e ambientais que proporciona [...]. A ausência de política que contemple a atividade no município traduz-se na ausência de assistência técnica especializada nas propriedades. Tal fato pode contribuir para atuações insuficientes referentes ao manejo da produção, da expansão dos negócios e do correto uso dos recursos naturais disponíveis. O atendimento das demandas de acompanhamento e capacitações dos produtores para o melhor gerenciamento dos negócios são extensamente descritas na literatura como fatores que contribuem na qualidade e expansão da atividade, bem como fortalecem os benefícios sociais e ambientais resultantes dela (DA SILVA, 2022, p. 153).

É possível notar a partir das considerações do pesquisador, que a ausência de políticas públicas pode significar um entrave para a AUP em Augustinópolis. Por se tratar de uma prática multifuncional no que tange ao ambiente, a sociedade e ao desenvolvimento local, espera-se que seja mais valorizada e reconhecida pelos órgãos capazes de impulsionar o seu desenvolvimento.

Essa é uma realidade comum no Bico do Papagaio, em Ananás, Silva, Mendes e Guedes (2021) destacam a presença dessa prática em quintais residenciais e lotes, bem como a sua importância para a geração de renda e segurança alimentar:

[...] as políticas públicas para o incentivo à produção de hortaliças em Ananás são mínimas e/ou inexistentes, é necessário que o poder público municipal reconheça a importância dessa prática, colocando em debate as discussões sobre a segurança alimentar e desenvolvendo ações direcionadas a horticultura na cidade, bem como oferecer incentivos para a prática da Agricultura Urbana, que é uma forma de aproveitar os espaços, contribuindo para a limpeza da cidade e também disponibilizando aos horticultores cursos de aperfeiçoamento. Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento de hortas urbanas não somente gera renda, mas também contribuem para a inclusão social de famílias em vulnerabilidade econômica, além de incidir diretamente na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de Ananás (SILVA; MENDES; GUEDES, 2021, p. 94).

Os autores constataram que em Ananás, até o desenvolvimento da pesquisa, não haviam políticas públicas para esse segmento, tratava-se de uma prática invisibilizada pelo poder público. Espera-se que ao final desta pesquisa, a AUP nesse município tenha ganhado contornos diferentes voltados para a valorização dos alimentos produzidos e para as possibilidades de desenvolvimento ao menos dentro das dimensões municipais.

No contexto da crise sanitária decorrente da Pandemia da COVID-19, Silva, Borges e Silva (2022) constataram que a pandemia afetou a produção de hortaliças no perímetro urbano de Ananás considerando vários fatores associados a saúde e bem-estar dos horticultores. As consequências da pandemia vão desde as relações entre o produtor e o consumidor, até os valores dos insumos utilizados.

Os impactos da pandemia na questão econômica, também ocorreu na compra de sementes em outras localidades em função dos decretos municipais de restrição do comércio para evitar o contágio pelo novo coronavírus, em consequência disso, houve uma redução na renda dos horticultores pesquisados [...]. De acordo com as impressões dos entrevistados, fica evidente que não houve iniciativas de políticas de assistência ou orientação aos agricultores urbanos de Ananás. Diante dessas consequências e dos altos valores dos insumos, que em alguns casos aumentaram até 150%, os horticultores ainda têm problemas logísticos para adquiri-los, tendo que pagar fretes particulares, o combustível dos carros do município e no caso das sementes adquiridas em Araguaína (TO), contam com a ajuda de pessoas residentes em Ananás que fazem viagens com frequência para essa cidade (SILVA; BORGES; SILVA, 2022, p. 13).

Foi constatado nessa pesquisa, que a lógica do governo brasileiro em privilegiar a economia em detrimento da vida, seguido da ausência de iniciativas no âmbito municipal para minimizar os impactos da pandemia para esse segmento, foram motivos que deixaram horticultores desanimados em algum momento, desde o evento cujos efeitos ainda não foram totalmente superados.

Esse segmento foi desafiado a prosseguir com a comercialização de hortaliças apesar do medo e dos riscos que o vírus silencioso e possivelmente mortal poderia causar para a saúde, principalmente porque trata-se de um município com ausência de equipamentos de saúde indispensáveis para atender as vítimas da COVID-19, como respiradores e unidades de tratamento intensivo.

Levando em conta os fatores mencionados, como o desrespeito à saúde da população por parte do governo brasileiro, a ausência de políticas públicas para esse segmento durante a pandemia e o aumento no valor dos insumos que interferiram direto no preço dos alimentos comercializados em Ananás, os autores destacam que ao Estado cabe a tarefa de promover o bem comum, a segurança protetora. Pensar o país como uma nação é pensar na lógica de desenvolvimento a partir do bem-estar social e equilíbrio a vida, não como uma vinculação a lógica economicista percebida nas ações e falas do governo brasileiro durante a pandemia.

Mesmo sendo incipiente, percebe-se que no Tocantins existem algumas iniciativas voltadas para o fortalecimento da AUP, no entanto, o interesse do poder público na criação de leis no âmbito municipal e/ou estadual, até mesmo em diretrizes e incentivos à produção de alimentos nas cidades, ainda é precário. No geral, são práticas que na maioria das vezes se apresentam como invisíveis diante do poder público que tende a valorizar em maior escala a produção exógena.

É possível deduzir isso, quando observamos as constatações de Mello *et al.* (2022), ao destacarem que apesar do Tocantins ser um Estado jovem, a AUP aparece com frequência no Plano Diretor de Palmas referente ao ano de 2018, no entanto, ao se referir a essa prática sob a

ótica da política de habitação social, utiliza literalmente partes do texto presente no Plano Diretor de São Paulo (2014).

Desse modo, ressalta-se a importância e a relevância das pesquisas e projetos que a FAO vem desenvolvendo no Brasil, ao mesmo tempo chama atenção a concentração das ações nas regiões metropolitanas e capitais onde o processo de urbanização foi mais intenso. Logo, as ações desenvolvidas por essa fundação não estão ligadas às novas realidades brasileiras, trazendo uma sensação de que o mesmo valor e importância das práticas agrícolas urbanas não são atribuídas aos demais Estados ou cidades; as universidades e institutos federais aparecem como promotoras de projetos e demandam interesses por áreas esquecidas no ponto de vista da promoção da AUP.

Há uma tendência crescente de criação de políticas públicas com foco nas práticas agrícolas urbanas, apesar disso, é ausente o interesse do poder público em equacionar problemas referentes ao bem primordial para plantar, a terra. São meios válidos e necessários para o fortalecimento da AUP, mas que deixa a desejar quando ignora as suas causas fundamentais relacionadas ao histórico da distribuição da terra no Brasil, cuja herança é a da espoliação e concentração fundiária que resultou nos enormes contingentes populacionais jogados aos destinos da sorte, o que explica e justifica o histórico de lutas pela terra no campo, presente nas discussões de José de Souza Martins em “o cativo da terra” (MARTINS, 2010). Neste sentido parece plausível amenizar a questão dos conflitos fundiários pelas possibilidades de amenização do problema na via da AUP.

3 CARACTERIZAÇÃO DE ANANÁS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

O objetivo deste capítulo é abordar alguns aspectos históricos, sociais, demográficos e econômicos característicos de Ananás. Quanto ao histórico, utilizamos a pesquisa desenvolvida por Sara Oliveira (2014) e informações disponíveis no site da prefeitura municipal. Para o levantamento sobre as questões sociais, econômicas e demográficas, utilizou-se como base dados disponíveis nos censos do IBGE, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no documento sobre o perfil socioeconômico municipal da Secretária de Planejamento e Orçamento do Tocantins (SEPLAN/TO) e no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município (PDDS).

O capítulo traz uma caracterização com apontamentos sobre as observações feitas em campo durante o período de execução desta pesquisa, o que oportunizou fotografar áreas como as principais vias da cidade e alguns espaços em torno desta, além disso, possibilitou também a coleta de informações sobre a realidade local.

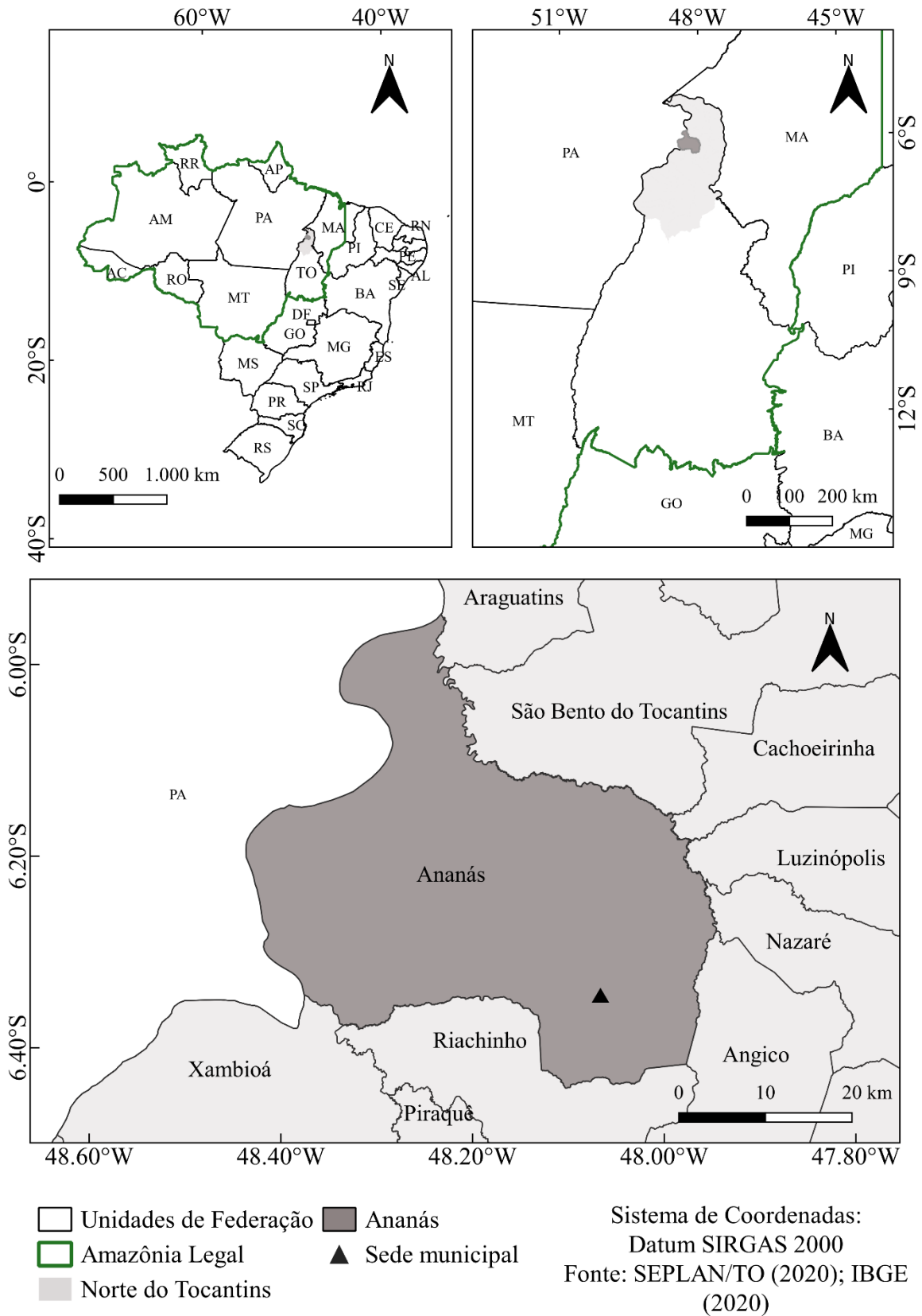
As informações coletadas e que nos servem de caracterização tanto no contexto regional como local, evidenciam a complexa relação entre a cidade e o seu entorno formado por grandes fazendas de pecuária, e num sentido mais amplo uma relação conexa com Araguaína (TO), demonstrando que a dinâmica socioespacial ananaense está conectada a um contexto que ultrapassa os limites do município.

A estrutura social de Ananás sofre influência do contexto histórico abordado no primeiro capítulo, pois as ideologias desenvolvimentistas trouxeram consequências dada a sua localização no extremo norte do Tocantins e inserção na área conhecida como Bico do Papagaio. A área de estudo tem uma dinâmica que remota à transformação do campo com a migração de camponeses e aumento da população urbana, nesse contexto a agricultura urbana e periurbana adquire vários significados.

3.1 Aspectos gerais do município de Ananás

No Mapa de localização (Figura 1) observa-se que o Estado do Tocantins compõe integralmente a área de Abrangência da Amazônia Legal, uma região de planejamento estratégico com extensão territorial de 5.015.067,86 km², aproximadamente 59% do território brasileiro, integrando o campo de atuação político da Superintendência de Valorização da Amazônia, atualmente SUDAM (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa de Localização Geográfica de Ananás (TO).



Fonte: IBGE (2020), SEPLAN/TO (2020). Elaborado pela autora (2022).

A SUDAM buscou promover o desenvolvimento de grandes projetos nessa região, favorecendo incentivos fiscais e financeiros como atrativos para investidores em atividades produtivas altamente lucrativas, desenvolvidas nas áreas que fazem parte do seu campo de atuação. Nesse sentido, o Tocantins encontra-se em uma localização estratégica para a exploração das potencialidades dos recursos naturais dos seus municípios, está incluído dentro dos planos e metas visando o crescimento produtivo regional com inserção no mercado global.

Segundo o IBGE (2021), o estado do Tocantins possui uma área de aproximadamente 277.423,627 km² e em 2010 tinha uma população de 1.383.445 pessoas, estima-se um aumento aproximado de 224 mil habitantes em 2021. O Tocantins tem como limites territoriais: a noroeste o estado do Pará, a nordeste o Maranhão, a sudoeste o Mato Grosso e ao sul o estado de Goiás (Figura 1).

Observa-se que o estado do Tocantins, é foco dos interesses de investimentos do capital privado em vista da sua localização estratégica e posição geográfica limite com os estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e da própria região Norte; a vinculação do Tocantins aos mercados da região Sul e Sudeste, se dá por meio do desenvolvimentismo voltado para a Amazônia, responsável por inseri-lo na dinâmica produtiva nacional e internacional.

Na figura 1, também se observa a localização do município Ananás, que faz parte do norte do estado do Tocantins, portanto, integra a área de abrangência da Amazônia Legal, sua posição geográfica está entre os paralelos de 06°21'58" de latitude sul e 48°04'24" de longitude oeste. Esse município faz parte do bioma Amazônico, compreendendo as áreas próximas ao rio Araguaia na divisa com o estado do Pará, entretanto, é predominante o Cerrado, e está incluído na área de atuação desses projetos modernizantes voltados para a produção agropecuária.

A formação do território ananaense é marcada pela posse da terra com a chegada de famílias que migravam da região Nordeste para a Amazônia, fugindo da seca e de conflitos, buscando um solo fértil para a produção camponesa; o babaçu, historicamente, foi a principal forma de subsistência no Norte do estado, tendo importância econômica para os camponeses, cuja sobrevivência dependia da extração e comercialização do azeite, do óleo e do carvão vegetal.

Os registros históricos disponíveis sobre esse município não seguem uma lógica cronológica bem delimitada, mas buscamos apresentar alguns acontecimentos marcantes que nos permite, considerando o contexto do norte tocantinense, relacionar a lógica da frente de expansão e posteriormente da frente pioneira, como fatores que se apresentam como características de Ananás.

O primeiro registro histórico sobre a ocupação é de 1870, com a chegada de Teodoro Geofre Vanderley, que vindo do estado do Maranhão adquiriu a posse de uma terra em volta do ribeirão Bacuri e do ribeirão Porcos, era uma localização que atraía muitos olhares de quem migrava para esse lugar (ANANÁS, 2016). Sobre a formação do município, levando em conta os poucos dados disponíveis, Oliveira (2014) diz que o outro registro histórico é de 1903, com a chegada de José Honorato da Cruz, também vindo do Maranhão para a província de Goiás. Junto com sua família, tomou posse de uma terra fazendo um aglomerado destinado para a prática camponesa, como a criação de pequenos animais e plantação de alimentos no local onde hoje é marcado como a sede municipal.

Segundo Oliveira (2014), o povoamento vai ganhando forma a partir de 1907, em função do conflito armado entre Padre João contra o fazendeiro Leão Ledra, principal líder da oligarquia rural na cidade de Boa Vista do Padre João (atual Tocantinópolis), então pertencente ao estado de Goiás, nessa região era comum acontecer conflitos entre os oligarcas rurais e o clero que disputavam o domínio do poder político regional; pela proximidade, muitas famílias fugiam de conflitos armados buscando proteção nas terras hoje conhecidas como Ananás.

A constituição do município também envolve a ocupação de terras localizadas nas margens dos principais cursos de água, Oliveira (2014) acrescenta que com o passar dos anos, famílias vindas do Nordeste e de localidades próximas foram povoando à margem direita do ribeirão Porcos, hoje esse lugar é conhecido como o povoado São Raimundo dos Porcos, na estrada em direção ao garimpo do “Chiqueirão” (Xambioá). A rede hidrográfica, integrando a região do vale do Araguaia (TO), favoreceu o processo de ocupação por meio do transporte fluvial que permitia o deslocamento das pessoas, dos animais e das matérias primas comercializadas, constituindo o período elementar marcado pela frente de expansão sobre as terras devolutas no extremo norte do Tocantins.

Em missão de evangelização dos moradores dessas terras, por volta da década de 1950, o pastor Tibúrcio Vieira de Sousa, residente de Boa Vista do padre João, orientou que as famílias morassem mais próximas umas das outras, algumas aceitaram e formaram uma pequena comunidade de evangélicos. Ao retornar para a seu local de residência, esse pastor chama atenção ao descrever as riquezas naturais e fertilidade do solo na comunidade de Ananás, atraindo ainda mais moradores (ANANÁS, 2016).

Em 1953 este pastor passou a residir nessas terras férteis, fomentando a imigração para a localidade, espalhou-se a notícia de que havia um lugar bom para sobreviver, com a pesca, o babaçu e a plantação. Mais adiante, percebe-se que esse caráter histórico envolvendo a ocupação e povoamento deixaram marcas em Ananás que podem ser percebidas na atualidade.

Ananás pertenceu a Boa Vista do padre João até o ano de 1958, com a emancipação do município de Nazaré, essa área passou a pertencer a esse município recém-criado, mas isso não durou muito tempo, em 1960, passou a ser distrito de Araguatins, somente após três anos que o distrito de Ananás se tornou um município e passou a ter sede própria, a partir da lei estadual nº. 4684 de 14 de outubro de 1963 (SEPLAN, 2021).

A região compreendida como norte tocantinense, onde Ananás está localizado, é marcada pela presença de povos nativos como os indígenas *Apinayé*, que sobrevivem da caça e da agricultura de subsistência, habitando uma área demarcada no município de Tocantinópolis; de populações remanescentes de grupo étnico-racial formado por descendentes de escravos, os quilombolas; de lavradores que tomam a posse da terra para a sua sobrevivência, os posseiros.

Trata-se de uma região que serviu inicialmente ao contingente migratório nordeste-norte brasileiro no contexto dos movimentos das bandeiras religiosas como numa alusão à “terra prometida”, englobando nesses fluxos não só os camponeses nordestinos, mas também populações afrodescendentes ou quilombolas, gerando uma cultura de produção camponesa com base na posse da terra ao que Martins (1997) define como frente de expansão, onde a terra para trabalho é o fundamento de uma economia de subsistência em equilíbrio com a natureza e a cultura.

Conforme percebe-se na formação de Ananás, essa ocupação que remonta há séculos foi favorecida pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que foram por muito tempo as principais vias de ocupação e de criação de algumas cidades que na atualidade ostentam na paisagem e na história esse legado, como é o caso de Tocantinópolis, de Babaçulândia, de Xambioá e de Araguatins.

É possível perceber em alguns traços históricos, que os registros indicam que essa localidade era formada por pequenos aglomerados de famílias camponesas nordestinas e nortistas que viviam do que produziam no seu pedaço de terra e do escambo das amêndoas de babaçu. Porém, destaca-se que essa região também recebeu uma corrente migratória do centro-oeste, sudeste e sul do país, com características colonizadoras impulsionada pelas políticas econômicas do Brasil.

A sequência de fluxo migratório foi impulsionada pelo contexto de unificação territorial brasileiro inspirado na chamada “marcha para o oeste” do governo de Getúlio Vargas, onde o Estado, a partir de 1930, começou a elaborar estratégias visando criar um mercado econômico nacional, cujo contexto dos anos de 1940 em diante, o interior do Brasil e antigo norte goiano (atual Tocantins) recebe novo fluxo principiando a modernização econômica para consolidação do capitalismo na região e em Ananás. Este outro grupo corresponde ao que Martins (1997)

define como frente pioneira, marcado na sequência, por lutas entre posseiros e fazendeiros pecuaristas.

A marcha para o oeste foi uma ação que causou impacto no antigo norte goiano, tendo em vista a criação de políticas nacionais de colônias agrícolas estabelecidas em lugares com pouca densidade populacional, diferente do litoral brasileiro. Tratavam-se de políticas de ocupação baseadas nas alianças com grandes latifundiários e empresários paulistas, a realização da marcha também contou com o apoio da população convencida pelo discurso nacionalista do governo, presente nas propagandas e principais jornais da época (ARRAIS, 2016).

A partir de 1950, a frente pioneira passa pelo processo de ocupação da região centro-oeste e norte, tratava-se de um processo lento caracterizado pela apropriação do território na dimensão da reprodução capitalista, cujo avanço acelera a partir de 1964, com a busca pela ocupação econômica da Amazônia Legal durante o governo militar. O norte tocantinense sofre com as ações e ideologias dos governos, que tratavam essa região como um espaço “vazio”, ignorando a presença dos povos nativos, tradicionais e camponeses (MARTINS, 1997).

As políticas de incentivos fiscais concedidas para as grandes empresas nacionais e estrangeiras, a partir de 1964, foi uma forma de assegurar os investimentos nessa região, Martins (1997) afirma que esses incentivos, na realidade são doações com objetivo de avaliar a lucratividade dos bancos, da indústria e dos latifundiários, sem trazer retornos para a sociedade. A expansão da frente pioneira em direção ao norte do Tocantins, também evolui a criminalização dos camponeses que buscavam assegurar o seu direito seja na cidade ou no campo, dada as condições precárias de vida que lhes restaram diante desse contexto.

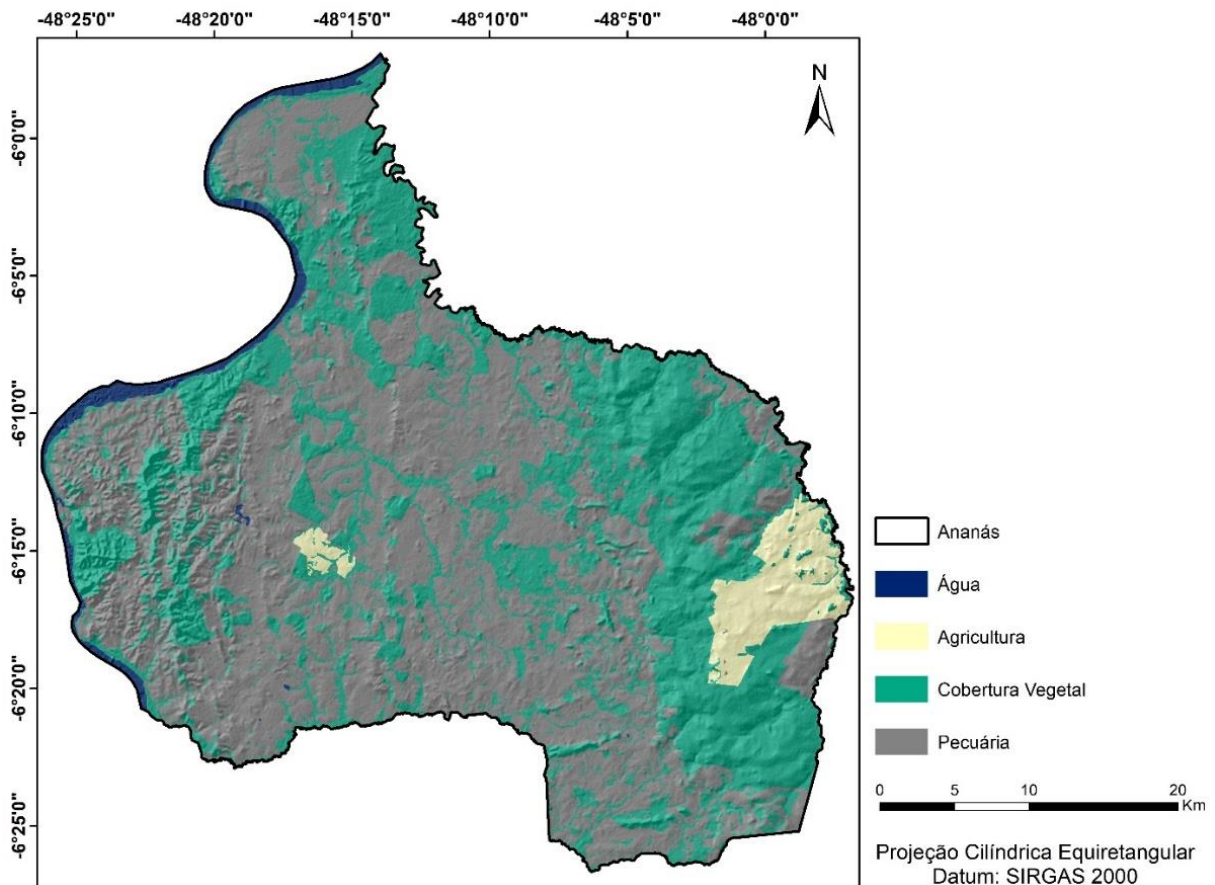
Nesse sentido, o contexto que pertence ao período da frente pioneira tem sua continuidade marcada por movimentos de lutas armadas, como a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), cuja bandeira de defesa do Brasil contra as investidas do socialismo contribuiu muito mais para a perpetuação dos grandes latifundiários na região, conseqüentemente, a expropriação dos camponeses posseiros, tudo em nome do “progresso”, sob a égide do lema “integrar para não entregar”, no qual se legitimou inúmeras práticas de violência em benefício a empresários do agronegócio do sul e sudeste (OLIVEIRA, 1991).

A Guerrilha do Araguaia ocorreu na divisa entre os estados do Tocantins e Pará, e Ananás foi ponto de refúgio dos guerrilheiros, assim, a década de 1970 foi o ápice da imigração para essas terras onde habitavam 7.940 pessoas, dos quais 5.185 eram imigrantes, ou seja, 65% da população era advinda de outras localidades, com destaque para os Estados do Maranhão, Ceará e Pará (PDDS, 2003).

Elencamos esse segmento referente a frente pioneira, pois este justifica os conflitos no norte tocantinense, que tradicionalmente apresenta uma cultura diversificada com base nas relações de harmonia com a natureza, essa frente marca a apropriação indébita de um capital natural, a terra; a expropriação violenta dos grupos formados pelos povos nativos, tradicionais e posseiros, dando lugar para a produção de fazendas. É uma característica muito comum em Ananás e que perpassa pela realidade de agricultores urbanos, que na ausência da terra para o cultivo, resta a cidade como lugar de cultivo de alimento.

Ananás tem uma extensão de 1.583,60 km² (158.359,61 ha), por meio da figura 2 e Tabela 1, pode-se descrever alguns aspectos característicos considerando o uso da terra, de forma geral, destacou-se a distribuição dos recursos naturais e as principais atividades econômicas desenvolvidas nesse território.

Figura 2 – Mapa de uso e cobertura da terra em Ananás (2022).



Fonte: Geopaisagem UFNT (2022).

Tabela 1 - Análise quantitativa das classes de uso e cobertura da terra de Ananás (2022).

Classes	Área (Km ²)	Hectares (ha)	Área (%)
Água	34,72	3.472,43	2,19
Agricultura	64,18	6.417,75	4,05
Cobertura Vegetal	631,55	63.155,22	39,88
Pecuária	853,14	85.314,21	53,87
Total	1.583,60	158.359,61	100,00

Fonte: Geopaisagem UFNT (2022). Org. SILVA, M. M. C (2022).

Apesar de estar numa localização onde a presença de canais de água superficial é abundante, a massa de água do município é de 34,72 km² (3.472,43 ha), isso significa que ocupa apenas 2,19% da área de estudo. O povoamento de Ananás ocorreu em função da influência dos recursos naturais como a água, notadamente a formação da cidade trouxe consequências, o ribeirão Pica-pau, por exemplo, faz parte da história desse município foi canalizado e é considerado poluído (Figura 3).

Figura 3 – Curso de água em área urbana de Ananás, o ribeirão Pica-pau



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

A figura 3 chama atenção por vários aspectos, têm-se uma canalização pluvial, a ausência de critério ambiental nas construções em volta do curso de água, cuja distância não

ultrapassa dois metros, o desmatamento e a poluição. Apesar de ser uma cidade pequena, a fotografia demonstra uma grande relação com as características de qualquer cidade grande.

O ribeirão dos Porcos, localizado na área periurbana da cidade, é responsável pelo abastecimento de água residencial e também sofre com as ações antrópicas. O desmatamento vem contribuindo para que no período de seca a distribuição de água fique comprometida ocasionando o racionamento de água que conseqüentemente causa impactos na vida da população e dos produtores de hortaliça no espaço urbano.

Quanto à agricultura, verifica-se que esta atividade ocupa uma área de 64,18 km² (6.417,75 ha), correspondendo a 4,05% do município, a mancha na cor amarela que aparece no mapeamento, se refere à agricultura convencional, característica de grandes e médias áreas destinadas para a produção de grãos.

Isso não quer dizer que são ausentes outras formas de agricultura como a produção camponesa que está presente neste município, embora em pequenas chácaras e em poucos assentamentos rurais provenientes dos movimentos sociais camponeses. As terras de pouca extensão normalmente são usadas para o cultivo de milho, feijão, favas, mandioca/macaxeira, frutas, além da criação de pequenos animais. Todos esses produtos, são para a subsistência familiar e comercialização dos excedentes no mercado local.

A cobertura vegetal ocupa uma área de 631,55 km² (63.155,22 ha), ou seja, 39,88% , trata-se florestas que ficam envolta dos cursos de água, nas proximidades do rio Araguaia apresentam uma densidade maior, em torno das áreas de fazendas estão fragmentos de florestas que constituem reservas ambientais, é também comum a presença de palmeiras nas áreas de vegetação, destacando aqui o Buriti e o Babaçu que são frutos que geram retorno financeiro para os moradores que vivem da sua coleta e comercialização.

Verificando a figura 2 e a tabela 1, nota-se que a pecuária exerce uma grande pressão sobre a paisagem da área de estudo, o que significa que ela interfere na vida dos moradores. A área destinada a pecuária é a maior em relação as demais classes, ocupando 853,14 km² (85.314,21 ha), isto quer dizer que 53,87%, mais da metade da extensão do município, é destinada para a criação de animais. Nesse segmento, esse município declarou aproximadamente 90.000 (noventa mil) cabeças em 2019; em 2020, registrou mais de 100.000 bovinos (SEPLAN, 2021).

O setor do agronegócio de certa forma está consolidado nessa região onde a presença de fazendas é muito marcante, visto que os investimentos públicos, sejam municipal/estadual/federal, na maioria das vezes, beneficiam esse setor em detrimento da produção de alimentos e práticas sustentáveis próprias da agricultura camponesa. Nesse sentido,

a concentração de terras para a produção agropecuária é uma característica da área de estudo e pode ser percebida pela sua organização fundiária, a tabela 2 retrata a desigualdade na distribuição de terra em Ananás.

Tabela 2 - Estrutura Fundiária de Ananás em 2017.

Grupo de área total	Estabelecimento agropecuário	Área (ha)
De 1 a menos de 4 ha	23	48
De 4 a menos que 5 ha	16	77
De 5 a menos de 10 ha	11	99
De 10 a menos de 20 ha	61	1.058
De 20 a menos de 50 ha	163	4.190
De 50 a menos de 100 ha	16	1.130
De 100 a menos de 200 ha	24	3.503
De 200 a menos de 500 ha	21	6.420
De 500 a menos de 1.000 ha	13	9.370
De 1.000 a menos de 2.500 ha	12	20.091
De 2.500 a menos de 10.000 ha	12	71.077
De 10.000 ha e mais	1	10.385
Total	373	127.448

Fonte: IBGE (2017). Org. SILVA, M. M. C (2022).

Os dados extraídos do censo agropecuário de 2017, demonstram 373 estabelecimentos ocupando uma área total de 127.448 ha, observando-os, verifica-se que mais de 80% do território ananaense é formado por pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A maior percentagem é de propriedades que não ultrapassam a faixa de 200 ha, totalizando 314 (83,9%); 21 estabelecimentos agropecuários têm entre 200 a menos de 500 ha; 13 estabelecimentos possuem entre 500 a menos de 1.000 ha; 12 entre 1.000 a menos de 2.500 ha e outros 12 possuem de 2.500 a menos 1.0000 ha. Finalmente, um único estabelecimento agropecuário tem uma área que ultrapassa os 10.000 ha.

A concentração fundiária também pode ser verificada por meio do Índice de Gini (IG) que é equivalente a 0,882 (IBGE, 2017), o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Ananás enfatiza a predominância de um ambiente rural, onde os grandes proprietários de terra utilizam o assistencialismo como forma de pagamento para os trabalhos exercidos nas fazendas. Os trabalhadores braçais são contratados por meio dos “gatos” para realizar limpeza de pastos, construção de cercas e de aceiros, trata-se de serviços informais com pagamento indevido ou inexistente (PDDS, 2003).

Ananás vem sendo referenciada em situações ligadas às relações de capital e trabalho nas fazendas de pecuária, faz parte da rota da escravidão no extremo norte do Tocantins. Sobre isso, Lopes (2018) constatou que entre os anos de 2004 e 2008, houve a libertação de 348

trabalhadores de fazendas ligados a 5 proprietários, o que classifica Ananás entre os municípios com maiores índices de escravidão por dívida no Bico do Papagaio.

Tratando do aliciamento de trabalhadores vítimas de escravidão no norte do Tocantins, Lopes (2018) chama atenção para a cidade média de Araguaína, confirmando-a como porta de entrada dos aliciadores e aliciados, sendo assim, é um ponto estratégico na rede urbana regional sendo também o local de recrutamento das vítimas, das quais a maioria são dos Estados do Maranhão, Piau, Bahia, Goiás, e do Tocantins.

As relações de trabalho no contexto da escravidão por dívida na área de estudo, demonstram que esta é alicerçada pela expansão do grande capital e forças produtivas que se constituíram e se consolidaram a partir da lógica do crescimento econômico, acúmulo e concentração de riquezas (LOPES, 2018), o fato de ter escravidão por dívida, denuncia sobre as vulnerabilidades sociais presentes em Ananás, chamando atenção para pensar o desenvolvimento numa perspectiva para além dos padrões hegemônicos afirmados majoritariamente na economia do município, do Tocantins e do Brasil.

Evidencia-se por meio dos dados sociais e econômicos do município, que a população local apresenta dificuldades voltadas para a aquisição de emprego, renda e boa qualidade de vida. Inicialmente, destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ananás em 1991 era de 0,295; em 2000 era de 0,496; e em 2010 era de 0,671 quando passou a ser considerado médio (SEPLAN, 2021).

Neste município, também vem acontecendo a partir da década de 1990 uma redução do crescimento populacional, período em que apresentava 11.851 habitantes; em 2000 essa quantidade de residentes diminuiu para 10.512; no último censo, 2010, caiu para 9.865 habitantes. As estimativas do IBGE também demonstram uma sequência anual de diminuição da população no período que compreende aos anos de 2013, com 9.952 habitantes e setembro de 2021 com 9.435 (IBGE, 2010; SEPLAN, 2021).

Pressupõe que um dos motivos para pensar a redução de população, é a aproximação de Ananás a cidade de Araguaína. Conforme o que vem sendo exposto, durante a segunda metade do século XX, a busca pela integração do mercado nacional foi fundamental como herança à atual configuração do Tocantins, integrando-se a economia nacional e regional por meio do sistema de infraestruturas criadas pelo governo brasileiro, como a viária, por exemplo¹¹.

¹¹ Araguaína é a segunda maior cidade do Tocantins, teve seu crescimento em função dos incentivos fiscais/financeiros da SUDAM, tendo como marco a reconfiguração da região por meio da construção da BR-153 (rodovia Belém-Brasília); o seu crescimento se deu a partir da criação dessa rodovia com ações fundamentais para a expansão da frente pioneira (MARTINS, 1997) e implementação de fazendas para a produção agropecuária.

Araguaína comanda o papel de urbanização regional norte tocantinense, sendo referência de rede urbana no contexto do Estado, compreende um polo urbano de hierarquia superior¹². Sua região intermediária é formada por 65 municípios, agrupados em 5 regiões considerando os centros urbanos mais próximos e capazes de satisfazer as necessidades imediatas das populações: a Região Imediata de Araguaatins, com 13 municípios; a de Tocantinópolis com 8; a de Colinas do Tocantins com 9; a de Guaraí com 14 e de Araguaína com 21.

Silva (2016) salienta que a dinâmica atual dessa cidade resulta das políticas desenvolvimentistas, marcando um desenvolvimento regional com características desiguais, fruto do crescimento econômico-financeiro. Assim, Araguaína como cidade média da rede urbana tocantinense e da Amazônia, tem um importante papel econômico, suas características de centralidade, tem o protagonismo na drenagem da renda regional na medida em que também oferece os serviços e produtos mais avançados no âmbito da produção agropecuária, indústria, comércio e serviços.

No ponto de vista econômico, apresenta um PIB de R\$ 4,7 bilhões, o que a torna a segunda maior cidade do Estado em quantidade populacional e de produção de riquezas, ficando atrás apenas de Palmas (IBGE, 2010). Logicamente, atende as necessidades imediatas das populações próximas, que buscam nessa cidade a compra de bens de consumo, emprego, serviços de saúde, educação e prestação de serviços públicos essenciais.

Esse fator influencia a concentração de população nessa cidade, os fluxos migratórios campo-cidade, cidade-cidade e seu entorno, como é o caso de Ananás, que tem em Araguaína uma das principais referências de rede urbana, cuja centralidade e proximidade é a base para a busca pelos serviços mencionados.

Silva (2016) enfatiza que essa característica é uma tendência das cidades da Amazônia, que têm seu papel de centro regional enfraquecido pela influência das metrópoles de outras regiões.¹³ A mudança da organização espacial dessas cidades configurou a tendência de

¹² Em se tratando da cidade de Araguaína, Silva (2016) põe em relevo que essa cidade tem um grande fluxo de pessoas se comparado com demais localidades do Tocantins, em função do seu papel econômico sobre as cidades próximas, à exceção de Palmas que é a capital. A população de Araguaína correspondia a 150.484 pessoas no censo de 2010, estima-se em 2021 uma população de 186.245 pessoas.

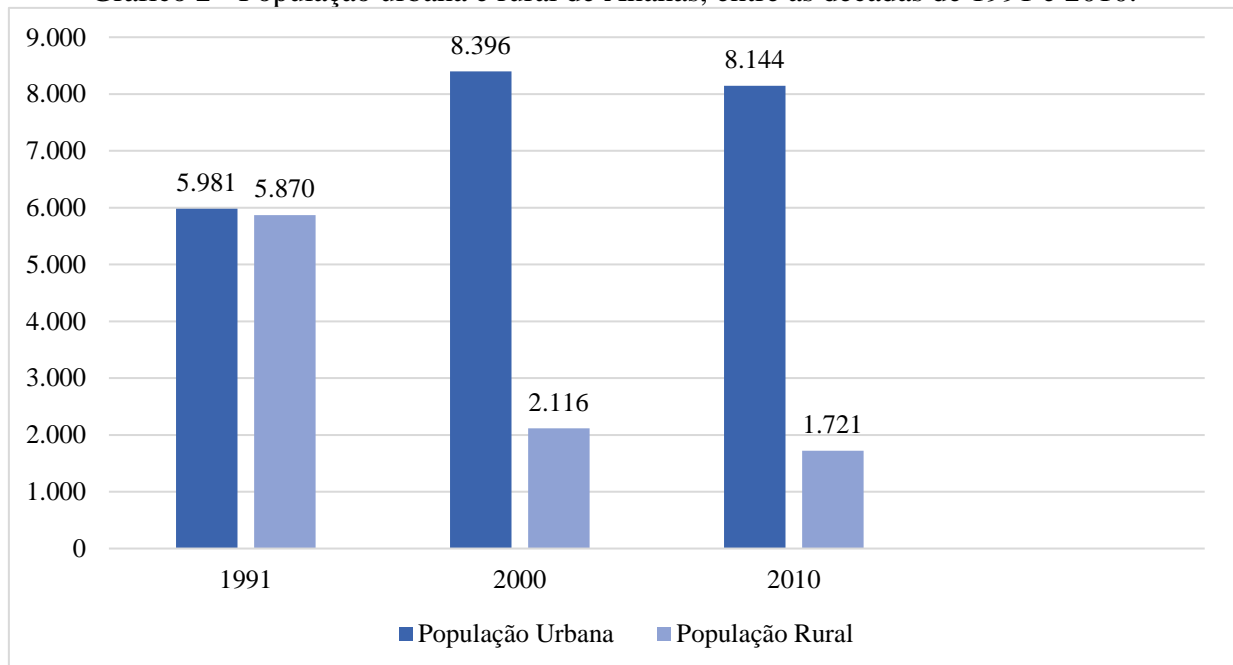
¹³ Pensando o contexto médio regional mais amplo, Araguaína não exerce o comando hierárquico na rede urbana, este é assumido por Goiânia, uma metrópole da região Centro-Oeste que está distante desta cidade a 1.144 km e a 823 km da capital do Tocantins. Na pesquisa de Silva (2016), fica evidente que a relação do Tocantins com esta metrópole é histórica, e as políticas estatais que priorizavam integração econômica entre a Amazônia e o Sudeste brasileiro influenciaram nessas relações, ainda, é importante lembrar que o fato do Tocantins ter pertencido a Goiás é outro fator histórico que pode influenciar nessa relação.

urbanização, na esteira do que reitera Santos (1993) sobre a nova urbanização marcada pela busca de serviços nas cidades médias e metrópoles.

Parte da população de Ananás é atraída para as cidades, que no contexto do Brasil, cresceram de maneira acelerada, buscando serviços principalmente em Araguaína e Goiânia. Ananás perde população para locais que oferecem maior quantidade de mão de obra, uma vez que a demanda de consumo é maior, o emprego no setor de serviços ganha relevância e o leque de possibilidades de trabalho tornam-se alternativas atrativas, senão a única opção.

Apesar de Ananás passar por um processo de redução da sua população total, entre os anos de 1990 e 2021, há um aumento da população urbana em relação a população rural no tempo correspondente aos intervalos entre os censos de 1991 e 2010 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - População urbana e rural de Ananás, entre as décadas de 1991 e 2010.



Fonte: Censo demográfico do IBGE (1991, 2000, 2010). Org. SILVA, M. M. C (2022).

Considerando esse intervalo de 20 anos, percebe-se as mudanças da população rural e urbana, em 1991, 50,4% da população era urbana contra 49,5% de população rural; esse quadro foi se alterando, em 2000, a população urbana já correspondia a 79,8% contra 20,2% de população rural e em 2010, era de 82,5% contra 17,5% rural.

A dominação monopolista da terra cujas consequências envolvem a espoliação de camponeses, faz com que estes busquem a cidade como refúgio para viver, levando a vida de forma simples em moradias com péssimas condições, situação comum nos bairros/setores periféricos das cidades, conforme é possível observar na figura 4.

Figura 4 – Bairro Periférico de Ananás.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Quanto à habitação, em 2010 prevalecia 2.639 domicílios, destes 2.186 localizavam-se na zona urbana e 453 na zona rural, a maioria era ocupado por até duas ou mais pessoas. Até o censo de 2010 havia muitas residências com inadequações, foi constatado que 1.065, ou seja, 41% dos domicílios eram construídos com tijolos revestidos de argamassa, 787, correspondente a 30%, apesar utilizar argamassa na construção, não tinham revestimento; 272 domicílios eram de taipa, correspondente a 10%; 487, correspondente a 19% eram de madeira aparelhada e/ou reaproveitada e 8 casas eram construídas com palha.

As informações coletadas na área de estudo entre os meses de agosto e novembro de 2022, demonstram que a infraestrutura habitacional de Ananás ainda envolve uma série de problemas, em princípio, as casas de madeira, taipa e até mesmo aquelas construídas, mas sem acabamento, são residências de famílias com baixa renda, mostrando a necessidade de políticas públicas voltadas para o bem-estar social da população.

A população residente no espaço urbano aumenta porque cresce a quantidade de camponeses residentes na cidade, que para trabalhar precisarão de conhecimentos técnicos, ou não lhes restarão alternativas que não sejam os trabalhos precários, menos remunerados e

temporários, enfatizamos que em 2020, o percentual de pessoas ocupadas nesse município era baixo, apenas 9,1% exerciam algum tipo de atividade remunerada (IBGE, 2021).

Os dados do IBGE mostram que em 2010, esse município possuía 2.640 famílias; dessas, 1.338, correspondendo a 50% tem o rendimento médio mensal *per capita* de até meio salário mínimo vivendo em pobreza absoluta e 457, correspondendo a 18% tendo até um quarto do salário mínimo, vivendo em pobreza extrema; um total de 2.192 famílias ananaenses que correspondem a 83%, vivem com o rendimento mensal de até um salário mínimo, sendo considerado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como condição de pobreza.

Os dados referentes aos domicílios particulares permanentes considerando o rendimento nominal mensal retratam a condição de pobreza nesse município, uma vez que demonstram que na sua maioria a renda não ultrapassa um salário mínimo, o que serve de ilustração da característica dessa população sob ótica dos aspectos sociais.

Algumas famílias em situação de vulnerabilidade social são atendidas pelo Programa Bolsa Família, uma iniciativa do governo federal voltado para a ajuda financeira mensal, foi um programa de distribuição de renda que funcionou entre 2003 e 2021, em 2022 foi instituído o Auxílio Brasil. Esse programa transferia renda para as famílias em situação de pobreza que eram condicionadas a cumprir compromissos de acompanhamento da saúde, permanência e bom desempenho escolar para receberem o benefício.

Souza *et al.* (2019) demonstram a evolução do benefício desde seus primeiros anos, alcançando em 2004 mais de 6 milhões de famílias no Brasil, em 2006 em torno de 11 milhões, um quantitativo que foi crescendo com o passar dos anos, atingindo 14 milhões de famílias em 2014; ainda destaca que esse programa contribuiu com a queda da desigualdade de renda, influenciando positivamente no Índice Gini do país.

Os valores recebidos são relativamente baixos, mas, em certo grau atenua a condição de pobreza contribuindo com a compra de remédios ou alimentos. Em 2018, 1.362 famílias ananaenses recebiam em média R\$ 210,1 de benefício; em 2019, 1.223 famílias foram atendidas por esse programa, recebendo em média R\$ 212,81; em 2020 o total variou para 1.247 que receberam em média R\$ 24,2¹⁴ (SEPLAN, 2021).

Em linhas gerais, esse contexto de exclusão é alimentado no modo de produção hegemônico do município cuja lógica repercute diretamente na cidade, onde a desigualdade

¹⁴ No ano de 2020, a média foi menor em função do auxílio emergencial disponibilizado para as pessoas em situação de fragilidade econômica devido a pandemia da Covid-19 (Coronavírus). Esse auxílio era em torno de R\$ 600,00 e não poderia acumular com outros benefícios sociais, se uma família recebia um total de R\$ 200,00 do Bolsa Família, era mais vantajoso receber o auxílio emergencial no momento, desse modo, houve a substituição temporária para a maior parte dos beneficiários do programa.

social e a pobreza estão longe de serem invisíveis quando se olha para os dados apresentados. São relações concretas do cotidiano da maioria da população urbana, tratadas com naturalidade dentro do processo ideológico de culturalização do capitalismo, diante dessa realidade, seguiu-se com a caracterização da cidade de Ananás, levado em conta as marcas sobre a paisagem e permanência das práticas agrícolas urbanas.

3.2 Caracterização da cidade de Ananás

É importante reter dessa discussão, a cidade como *locus* da permanência da história e da cultura, assim, descreveu-se as características da área de estudo, considerando as marcas sobre a paisagem que serve ao mesmo tempo como diagnóstico do território, em se tratando das tomadas de decisões, formatação de políticas, no âmbito de uma escala que começa do particular ao geral, não o inverso.

Na sua dimensão socioambiental, a paisagem em Ananás apresenta os gargalos daqueles que a veem numa perspectiva mercadológica, portanto desvinculada da dimensão cultural. Por ser a corporificação do lugar no mundo, exhibe a complexidade que envolve a área de estudo, portanto, faz-se necessário olhar na direção do complexo, uma vez que ainda reina a visão funcional das instâncias criadoras de “soluções” aos problemas sociais.

A figura 5, por se tratar de uma fotografia aérea, portanto, panorâmica, permite focar em alguns aspectos possibilitando ver como essa população está organizada no espaço urbano e a materialização das características culturais e históricas de Ananás.

Figura 5 – Ananás, vista aérea da cidade e seu entorno.



Fonte: BORGES, W (2021).

Quanto a fotografia apresentada, trata-se da paisagem urbana de Ananás em período seco, o que permite visualização de fumaça produzida por queimadas, portanto, indicativa de focos de fogo que compõe a própria prática cultural da população. A prática de queimadas é uma característica muito comum no Tocantins que tem no Brasil uma das maiores quantidades de queimadas¹⁵ em áreas de fazendas, destruindo a biodiversidade florística nas terras habitadas pelos povos tradicionais, muitas vezes, alcançando os limites das cidades.

A queimada também é uma herança cultural que a população traz de forma intrínseca às realizações das suas atividades diárias, é comum a queima do lixo doméstico, das folhas do quintal residencial, queima do capim em lotes, contudo, não é uma prática unânime entre a população, apesar de ser muito comum. Isso pode estar associado a alguns condicionantes, como a questão da coleta do lixo nas vias municipais, geralmente realizada uma ou duas vezes por semana nos bairros, com exceção da principal avenida comercial da cidade, a Avenida Brasil e Betel, onde a coleta de lixo ocorre diariamente.

Conforme a figura 5, a infraestrutura do perímetro urbano apresenta um traçado aleatório com ruas que parecem não obedecer a um plano urbano, sendo ruas em linhas retas e/ou tortuosas; às vezes se alargando e/ou se estreitando. De forma geral, pode-se afirmar a existência de uma malha urbana em forma de “colcha de retalhos”, apresentando uma diversidade de padrões.

Quanto ao sítio urbano, percebe-se pela fotografia a cidade em sua materialidade entremeada com cursos d’água, pequenas áreas de vegetação nativas de florestas, sendo possível visualizar alguns estratos de relevo que denotam terreno ondulado; por certo, estas características também respondem pelo traçado associado a cultura dos pioneiros que inicialmente ocuparam a terra.

Estas características, registram uma cidade cuja ocupação nos seus primeiros tempos em período de esparsa urbanização, foi marcada por fluxos migratórios de populações originárias do sertão nordestino para o então sertão do norte goiano, ainda nos idos das primeiras décadas do Século XX, ou seja, uma cidade cujo sítio urbano está sintonizado à própria ocupação da terra como posse, inerente ao período composto pela frente de expansão, suplantado posteriormente pela ocupação da terra sob a lógica da frente pioneira de que trata Martins (1997).

¹⁵ Os dados de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) por meio do Programa Queimadas, mostra que o Tocantins registrou mais de 8.000 focos entre os meses de janeiro e setembro de 2022, cuja ocorrência tem predominância nas regiões próximas as áreas fazenda, destacando principalmente a Ilha do Bananal, local onde encontram-se povos tradicionais; e na região do Jalapão onde há uma riqueza natural e cultural exuberante, assim, o Tocantins ocupa o quinto lugar no ranking nacional.

O campo vai ao encontro com os limites de vias urbanas, perpassando por todos os bairros, a ausência de um planejamento dificulta a identificação dos limites campo-cidade, podendo, em alguns casos, haver uma sobreposição.

As figuras 6 e 7 representam as principais vias comerciais de Ananás, a Avenida Brasil-Betel, trata-se de vias de mão marcada pela presença da primeira igreja construída no período correspondente ao povoamento dessa cidade, a Igreja Evangélica Gunnar Vingren, essa instituição religiosa está localizada numa posição central, a oeste encontra-se a Avenida Brasil e a leste a Avenida Betel.

Figura 6 - Área central da cidade, Avenida Brasil.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Figura 7 - Área central da cidade, Avenida Betel.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Somando à imagem aérea, a figura 6 e 7 demonstram de outra forma, aspectos necessários como as características das ruas na área central da cidade, o local onde os primeiros habitantes se fixaram formando uma pequena vila, hoje é onde se encontra os serviços básicos, como postos de saúde, postos de autoatendimento para o cidadão, como o INSS, Receita Federal e Detran.

É comum no decorrer dessas avenidas, a presença de clínicas odontológicas que atendem a população local e de outras cidades próximas, mas que são menores que Ananás, cita-se Angico, Cachoeirinha e Riachinho; é possível encontrar uma agência bancária do Banco do Brasil, uma unidade lotérica que oferece serviços da Caixa Econômica Federal e comércios credenciados ao Banco do Bradesco. Apesar dos moradores de Riachinho procurarem Ananás para alguns serviços, Ananás também procura Riachinho quando se trata de atendimentos bancários referentes ao último estabelecimento citado.

As pessoas dessas localidades também procuram essa cidade em busca de atendimento veterinário e aquisição de remédios ou pequenos produtos nas lojas agropecuárias, são poucos estabelecimentos, pequenos e de estrutura simples, apresentam pouca expressividade em uma escala maior, no entanto é o meio mais econômico para pequenos produtores e chacareiros conseguirem adquirir adubo, ração para animais de pequeno porte como galinhas e em alguns casos atendimento veterinário.

São um total de 512 estabelecimentos comerciais nessa cidade, distribuídos por setor econômico destaca-se a predominância de 268 comércios com uma participação de 52%, 144 estabelecimentos correspondem ao setor de serviços com participação de 28%, no setor da indústria são 44 e representam 9%, na construção civil são 33 correspondendo a 6% e a agropecuária tem uma participação menor, com apenas 23 estabelecimentos, ou seja, 4,5%. Quanto as empresas, 377 ou seja, 64% são de microempreendedores individuais, 165 são microempresas e correspondem a 28% do total, e 17 empresas que correspondem a 3%, são de pequeno porte (SEPLAN, 2021).

Ao andar pelas ruas da cidade de Ananás, também ficou nítido a presença de plantações localizadas em pequenos espaços residenciais, que não necessariamente são os quintais e lotes; a frente das casas e becos entre uma residência e outra, também são pontos de ocorrência. É notável a tradição camponesa quando se percebe que qualquer espaço é aproveitado para plantar. Podemos perceber por meio da figura 8 as características mais comuns de uso do solo urbano na cidade de Ananás.

Figura 8 – Plantação no bairro Central da cidade.



Fonte: SILVA, M. M. C (2023).

A figura 9 também permite observar diferenças visuais que facilitam a identificação da materialização de um modo de vida baseado nas relações campo-cidade.

Figura 9 – Plantação de milho e mandioca no bairro Chapadinha I.



Fonte: SILVA, M. M. C (2023).

Nessas figuras há uma demonstração do uso de lotes urbanos para a plantação de alimentos cujo destino é o consumo a nível de bairro. Nota-se a presença densa e majoritária de feijoeiros (*Phaseolus vulgaris*), seguido de mandioca (*Manihot esculenta*) e também bananeiras (*Musa spp.*). O cultivo de milho (*Zea mays*) em lotes urbanos também é uma prática muito presente na área de estudo.

Pode-se observar por meio desses registros fotográficos o uso da terra urbana para uma prática agrícola oriunda do sistema tradicional camponês, enquanto a agricultura convencional foca a produção de monocultivos em grandes áreas, percebe-se a produção de uma variedade de culturas em um pequeno espaço, visando aproveitar o máximo possível da terra para a produção de alimentos.

Na cidade de Ananás também é possível encontrar pequenos canteiros de hortaliças em lotes residenciais, geralmente em lugares abertos (Figura 10).

Figura 10 – Canteiros em lote urbano, bairro Chapadinha II.



Fonte: SILVA, M. M. C (2023).

A Figura 10 mostra alguns obstáculos que se estendem para âmbito prático, percebe-se que é uma estrutura simples que remete ao plantio de hortaliças voltado para o consumo e para o lazer. Ressalta-se que a fotografia foi tirada num período chuvoso, época propícia para o

apodrecimento de certas hortaliças, como o coentro (*Coriandrum sativum*); deduz-se que a lona observada na cerca é um meio utilizada pelo proprietário para a proteção dos canteiros.

Moradores relataram que lotes são cedidos para famílias plantarem em troca do cuidado diário do terreno, em vez do proprietário pagar constantemente alguém para realizar a limpeza, alguns optam por ceder para que outra pessoa plante em troca desses cuidados. É uma característica benéfica para a saúde da população, pois os cuidados com os lotes ociosos evitam a proliferação de vetores transmissores de doenças como apontou Machado e Machado (2002).

Considerando a caracterização de Ananás como um todo e as marcas sobre a paisagem urbana, percebe-se uma contradição, ao mesmo em que a população urbana aumenta em relação a população rural, a área correspondente a zona rural cresce mais do que a da cidade e registra as principais modificações ocasionadas na paisagem, uma vez que as pastagens representam o uso da terra com maior dimensão. No plano do discurso, a pecuária é vista como o motor local, como a principal atividade econômica, ostentando o maior lucro e número de empregos, porém, apesar de ser uma cidade no meio de grandes fazendas, a economia municipal é baseada no setor de comércio e serviços, complementada pelo setor primário com foco na pecuária, em menor escala, o setor da indústria está presente (SEPLAN, 2021).

Recentemente, verifica-se novos impactos regionais integrando a realidade dessa cidade. No âmbito de exclusão dessa população, o Estado busca orquestrar os interesses econômicos modernos na pertinência do que acontece com o norte tocantinense, especialmente a partir dos últimos dez anos com a chegada do eucalipto, da soja e da teca, impondo uma nova ordem socioeconômica excludente afinada à atual globalização. Esses novos empreendimentos não anulam a pecuária convencional, mas se organizam de forma a caminharem juntos como modelos hegemônicos para responderem aos imperativos da economia globalizada (SANTOS, 2006).

A economia local, assim como a população, não é beneficiada com a supervalorização da pecuária, na cidade ainda há muitas carências sociais, econômicas e políticas, e sofre com grandes perdas pela ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. A visão de Furtado (1974) passa por uma dialética percebida na realidade local, cuja lógica da produção é a hegemônica inserida no contexto tocantinense e brasileiro; cercada por grandes fazendeiros, ao mesmo tempo, culturalmente tem uma tradição camponesa suprimida pela pecuária que não traz os retornos preconizados nos discursos econômicos.

Pensando nisso, no próximo capítulo são apresentados os dados coletados referentes a AUP como saída diante das mazelas socioespaciais dessa cidade.

4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ANANÁS

O objetivo deste capítulo é trazer ao leitor os encaminhamentos dos dados de campo, tanto quanto ao primeiro momento de contato junto aos participantes, onde houve o registro de fotografias das propriedades; quanto ao segundo com as entrevistas, buscando elementos importantes para pensar nos desdobramentos dos objetivos específicos desta pesquisa.

Foi feita uma abordagem em relação à qualificação, tipos de alimentos cultivados, criação de animais, e a estrutura das propriedades; as fotografias *in loco* foram importantes elementos de caracterização complementadas com os dados do que é produzido segundo os depoimentos dos agricultores urbanos e periurbanos.

Neste capítulo, também se fez necessário trazer as impressões dos pesquisados sobre o papel do poder público local em termos de equipamentos, legislação, existência de organização política ou não, bem como o fortalecimento da AUP, por meio de um diálogo com os autores enfatizando a questão do engajamento e de que forma a produção agrícola urbana pode ser discutida a nível de perspectivas de desenvolvimento local.

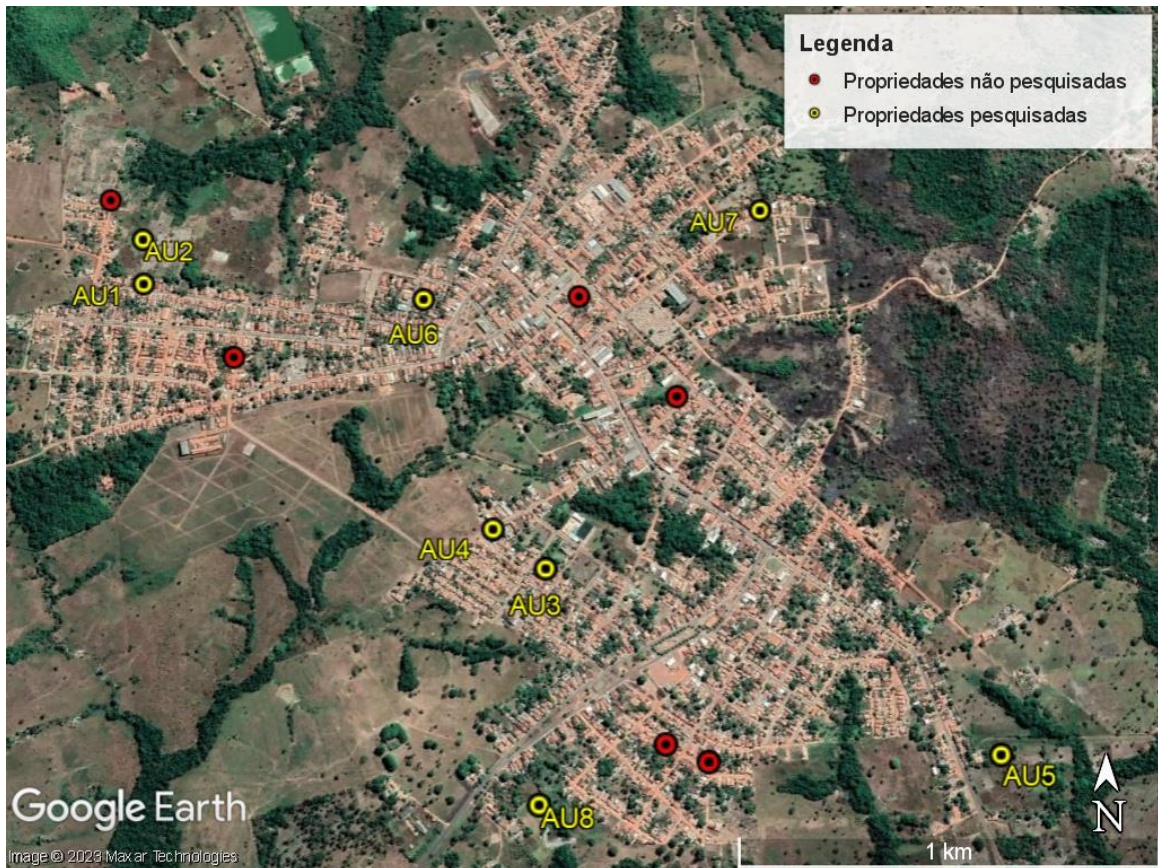
4.1 Os agricultores urbanos e periurbanos de Ananás

Tanto os dados obtidos a partir da aplicação do formulário como também da entrevista, contribuíram para traçar o perfil dos produtores e caracterizar suas condições de vida. Verificou-se que a Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não tem informações oficiais sobre a AUP; apesar de ter consciência da existência de hortas comerciais e residências onde são criados pequenos animais, não há uma identificação ou mapeamento.

Como a secretária da agricultura registra informações sobre as práticas agrícolas apenas em assentamentos rurais, foi necessário fazer um levantamento a partir das observações de campo na cidade e da indicação dos entrevistados. As propriedades foram selecionadas considerando a promoção da AUP, a distribuição com foco no mercado, seja a nível do bairro ou da cidade como um todo.

A figura 11 mostra o resultado dessa espacialização na área de estudo, é um levantamento dos quatorze pontos de ocorrência, realçando as oito propriedades pesquisadas.

Figura 11 – Espacialização da agricultura urbana e periurbana em Ananás.



Fonte: Google Earth (2022). Org. SILVA, M. M. C (2022).

A espacialização dessas propriedades, vão ao encontro da proposta conceitual de Mougeot (2000), para quem apenas a localização intraurbana ou periurbana como forma de delimitar a AUP torna-se um limitador, dada as particularidades que essa prática assume em variados contextos. Por se tratar de uma cidade pequena, o periurbano se refere às áreas circunscritas a mancha urbana independentemente da sua distância em km, pois os limites de Ananás são muito próximos das áreas correspondentes a outros municípios, como é o caso de Riachinho e Angico.

A seguir, serão apresentadas as características dos agricultores urbanos e periurbanos, levando em conta as informações gerais sobre sexo, idade, naturalidade, educação, renda familiar mensal, renda obtida apenas com o cultivo de alimentos/criação de animais, e as condições de moradia.

A variação de idade entre os entrevistados foi entre 40 e 73 anos, uma média de 64,2 anos. Quanto ao estado civil, seis destes se declaram como casados (75%) e dois viúvos (25%). A maioria são do sexo masculino (62%) e os demais do sexo feminino (38%) (Quadro 3).

Quadro 3 – Distribuição dos entrevistados por sexo, idade e estado de origem.

Produtores	Sexo	Idade	Estado civil	Estado de origem
AU1	Feminino	70	Casada	Maranhão
AU2	Masculino	40	Casado	Tocantins
AU3	Masculino	69	Casado	Maranhão
AU4	Feminino	73	Viúva	Minas Gerais
AU5	Feminino	64	Casada	Tocantins
AU6	Masculino	66	Casado	Ceará
AU7	Masculino	60	Casado	Tocantins
AU8	Masculino	72	Viúvo	Tocantins

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Entre os entrevistados, 37,5% vieram da região Nordeste, deste percentual, 25% são do Estado do Maranhão e 12,5% do Ceará; 12,5% veio do Estado de Minas Gerais, Sudeste do país; 50% declaram ser de áreas rurais do Tocantins, embora é possível perceber que na época em que nasceram esse estado ainda não existia, haja vista que foi criado somente em 1988 com a divisão de Goiás na porção norte; um dos participantes afirmou que sua naturalidade é registrada oficialmente como pertencente ao Estado do Pará, mas se declara como tocantinense. Percebe-se que a origem para os participantes está muito mais voltada para o sentimento e pertencimento e de identidade, do que de naturalidade.

Todos os participantes da pesquisa vêm de áreas rurais, pode-se afirmar que a agricultura urbana e periurbana em Ananás, é realizada por pessoas em função da herança histórico-familiar. Dessa forma, apresentamos alguns dos motivos que levaram os participantes a produzir alimentos na cidade segundo seus relatos.

A AU1 migrou para ananás na década de 1980 passando a trabalhar em fazendas onde seu esposo “roçava juquira”¹⁶, cozinhava para vaqueiros e juqueiros, além de quebrar coco babaçu para fazer azeite. Natural de São João dos Patos (MA) onde vivia e trabalhava na zona rural, começou a plantar motivada pela experiência camponesa dos seus pais.

Planto desde pequena! minha mãe sempre mexia com canteiro, aí eu comecei a plantar e fazer meus canteirinhos. A gente morava no interior, dentro dos matos lá no Maranhão, a mãe plantava cebolinha, plantava o coentro, eu sempre gostei também de pimenta que arde, toda a vida eu mexi com plantação. Meu pai me inspirou, ele era lavrador, eu plantava com ele também, quem plantava a roça todinha era eu (Entrevista cedida a autora em 12 dez. 2022).

¹⁶ Para a Embrapa (2001) esse é um termo genérico usado para designar as plantas invasoras nas pastagens da Amazônia Oriental. Em Ananás o termo “Juquira” também é sinônimo de trabalho pesado que consiste na retirada/corte de qualquer tipo de mato utilizando foice, esse trabalho é realizado pelos juqueiros.

O AU3 vive em Ananás há 16 anos, antes residia na zona rural de Porto Franco (MA), no seu relato enfatizou que via desde muito jovem seus pais plantando feijão, milho e mandioca. A ideia de plantar hortaliças veio de um amigo que fazia o mesmo, aliada ao seu desejo de sempre está ativo em alguma atividade laboral.

Eu fui criado foi na roça, foi trabalhando de roça, na dificuldade, aí eu peguei aquela mania. Meu pai e minha mãe plantavam na tora, derrubava, tocava fogo e botava a roça. Eu não sou de ficar dentro de casa o dia todinho, é triste, é ruim demais. Tem gente que se entrete o dia todo no celular, fica na televisão por muito tempo, eu não dou conta também, me estresso. Hoje comecei a rastelar e capinar meu quintal (Entrevista cedida a autora em 15 set. 2022).

A AU4 é natural de Ataléia, Município em Minas Gerais onde trabalhava em fazendas, foi para Ananás em busca de condições de vida melhores, lugar onde reside há mais de 50 anos.

Nasci e me criei na roça vim, para Ananás em 1970, criei meus filhos tudo na roça. Lá a gente plantava mandioca e milho, aí pequei o ritmo. Vim para cá porque ficava nas terras alheias, oito anos zelando das terras alheias aí o dono deu uma idealizaçõzinha, aí compramos uma casinha e depois ganhamos uma casa popular miudinha (Entrevista cedida a autora em 16 set. 2022).

A AU5 declarou ter nascido na zona rural de Ananás, lugar onde seus pais cultivavam milho, arroz, feijão e mandioca, recorda que sua mãe tinha um canteiro de hortaliças feito de madeira e suspenso, onde plantava coentro e cebolinha, durante a sua infância e juventude, destacou que não conhecia o que era alface ou couve, porque não era algo comum. Desde 1983 reside nessas terras, onde, junto com seu esposo trabalhou em fazendas se sujeitando a condições precárias e baixa remuneração.

O que me levou a mexer com horta foi quando surgiu uma horta comunitária aqui perto dos Porcos e lá veio o pessoal de Araguaína dos direitos humanos e arrendaram umas três linhas de terra, aí pegaram aquelas pessoas que queria trabalhar de horta, que não tinha renda, que era desempregado de fazenda. Eu ia por lá e achava assim tão interessante, eu já plantava um canteirinho em casa daqueles empenurados, mas era mesmo só pro consumo. Aí lá eu vi aquela experiência do pessoal todo mundo trabalhando em conjunto, parece que era 16 ou 17 lotes, cada lote era uma pessoa trabalhando. Naquele tempo eu era mais nova e tinha força para trabalhar, eu nunca nem tinha visto canteiro no chão, o que tinha conhecimento era só o empenurado que a gente fazia igual um jiral. Aí eu fui plantando, todo mundo ia vender na feira, eu arrumava minha bacia de alface e ia de madrugada vender (Entrevista cedida a autora em 23 set. 2022).

O relato da AU5 merece destaque, pois refere-se a iniciativas de integração social de famílias que foram sujeitas a trabalhos análogos à escravidão em fazendas de Ananás. Entre os anos de 2004 e 2008, a AUP na área de estudo foi foco do projeto Grupo de Produção Vida Nova, coordenado pelo CDH de Araguaína em parceria com a CPT, buscou contribuir com a alimentação, reforçando a geração de emprego e renda de famílias vítimas ou vulneráveis à escravidão moderna (CAMARGO, 2008).

A produtora demonstra ter se sentido entusiasmada ao ver o trabalho em conjunto que era desenvolvido na construção dos canteiros e acrescentou que por meio desse projeto conseguiu fazer um curso de horticultura (Figuras 12 e 13).

Figura 12 – Coleta de madeira para a construção de um espaço de reunião.



Fonte: CDH, 2009.

Figura 13 – Construção de canteiros para o projeto.



Fonte: CDH, 2009.

A figura 12 retrata a coleta de madeira para a construção de um barracão onde aconteciam as reuniões e curso de capacitação para a produção de hortaliças orgânicas e a figura 13 mostra o trabalho coletivo na construção de canteiros, fato externado na fala da AU5.

O projeto foi desenvolvido na área periurbana de Ananás, a aproximadamente 3 km da mancha urbana da cidade. Foi arrendado um terreno próximo ao ribeirão conhecido como Porcos, cuja água era drenada por meio de uma bomba a diesel e destinada para um reservatório, a irrigação era manual e coletiva (LOPES, 2018), as hortaliças produzidas eram para a alimentação das famílias envolvidas no projeto e os excedentes comercializados na feira de Ananás.

Depois de 3 anos que eles tinham arrendado, teve um corte de terra onde hoje é o Assentamento Luar do Sertão e muita gente daquele pessoal que estava lá foi assentado. Como eu aprendi eu fui mexer em casa e comecei a mexer no meu terreno, naquela época eu não tinha aposentadoria, tinha um bocado de menino na escola e precisava de coisinha, de lambreta, tudo que a gente arrecadava lá era para ajudar nas despesas da casa (Entrevista cedida a autora em 23 set. 2022).

Há famílias que participaram desse projeto que permaneceram plantando hortaliças como forma de complementar a renda em Ananás, como é o caso da AU5 na zona urbana; e outras vivem do plantio e da criação de pequenos animais na zona rural. Esse projeto foi relevante para essa população, podendo ser percebido na permanência da prática em contexto mais recente, foi uma iniciativa de inclusão dos trabalhadores na sociedade e se constituiu como

uma demonstração de formas alternativas de trabalho pautada na coletividade e na produção de alimentos com um excelente padrão de qualidade ambiental.

Natural de Quixeramobim, município do estado do Ceará, o AU6 mudou-se para Ananás na década de 1973.

Eu já me criei na agricultura mesmo, me criei na roça, plantando milho, feijão, arroz, batata-doce na beira de açude no Ceará, vim pro Tocantins e aqui continuei. Naquele tempo lá dava aquelas secas e a gente ouvia que aqui era muito bom, que chovia muito, era Goiás na época, meu tio veio para cá aí a gente despertou para vir também, aqui continuamos na agricultura, todo mundo da minha família plantava. Ananás já era cidade, mas tinha pouco tempo de emancipada, não tinha estrada, asfalto, não tinha nada, era bem pacatinha a gente andava a pé e de animal, não tinha energia, a luz vinha de um gerador e o único carro que chegava aqui era uma Toyota. Sempre plantei, mas despertei para mexer com horta só depois que fiz um curso na escola agrícola em Araguaatins (Entrevista cedida a autora em 23 set. 2022).

Já o AU7 nasceu e foi criado na zona rural do município, seus pais sempre plantaram alimentos onde trabalhavam. Antes de mexer com plantação na cidade prestava serviço como eletricitista, mas por considerar perigosa essa profissão, e por meio do incentivo de um amigo passou a cultivar hortaliças.

Meus pais sempre trabalharam na roça, plantavam arroz, feijão e milho. Eu comecei a produzir por necessidade, antes de trabalhar aqui na horta eu era eletricitista, prestava serviço como eletricitista para uma empresa e não tenho mais vontade de trabalhar com isso (Entrevista cedida a autora em 05 jan. 2023).

Quanto ao AU8, este relatou ter nascido na zona rural de Ananás, apesar de ser registrado como de São João do Araguaia (PA), seus pais são nordestinos e sempre plantavam onde podiam. Antes de trabalhar com hortaliças, vivia viajando para as cidades próximas onde conseguia roçar pastos e fazer atividades afins.

Nasci aqui na região do Morro Grande, minha mãe e meu pai são cearenses. Meus pais plantavam roça de mandioca, arroz, milho, abóbora, aí faleceu meu pai e ficou só minha mãe. Eu comecei a plantar quando me falaram que eu não morava encima de um lajeiro, aí arrumei uma área para plantar. Antes eu trabalhava nas fazendas, eu cortava de foice, cortava de motosserra, plantava, matava pé de coco com veneno, todo tipo de serviço. Aqui eu trabalhava sem carteira assinada, eu fazia roço para pagar as despesas (Entrevista cedida a autora em 09 jan. 2023).

Nota-se pelas falas, que há uma herança rural que repercute na paisagem dessa cidade, onde é frequente a plantação em pequenos espaços. Nesses espaços, encontram-se pessoas que passaram a cultivar alimentos como forma de complemento da renda, do sustento da família e por trazer uma sensação de amenidade contribuindo para o lazer e para a saúde.

Nos termos de Mougeot (2000) e Martins (1997), a agricultura em Ananás pode ser vista como uma agricultura praticada em moldes tradicionais, englobada pelo processo de povoamento da cidade no período em que recebe uma população migrante da zona rural da

região norte e nordeste. A agricultura urbana e periurbana em Ananás, se explica a partir da realidade socioeconômica e histórica dessa cidade, que remota a uma população camponesa cuja origem envolve migrações no período correspondente à frente de expansão. Também, ao crescimento da população urbana em relação a população rural que viabilizou a permanência e recreação dessa prática.

Essa população de origem rural, se enquadra no âmbito de exclusão das políticas públicas que priorizam o bem-estar e o desenvolvimento local, sendo reafirmado na pesquisa de Lopes (2018) que constata a ausência de políticas públicas municipais de amparo aos camponeses. O mesmo autor acrescenta que o papel que instituições como a CPT e CDH assumem, sinalizam para falhas na distribuição de políticas públicas, e que o Estado além de lento, não tem interesse em resolver os problemas agrários. O incentivo à produção de alimentos em área periurbana mostra que o camponês precisa de oportunidades para cultivar, mas no caso desse município, atravessa um grande problema, a concentração de terras.

No que se refere ao grau de escolaridade (Tabela 3), pode-se averiguar que 25% dos respondentes possuem nível fundamental incompleto; 37,5% ensino médio; 12,5% ensino superior e 25% não são alfabetizados.

Tabela 3 – Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados.

Grau de Escolaridade	Número de produtores	Porcentagem de produtores (%)
Ensino Fundamental Incompleto	2	25%
Ensino Médio completo	3	37,5%
Ensino Superior	1	12,5%
Não alfabetizado	2	25%

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

O AU1 com 72 anos e o AU3 com 69 anos cursaram até os primeiros anos do ensino fundamental; o analfabetismo ficou entre os mais velhos, a AU4 que tem 73 anos e o AU8 com 72 anos. O mais jovem dos agricultores urbanos, o AU2 (40 anos), cursou o ensino médio regular, enquanto a AU5 (64 anos) e o AU7 (60 anos) concluíram por meio da educação para jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo.

Tal resultado evidencia que os participantes da pesquisa, responsáveis por promover a agricultura urbana e periurbana na cidade de Ananás, em sua maioria possuem nível educacional baixo e médio, entre eles, apenas um possui ensino superior. Nesse último caso, quanto a qualificação acadêmica, o AU6 destacou que tem graduação em Biologia, e que sua

formação foi importante para ampliar seus conhecimentos sobre o cultivo de hortaliças melhorando suas práticas.

Quando se observa os dados do Censo Agropecuário de 2017, é possível perceber que essa é uma realidade que não é exclusiva da área de estudo, constatou-se que a nível de Brasil, a maioria dos produtores agrícolas possuem apenas o ensino fundamental incompleto (43%), muitos se quer frequentaram a escola (15%), outros frequentaram apenas o nível de alfabetização (14%).

No Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade, ficando concentrado entre a população mais velha. Em 2019, eram quase 6 milhões de pessoas não alfabetizadas com 60 anos ou mais (18,0%). O analfabetismo também reflete as desigualdades regionais, pois as mais elevadas taxas concentram-se nas regiões Norte (25,5%) e Nordeste (37,2%), que também são as regiões com o menor número de concluintes do ensino fundamental (PNAD, 2019).

Fonseca e Carvalho (2021) demonstram que a educação é um direito fundamental, um elemento intrínseco na conquista dos direitos humanos, contudo, a busca pelo poder econômico, a concentração de renda e ausência de oportunidades sociais, são barreiras para a criação de políticas educacionais efetivas. Ainda, acrescentam que a educação é crucial para a consciência do indivíduo, transcorrendo pelas questões políticas, sociais, econômicas, e não menos importante, a ambiental; é necessária como uma prática emancipadora da luta pela igualdade de direitos elementares para o ser humano.

Outro tema importante para delinear o perfil dos participantes da pesquisa, diz respeito à composição do núcleo familiar e fonte de renda. No momento da coleta de dados, foi perguntado a renda familiar mensal que mais se adequa a realidade dos respondentes, os resultados foram descritos na tabela 4.

Tabela 4 – Relação da renda familiar e núcleo familiar.

Produtores	Renda mensal obtida	Nº de pessoas no núcleo familiar	Nº de pessoas que contribuem na renda familiar
AU1	2 salários	2	2
AU2	1 salário	6	1
AU3	2 salários	2	2
AU4	1 salário	3	1
AU5	2 salários	3	2
AU6	3 salários	4	2
AU7	4 salários	4	2

AU8

1 salário

1

1

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

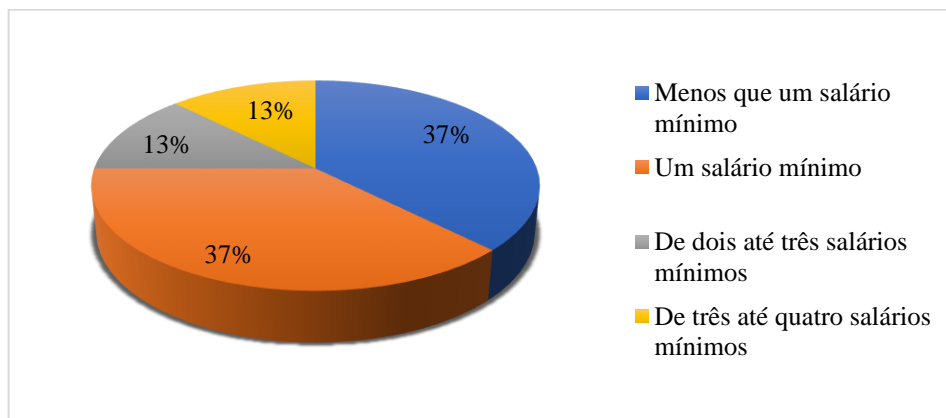
Nas propriedades pesquisadas, a renda mensal variou entre um e quatro salários mínimos¹⁷, os resultados mostram que 37,5% dos participantes tem uma renda mensal de um salário, o mesmo percentual se aplica aqueles que recebem dois. Um dos pesquisados tem renda equivalente a três e outro a quatro salários, o que corresponde respectivamente a 12,5%.

A aposentadoria por idade é quase unanimidade entres os agricultores urbanos e periurbanos de Ananás, é importante destacar que dos oito participantes da pesquisa, seis (75%) auferem desse benefício, destes, cinco (62,5%) revelaram que essa é a sua principal fonte de renda.

As práticas agrícolas urbanas aparecem como principal fonte de renda para três (37,5%), um deles é aposentado e enfatizou que a aposentadoria é apenas complementar; outro revelou que a prática agrícola é complementada com o salário da sua esposa que é servidora pública; e por último, um dos participantes relatou que a criação de animais e cultivo de hortaliças é essencial para a sua sobrevivência, os valores ganhos são somados aos recursos sociais do Auxílio Brasil.

O AU2, AU4 e AU8 são os únicos responsáveis pela renda familiar mensal, já o AU1, AU3, AU4, AU5, AU6 e o AU7 têm a contribuição do cônjuge. Majoritariamente, a agricultura urbana e periurbana é estratégica para a obtenção de renda e complemento das despesas do grupo pesquisado, sendo considerada como a principal atividade financeira. O Gráfico 3 demonstra uma síntese dos recursos obtidos apenas com a prática agrícola urbana e periurbana em Ananás.

Gráfico 3 – Renda mensal obtida com a prática agrícola urbana e periurbana.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

¹⁷ O salário considerado nesta pesquisa, tem como base o valor mínimo de R\$ 1.212,00 definido para 2022, por meio da Lei 14.358/22 publicada no Diário Oficial da União.

Quanto aos recursos obtidos apenas com o cultivo e comercialização de alimentos, constatou-se que a renda da maioria das famílias que praticam e promovem essa atividade não ultrapassam um salário mínimo, ao todo, três produtores conseguem somar ao final do mês menos de um salário e outros três alcançam a renda de um salário. Apenas dois produtores tiram uma média entre dois e quatro salários mínimos.

Comparando os dados sobre a renda familiar com os que se referem aquela obtida apenas com a agricultura urbana e periurbana, constatou-se que cinco participantes (62%) consideraram apenas os ganhos com a aposentadoria como parte da renda familiar mensal, não incluindo em suas respostas o valor obtido com o cultivo de hortaliças e/ou criação de animais.

Notou-se que os que optaram por não incluir essa informação correspondem aqueles que consideraram como renda principal a aposentadoria, tendo em vista que se trata de um salário fixo e que traz segurança financeira, abrindo espaço para novas alternativas de renda, além disso, percebeu-se que a falta de reconhecimento dessa prática no âmbito municipal, foi um fator que interferiu nas respostas.

Os agricultores urbanos e periurbanos participantes desta pesquisa demonstraram insegurança com o desenvolvimento das suas atividades laborais, todos relataram a ausência de apoio e incentivos dos órgãos públicos municipais, gerando assim uma sensação de desproteção por parte do poder público local. Constatou-se que em Ananás não há nenhuma política pública de incentivo a essa prática, os agricultores urbanos e periurbanos são informalizados pelo poder local, na ausência de ações de fomento a essa atividade que traz inúmeros benefícios para a sociedade e para quem a pratica.

Os custos com aquisição de insumos para a construção dos canteiros e produção de hortaliças foram outro ponto de insegurança observado, pois gera impactos na renda, no preço final, e na capacidade de produção. Na pesquisa de Silva, Borges e Silva (2022) foi constatado um aumento no valor dos insumos adquiridos nas cidades circunvizinhas a Ananás, impactando diretamente nos preços das hortaliças produzidas e comercializadas na cidade.

Nas propriedades pesquisadas, a cama de galinha é o principal adubo utilizado para preparar a terra, antes da pandemia era R\$ 100,00 a tonelada, e em 2022 teve um aumento de 150%, passando a ser vendida por R\$ 250,00 (SILVA; BORGES; SILVA, 2022). No relato do AU3 repara-se que esse valor continuou subindo, em janeiro de 2023 a tonelada passou a ser de R\$ 450,00 (0,45/kg), ainda assim, se trata de um preço atrativo se comparado com os de adubos convencionais, mas somado a esse valor, tem o frete que os produtores precisam pagar.

O AU3 enfatizou que está acontecendo uma procura da cama de frango por parte dos fazendeiros da região, essa mesma afirmação apareceu no diálogo com o AU7, na qual destacamos a seguir:

O adubo está muito caro, subiu para 450,00 depois que os fazendeiros descobriram que é bom para o capim do pasto, eles compram tudo, quem mais está comprando é eles. Nós donos de horta compramos pouquinho, e eles [granja] não ficam esperando a nossa procura porque é coisa pouca, já o fazendeiro compra vinte, cinquenta toneladas (Entrevista cedida a autora em 05 jan. 2023).

Os dados coletados demonstram inúmeras limitações da AUP praticada em pequenas propriedades urbanas e periurbanas dessa cidade, gerando insegurança durante todo processo de produção, manutenção da prática e geração de renda. Os ganhos dependem de inúmeros fatores, não há um valor fixo mensal, nesse sentido, todos os elementos mencionados são motivos para que os participantes não tenham incluído essa renda como parte da renda familiar mensal.

É indispensável enfatizar essas inúmeras limitações voltadas para os pequenos produtores, visto que Ananás, é um exemplo de como as ações antrópicas interferem na dinâmica local, pois conforme as elucidações feitas no capítulo 3, se trata de um município com uma grande concentração de terras onde a maior parte do território é utilizado para a pecuária, enquanto isso, a população tem a tendência de produzir alimentos na cidade ou nos espaços que restam para a agricultura com características camponesa.

Foram levantados alguns aspectos gerais relacionados as condições de moradia dos produtores (Tabela 5).

Tabela 5 – Condições de moradia dos participantes da pesquisa.

Relação de propriedade da residência	Porcentagem
Própria quitada	87,5%
Própria financiada	12,5%
Condições das residências dos entrevistados	Porcentagem
Alvenaria	100%
Residência com acabamento	62,5%
Residência sem acabamento	37,5%
Cobertura com telhas	100%
Piso em cerâmica	50%
Piso em cimento	50%
Residência com luz elétrica	100%
Residência murada	87,5%

Residência localizada em rua asfaltada	75%
Residência com água encanada	100%
Residência com esgotamento sanitário	75%
Residência com fossa	25%
Residência com coleta de lixo semanal	100%

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Quanto a relação de propriedade, todos residem em casa própria sendo sete (87,5%) quitadas e uma (12,5%) financiada. O AU8 precisou fazer um empréstimo para pagar durante sete anos, sendo assim descontado R\$ 400,00 da sua aposentadoria para construir sua moradia e viver de forma mais confortável, antes disso, sua casa era feita com madeira aparelhada.

Todas as residências possuem energia elétrica, são construídas com tijolos e cobertas com telhas, mas três (37,5%) não possuem acabamento com alvenaria e quatro (50%) têm o piso feito com cimento; sete (87,5%) são muradas e seis (75%) estão localizadas em rua asfaltada. Quanto as condições sanitárias todas as moradias possuem abastecimento de água residencial e coleta de lixo duas vezes na semana; seis (75%) possuem esgotamento sanitário, enquanto em duas (25%) o esgoto é doméstico (fossas).

Segundo o SNIS (2020), o prestador de serviço de distribuição de água e esgoto de Ananás é o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), 48,46% da população total tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário, sendo 4600 localizadas na área urbana. Entretanto, no relatório Atlas Esgoto elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA, 2017) Ananás possui apenas 17,73% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 22,58% é coletado, mas não é tratado e 59,69% não é tratado nem coletado.

Considerando que a agricultura urbana e periurbana tem um papel importante no contexto do desenvolvimento local, a seguir será apresentado as características dessa prática em Ananás, segundo os aspectos que melhor qualificam as propriedades pesquisadas.

4.2 As unidades de produção pesquisadas

Cumprindo essa primeira etapa de caracterização dos produtores, seguiu-se com os aspectos que melhor definem as suas propriedades. Na tabela 6 é apresentada a relação das áreas por eles utilizadas, focando na dimensão, relação da propriedade e lugar da produção.

Tabela 6 - Caracterização da área utilizada para a produção de alimentos.

Produtores	Área total	Relação da propriedade	Lugar da produção
AU1	2.700 m ²	Própria	Quintal residencial
AU2	900 m ²	Cedida	Chácara
AU3	600 m ²	Própria	Lote
AU4	150 m ²	Própria	Quintal residencial
AU5	3.025 m ²	Própria	Chácara
AU6	2.000 m ²	Própria	Lote
AU7	630 m ²	Própria	Lote
AU8	380 m ²	Cedida	Chácara

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Com relação às dimensões já expressas tabela 6, os tamanhos variam entre 150 m² (menor propriedade) e 3.025 m² (maior propriedade), a maioria delas são próprias (75%), em menor porcentagem tem-se as áreas cedidas para a produção (25%), entre elas, quintais residências, lotes e pequenas chácaras limites com a mancha urbana.

Vale notar que uma das dificuldades encontradas para definir o local da produção é a divisão espacial entre a área urbana e periurbana em Ananás, oficialmente não há nenhuma demarcação específica que defina o que sejam essas áreas, no entanto, observamos durante as entrevistas que para os agricultores urbanos e periurbanos, as áreas maiores onde não há presença de construções e que se limitam tanto com fazendas como com as ruas da cidade são consideradas como chácaras (minifúndios).

A tabela 7 apresenta as informações das pessoas envolvidas na produção nas propriedades dos entrevistados.

Tabela 7 - Caracterização quanto ao número e vínculo das pessoas envolvidas na produção.

Produtores	Nº de pessoas envolvidas na produção	Vínculo das pessoas envolvidas na produção
AU1	5	Filhos
AU2	1	Proprietário
AU3	2	Cônjuge
AU4	1	Proprietário
AU5	5	Filhos
AU6	2	Cônjuge
AU7	1	Proprietário

AU8

1

Proprietário

Fonte: SILVA, M. M. C (2023).

Em 50% das propriedades pesquisadas, o dono é o único envolvido no processo de produção; em 25% o cônjuge se dedica ao plantio e cuidados diários; os outros 25% afirmaram que a participação dos filhos é indispensável para a manutenção dessa prática, no caso da AU1 estes são encarregados da comercialização fora do lugar da produção, agora na propriedade da AU5, cada um dos envolvidos plantam algum tipo de alimento e seu esposo é quem se encarrega de comercializá-los.

A figura 14 ilustra as características da primeira propriedade agrícola urbana identificada.

Figura 14 – Canteiro de hortaliças na propriedade agrícola urbana 1.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Os canteiros retratados na figura 14 são feitos com PVC (policloreto de vinila), um material sintético utilizado para forrar casas, na medida em que as outras propriedades agrícolas forem ilustradas, ficará perceptível que é comum o uso desse elemento em função do baixo custo de investimento e facilidade de manuseio.

Apesar de produzir hortaliças no quintal residencial, durante a entrevista, também foi constatado o plantio de mandioca em uma área cedida por um chacareiro (Figura 15).

Figura 15 – Cultivo de mandioca em área periurbana cedida para a AU1.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

No que se refere a propriedade agrícola urbana 2, são cultivadas hortaliças em canteiros, em sua maioria construídos com madeira (Figura 16).

Figura 16 – Cultivo de hortaliças na propriedade agrícola 2.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Percebe-se por meio da fotografia que essa propriedade fica localizada em uma área envolta de muita vegetação, é importante lembrar que se trata de uma área circunscrita a mancha urbana da cidade que foi cedida apenas para o cultivo de hortaliças. Têm-se canteiros cuja cobertura ainda está em processo de construção e sete recipientes utilizados para o reservatório de água.

Na Figura 17 é possível observar um recorte dos canteiros da propriedade agrícola 3, nessa horta, a cobertura é feita de plástico, no momento do registro fotográfico não estava coberta, pois segundo o proprietário, essa cobertura é feita manualmente apenas quando chove.

Figura 17 – Propriedade agrícola urbana 3.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Esse produtor planta em um lote ao lado da sua residência, percebe-se que os canteiros são diferentes dos retratados nas fotografias anteriores, estes são construídos com tijolos, mas no lado esquerdo, nota-se também a presença de madeiras.

Já na propriedade da AU4 não há nenhuma cobertura para proteger as hortaliças das altas temperaturas ou das chuvas (Figura 18), além disso, essa produtora cria galinhas em seu quintal (Figura 19).

Figura 18 – Propriedade agrícola urbana 4.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Figura 19 – Criação de galinhas na propriedade agrícola urbana 4.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Conforme ilustrado, é perceptivo que o espaço onde os canteiros estão dispostos é bem estreito. Além disso, não têm coberturas o que pode prejudicar as hortaliças no período chuvoso, utiliza-se a palha do babaçu nas mudas evitando a perda total da produção.

É visível a presença de chifres de boi, garrafas com água e tecido vermelho dispostos entres os canteiros, remetendo ao conhecimento tradicional da AU4. Esses elementos são utilizados em plantações camponesas, visando afastar mau olhado e evitar a perda de plantas nos dias de eclipses. A AU4 informou que além da horta, tem um criatório de galinhas no seu quintal, verificou-se *in loco* a presença de muitas aves, a participante disse que cria em torno de 100 galinhas e que foi construído um pequeno galinheiro para que esses animais se abrigam durante a chuva, poleiros nos quais podem dormir, o local onde também são postos os ovos.

Em torno do galinheiro, há uma área aberta, mas murada, onde essas aves passam a maior parte do dia se alimentando de milho e restos de comida colocados constantemente pela produtora. Tanto as galinhas, como os ovos são comercializados na cidade, já o esterco produzido é utilizado para adubar a sua pequena horta.

A horta da propriedade agrícola urbana 5 é totalmente diferente dessa, primeiro porque se trata de uma área onde há um espaço maior para cultivar hortaliças e que fica em um terreno de chácara limite com as ruas de Ananás (Figura 20).

Figura 20 – Propriedade agrícola periurbana 5.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Essa propriedade está localizada em uma área próxima a um ribeirão, os canteiros tem uma estrutura coberta sustentada por cano PVC e concreto, é notável a presença de muitos pés de maxixe crescendo naturalmente pelo chão. A produtora utiliza a palha de babaçu envolta dos canteiros para criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento das hortaliças.

A figura 21 e figura 22 mostram as características da produção agrícola do sexto participante da pesquisa.

Figura 21 – Horta e criação de galinhas na propriedade agrícola urbana 6.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Figura 22 – Canteiros na propriedade agrícola urbana 6.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Nessa horta, os canteiros são cobertos com sombrite, uma tela que beneficia a produção de hortaliças por evitar perdas em função de amenizar a entrada de luz solar e ao mesmo tempo, permitir a passagem de ar e umidade, percebe-se também que é utilizado sacos de fibra brancos como forma de espantar pássaros. Envoltória da horta é aplicada uma tela para evitar que as galinhas, também criadas pelo proprietário, ultrapassem os limites do lote alcançando a área plantada.

Na propriedade do AU7, observa-se uma diversidade de hortaliças plantadas, alguns canteiros são cobertos, outros não (Figura 23).

Figura 23 – Propriedade agrícola urbana 7.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

O dono dessa propriedade apresentou desânimo com a produção de hortaliças, afirmando que plantar é importante, no entanto, a longo prazo se torna muito cansativo porque além do processo de produção, o produtor precisa estar disponível a qualquer horário para atender as pessoas, não há um momento específico para descanso.

No que diz respeito a propriedade utilizada pelo oitavo pesquisado, não foi possível fazer registros fotográficos, pois segundo ele:

Na área eu zelava e plantava, aqui acolá o dono pegava hortaliças. Só que tive que parar, um vizinho disse para o dono da chácara que eu fui na prefeitura fazer documento de cessão de direito, só que eu tava era trabalhando. Se eu arranjar uma terra para plantar, eu não mexia com outro tipo de coisa, cinco linha de terra para mim

estaria boa, eu plantava primeiro coentro, cebola, alface, couve, tudo que fosse verdura eu plantava. Depois ia plantar mandioca, milho e feijão. Meu plano é ficar mexendo aqui no meu quintal, no dia que eu arrumar condição de comprar pelo menos três linhas de chão aí eu vou plantar em outro lugar. Aí foi por causa de fuxico e olho grande porque eu tava produzindo muito, eu saía com uma bacia grande botava na uma na garupa da bicicleta e uma na frente. Tinha vez que eu tirava cinco, seis pacotes numa casa só, eu fazia R\$ 300,00 (Entrevista cedida a autora em 09 jan. 2023).

O participante da pesquisa cultivava em uma área de chácara cedida, e acrescentou que ainda não construiu os canteiros no seu quintal residencial por causa do período chuvoso e da Covid-19, assim que possível pretende iniciar novamente.

O quadro 4 expõe as informações referentes às espécies de alimentos cultivados e de animais criados nas propriedades.

Quadro 4 – Caracterização da produção nas propriedades pesquisadas.

Produtores	Alimentos produzidos
AU1	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), pepino (<i>Cucumis sativus</i>), pimenta (<i>Capsicum spp</i>), pimentão (<i>Capsicum annuum</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), mamão (<i>Carica papaya</i>), laranja (<i>Citrus sinensis</i>), inhame (<i>Dioscorea cayanensis Lam</i>) e mandioca (<i>Manihot esculenta</i>).
AU2	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>) e coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), Galinha caipira (<i>Gallus gallus domesticus</i>) e Codorna (<i>Nothura maculosa</i>)
AU3	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>) e quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>).
AU4	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), rúcula (<i>Eruca sativa</i>) e Galinha caipira (<i>Gallus gallus domesticus</i>).
AU5	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), rúcula (<i>Eruca sativa</i>), pepino (<i>Cucumis sativus</i>), maxixe (<i>Cucumis anguria</i>), quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>), jiló (<i>Solanum gilo Raddi</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>), mandioca (<i>Manihot esculenta</i>) e milho (<i>Zea mays</i>).
AU6	Galinha caipira (<i>Gallus gallus domesticus</i>), alface (<i>Lactuca sativa</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), rúcula (<i>Eruca sativa</i>), salsa (<i>Petroselinum crispum</i>), jiló (<i>Solanum gilo Raddi</i>), quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>), maxixe (<i>Cucumis anguria</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>) e mandioca (<i>Manihot esculenta</i>).
AU7	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), salsa (<i>Petroselinum crispum</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>) e couve (<i>Brassica oleracea</i>).
AU8	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), rúcula (<i>Eruca sativa</i>), jiló (<i>Solanum gilo Raddi</i>), quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>), pimentão (<i>Capsicum annuum</i>), Beterraba (<i>Beta vulgaris esculenta</i>) e cenoura (<i>Daucus carota</i>).

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Verificou-se que em todas é produzido coentro, alface, cebolinha e couve, segundo os entrevistados, esses são os vegetais mais utilizados na alimentação das famílias ananaenses e

com maior procura, na sequência tem a rúcula e o quiabo que são produzidos em 50% das propriedades.

Em 37% delas é cultivado o jiló; o maxixe e o pimentão aparecem em 25%. A salsa é plantada em pequenas quantidades apenas pelo AU6 e AU7, trata-se de um alimento pouco consumido em Ananás, mas vem despertando interesse pelas suas propriedades diuréticas. O milho é produzido apenas na propriedade da AU5, lugar onde há uma área maior, expandindo a possibilidade de diversificar ainda mais a produção. Constatou-se que entre os entrevistados três criam galinhas, sendo que um deles também cria codornas.

Ficou evidente uma diversificação da produção dos agricultores urbanos e periurbanos de Ananás, observou-se que essa característica de plantar culturas diversas e/ou específicas está associada diretamente a disponibilidade de espaço, por exemplo, é mais provável que em pequenos lugares sejam cultivados alimentos de ciclo curto como as hortaliças que são a produção majoritária, em detrimento de vegetais, leguminosos maiores e criação de animais.

A partir do arcabouço teórico deste trabalho, é possível perceber que a AUP tem grande importância para as famílias produtoras de alimentos, mas também apresenta benefícios para a sociedade em geral, Nakamura e Ranieri (2021) apontam que um problema crucial para o desenvolvimento dessa atividade é o acesso a água. A tabela 8 foi construída pensando em verificar como ocorre a irrigação nas áreas utilizadas pelos entrevistados.

Tabela 8- Caracterização da irrigação das culturas utilizadas nas propriedades.

Origem da água para irrigação	Porcentagem
Rede geral de distribuição de água	25%
Poços	62,5%
Lagos, represas ou córregos	12,5%
Sistemas de irrigação	
Manual	100%

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Os dados evidenciaram que 62,5% têm poços; 12,5% utilizam reservatórios para evitar qualquer situação que prejudique a plantação, abalando conseqüentemente a comercialização; a rede geral de distribuição de água é utilizada por 25%. Na cidade de Ananás a falta de água é constante e os agricultores procuram diversos meios para que isso não interfira na qualidade/na produção de hortaliças, percebe-se que a maioria utiliza poços, ainda há agricultores que criam sistemas para o aproveitamento/armazenamento da água (Figura 24).

Figura 24 – Lago na propriedade agrícola periurbana 5.



Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

A AU5 com a ajuda dos filhos fez um lago em sua propriedade localizada perto da rede de distribuição da cidade, esse lago foi construído a partir da canalização da água descartada no ambiente, reaproveitando-a após os reservatórios da SAAE serem lavados.

De acordo com o SNIS (2020), 8.591 habitantes, ou seja, 90,51% da população do município tem acesso aos serviços de abastecimento de água. Na zona rural, 87,62% (1.451 pessoas) tem acesso a esse serviço, e 91,1% (7.140 pessoas) da população urbana são atendidas. Os problemas nos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais, aos moldes dos aspectos gerais apresentados no capítulo 3, podem desencadear impactos diretos sobre a vida da população nas áreas urbanas, no caso dessa cidade, o acesso é limitado devido as faltas de água que são diárias e podem durar de três dias a mais.

O acesso a esse recurso é essencial para que qualquer atividade agrícola aconteça, quando essa prática é realizada em áreas intraurbanas ou periurbanas, a falta dela torna-se um gargalo, o reuso da água faz parte da categoria de produção apresentada por Santandreu e Lovo (2007) como forma de melhor compreender a AUP.

Por fim, apresenta-se no quadro 5 os dados relativos aos canais de comercialização utilizados pelos participantes da pesquisa.

Quadro 5 – Locais de comercialização dos alimentos produzidos nas propriedades.

Produtores	Locais de comercialização
AU1	Propriedade, ruas da cidade e de porta a porta
AU2	Propriedade e na feira livre
AU3	Propriedade
AU4	Propriedade
AU5	Propriedade, ruas da cidade e de porta a porta
AU6	Propriedade, ruas da cidade, feira livre e frutarias
AU7	Propriedade e porta a porta
AU8	Propriedade, ruas da cidade e de porta a porta

Fonte: SILVA, M. M. C (2022).

Todos os agricultores urbanos e periurbanos comercializam na própria propriedade, seis deles tem mais que um canal de comercialização variando entre as ruas da cidade, a entrega de porta a porta e a feira livre. Apenas um, esporadicamente comercializa em estabelecimentos como frutarias e lanchonetes; ficou nítido que a feira da cidade (Figura 25) não apresenta uma grande expressividade quando se trata da escolha como canal de comercialização para a maioria dos produtores.

Figura 25 – Vista da feira coberta Raul José Batista, em Ananás.



Fonte: SILVA, M. M. C (2021).

A feira de Ananás tem uma estrutura visivelmente atrativa, é cercada por grandes e possui banheiros, só que não há uma delimitação específica ou com bancadas para os usuários.

Produtores enfatizaram que antigamente não havia uma feira assim, o comércio era realizado a céu aberto nas principais vias da cidade, onde as pessoas passavam pela rua e já compravam diretamente o produto.

Em alguns relatos, ficou claro que esse espaço não é uma opção de comercialização por variados motivos, segundo a quinta participante da pesquisa, é baixa a procura por hortaliças na feira coberta; o informante oito afirmou que um agricultor urbano disse que na feira não havia espaço para ele, demonstrando a desunião entre esse seguimento; o sétimo entrevistado disse que durante a pandemia a feira passou a ser foco apenas da comercialização de carne suína, como constatado na pesquisa de Silva, Borges e Silva (2022).

Em função da pandemia a feira coberta de Ananás passou dois anos fechada, no dia 23 de abril de 2022, em um momento onde há uma diminuição de casos da Covid-19, também ano eleitoral, ocorreu a sua reabertura contanto com a participação de pré-candidatos a deputados estaduais, representantes políticos do município e formuladores de políticas públicas.

Foi proposto uma programação de palestras sobre a concessão de crédito fundiário; emissão da Declaração de Aptidão do produtor rural (DAP), documento que identifica os Agricultores Familiares e suas formas de organização (associações e cooperativas); que seriam conduzidas pelo extensionista rural local, a quem cabe acolher as dúvidas e dificuldades do pequeno produtor, auxiliá-los, promover capacitação, e garantir a assistência técnica necessária.

A feira foi referenciada como um espaço de apoio e incentivo à comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores de Ananás, então a programação seguiria com palestras sobre as boas práticas na manipulação de alimentos vegetais e animais, ministrada pela coordenadora de vigilância sanitária municipal. Essa programação não aconteceu de fato, as palestras amplamente anunciadas na cidade ficaram em último plano, transformaram-se apenas em comunicados.

Não foi mencionada nenhuma política pública de incentivo a AUP, e nem alternativas concretas para incentivar a produção de alimentos na área urbana e periurbana. Houve a ideia de valorização dos agricultores do município e sua participação nas decisões, mas notou-se que nenhum representante dos pequenos produtores estava presente.

Ressalta-se que não há uma associação focada na produção agrícola urbana, nem união para reivindicar melhorias ou apoio técnico e logístico. Os produtores trabalham individualmente, a AU5 usou a expressão “cada um por si” para definir a organização dos agricultores urbanos; a AU1, o AU4, o AU6 e o AU7 foram enfáticos ao falar que escolhem não procurar a prefeitura porque não pretendem dever favores políticos; e o AU8, disse que o apoio que recebem é a cobrança de impostos de coleta de água, energia, lixo residencial e IPTU

que não falham, mas sente falta de retornos enquanto apoio para o desenvolvimento de suas atividades laborais e infraestrutura urbana.

Constatou-se uma valorização no plano do discurso, onde as dificuldades enfrentadas pelos produtores são reconhecidas, mas são inexistentes soluções concretas e políticas públicas municipais, existem apenas as políticas federais que contemplam o local, mas a maioria dos produtores ficam de fora pela capacidade de produção ser limitada na ausência de um apoio municipal. Quanto aos agricultores urbanos e periurbanos, durante a reabertura da feira, não houve nenhum indício de que haveria iniciativas para fomentar as suas atividades laborais. Pensando nisso, o próximo item traz um panorama dessa abordagem em perspectiva ao desenvolvimento local.

4.3 Reflexões sobre a AUP na possibilidade do desenvolvimento local em Ananás

Neste item nos atemos à necessidade de refletir sobre o foco de pesquisa como possibilidade de desenvolvimento local para Ananás como argumentos, por entendemos que as condições levantadas dos produtores, por si só, expressam tanto a ousadia empreendedora dos mesmos, por um lado, quanto, em contraste, a falta de interesse e vontade política por parte, principalmente do poder público local, conforme a realidade levantada a campo nesta pesquisa. Neste sentido, julgamos que nossas reflexões servem, pelo menos como ponto de partida para futuras incursões de maior aprofundamento e, quem sabe, algum grau de inserção junto ao segmento dos agricultores urbanos e periurbanos.

Os dados são analisados a partir das constatações feitas durante a execução da pesquisa, onde foi possível conversar sobre os desafios e obstáculos enfrentados pelos produtores (Quadro 6) e por fim, realizar algumas aproximações na possibilidade do desenvolvimento local.

Quadro 6 – Desafios e oportunidades da AUP em Ananás.

Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de oportunidade financeira; - Falta de oportunidade técnica; - Ausência de capacitação técnica; - Alto custo para o investimento na construção e/ou manutenção de canteiros; - Ausência de transporte para a compra de esterco ou adubos; - Perda da produção no período chuvoso; 	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de renda; - Terapia ocupacional; - Satisfação por ter autonomia no trabalho; - Contribuição com a saúde urbana; - Aproveitamento de espaços para a produção de alimentos; - Alimentos com bom padrão de qualidade ambiental;

<ul style="list-style-type: none"> - Aumento no valor das hortaliças; - Ausência de espaço para o cultivo; - Constante falta de água na cidade; - Pandemia da Covid-19; - Ausência de organização (associação, representatividade); - Falta de união, dificultando a solução de problemas e reivindicação de melhorias; - Desânimo diante da desvalorização e falta de reconhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática se dá por necessidades econômicas, e pela tradição cultural; - Água disponível (poço artesiano); - Comercialização diversificada; - Experiências oriundas da zona rural; - Manutenção da tradição do cultivo na cidade.
---	---

Fonte: SILVA, M. M. C (2023).

Apesar da AUP trazer pontos positivos para a cidade, é preciso levar em conta que as realidades das famílias que se dedicam a produção de alimentos são diversas, as condições de moradia, espaço, ausência de água para irrigação, falta de políticas de incentivo ao financiamento, estruturação organizacional do segmento, apoio logístico, aumento da tarifa residencial quanto a água, luz, falta de recursos para comprar o adubo, a semente ou fazer a manutenção dos canteiros, podem tornar inviáveis a produção de alimentos.

A agricultura urbana e periurbana é uma saída possível para melhorar a qualidade de vida das pessoas, daí considerar seus benefícios enfatizados nas multifuncionalidades e dimensões contempladas nas pesquisas de Santandreu e Lovo (2007) e de Curam e Marques (2021), convergem com a ideia de reaver as questões sociais reclamando por um espaço menos excludente, onde as políticas públicas locais valorizem a AUP como uma atividade própria do desenvolvimento.

Os dados levantados e analisados corroboram com o arcabouço teórico produzido nos capítulos 1 e 2, no sentido de que o município deve buscar a sintonia com outros órgãos a nível estadual/federal buscando resolver os problemas relacionados ao emprego, renda e qualidade de vida da população. Uma perspectiva de gestão pautada no desenvolvimento local envolve a necessidade de incluir a sociedade civil como parte indispensável do processo, isso significa que a gestão do território deve superar as fragilidades nas iniciativas socioeconômicas, na maioria das vezes de caráter paliativo (ALBURQUERQUE, 2004).

A AUP nos diversos moldes tem uma característica de resistência, a organização social e produtiva é indispensável; cita-se aqui as experiências enfatizadas no capítulo 2, em Paraná, foi por meio da reivindicação política dos produtores e da sociedade em geral, que essa prática ganhou notoriedade no Brasil e no mundo, considerando as injustiças do poder local em impedir o uso de espaços públicos para o cultivo de alimentos em nome do planejamento urbano que

obedece a ordem imperativa global e não as demandas locais. Ao mesmo tempo, a visibilidade consequente da reivindicação da população por um espaço mais justo, fez com que o poder local criasse uma lei que regularizasse a agricultura urbana.

Em Palmas, têm-se experiências positivas quando se observa a existência de espaços comunitários para o cultivo de hortaliças na cidade, apesar da necessidade de melhorias, são iniciativas onde o poder local caminha no sentido de oferecer pelo menos o mínimo de suporte para os produtores, bem como, o adubo necessário para as hortas, a disponibilidade de um veículo para o transporte desse adubo e a compra de sementes.

Outro ponto, refere-se as instituições que empreendem projetos no sentido de oferecer suporte técnico em regiões ou locais esquecidos pelas ações da FAO, destacou-se as universidades e institutos federais em parceria como o governo brasileiro, caminhando juntos no sentido da produção de materiais físicos/audiovisuais informativos e criação de projetos visando o incentivo e a valorização da AUP no Tocantins.

Pensando nisso, citou-se o exemplo de relevantes ações de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH) e as Organizações Não Governamentais (Ongs), na luta contra as desigualdades sociais, na possibilidade de criar iniciativas que venham contribuir com o desenvolvimento local. Segundo as histórias de vida levantadas, há famílias no âmbito da AUP, anteriormente, que se sujeitaram a trabalhar em condições precárias como imposição à sua sobrevivência, realidade mudada com a inclusão de políticas públicas a partir das demandas dos atores locais.

O desenvolvimento precisa ser encarado como um fato socioeconômico, político cultural e ambiental, cuja função dos órgãos municipais é criar e assegurar as condições necessárias para isso, passando pela educação, pelo fomento a essas atividades, pela distribuição da renda e valorização do saber cultural, portanto, com a sociodiversidade local (ALBURQUERQUE, 2004).

Aqui, concorda-se que não existe valorização dos recursos territoriais que sobreponha a cultura, assim, a sociodiversidade englobará as várias dimensões vividas pelos atores sociais responsáveis por promover a agricultura urbana e periurbana em Ananás.

Revisitando os conceitos abordados por Furtado (1974), tal como a sua contribuição para a compreensão da formação econômica e política brasileira, entende-se que esse autor aponta para a necessidade de uma mudança na lógica do desenvolvimento segundo a acumulação de capital e reprodução dos padrões de consumo das minorias. Isso significa que um desenvolvimento que contemple as diversas camadas da sociedade não pode prescindir dos investimentos em educação, formação técnica, científica e distribuição de renda. É imperativo

que as esferas políticas coloquem como prioridade a satisfação da população em educação, cultura, lazer, produção econômica, pensando assim, na melhoria da qualidade de vida e o consequente bem-estar social.

Esse conjunto de situações visando o bem-estar da população inclui a AUP, a qual é multifacetada e por isso trata-se de um conceito em aberto que adquire dimensões específicas quando pensadas num contexto de urbanização de uma metrópole, de uma cidade média, ou em uma cidade pequena, como é Ananás. Quando Tornaghi (2014) defende a necessidade de analisar que o contexto regional de um país está relacionado diretamente com as transformações da realidade, especialmente no que tange a produção de alimentos nas cidades, enfatiza-se que a conjuntura política e econômica, deve incluir a necessidade de pensar o país como um todo, valorizando as iniciativas locais.

Considerando a ausência de espaço para os participantes da pesquisa plantarem, a concentração fundiária presente no município de Ananás e o desejo de adquirir uma terra própria para produzir alimentos diversificados, fica claro que as políticas públicas voltadas para o acesso à terra, para a garantia da produtividade e abastecimento do mercado, são falhas nesse contexto socioespacial.

Apesar dessas dificuldades, notou-se por meio das observações de campo que o bem-estar dos entrevistados está muito mais relacionado às suas conquistas individuais no âmbito das suas práticas agrícolas, do que com o aumento da renda em si, no entanto, a ausência de incentivos e reconhecimento de suas práticas são fatores que fazem com que essas pessoas se sintam desmotivadas em determinados momentos e que a maioria dos familiares não desejem prosseguir com a produção para a comercialização em momentos futuros.

Isso nos faz refletir que esse segmento parece priorizar mais uma vida movida pelas relações de bem-estar que associem autonomia econômica, política e cultural; a dimensão econômica apenas compõe a vivência, assim como a política, a cultural e a ambiental. Nesse sentido, entende-se haver uma aproximação da possibilidade do desenvolvimento local em Ananás com as considerações trazidas no âmbito da atual globalização em que é possível, na premissa da política, fazer a resignificação da atual ordem informacional global, em ordem comunicacional local, fazendo assim, da globalização uma oportunidade de desenvolvimento local.

Quando se referencia Santos (2006), ao tratar da questão da “força do lugar” bem como da ordem global *versus* ordem local, essa reflexão se abre com maior clareza, o qual afirma que é preciso aproveitar as aberturas da atual globalização em termos do que ela oferece quanto às novas tecnologias de informação, da produção de ação política no que propõe como a ordem

informacional global ressignificada em uma nova ordem, a comunicacional, cujo significado é exatamente a capacidade e o dever que o Estado tem de adaptar os imperativos globais em benefício da ordem local, e assim evitar uma espécie de perversidade que a globalização impõe aos lugares.

Neste sentido parece oportuno lembrar o trajeto histórico, sociológico, cultural dos agricultores urbanos e periurbanos de Ananás, cujas iniciativas não são acompanhadas pelo poder público, já que os produtores não tem apoio a recursos técnicos, financeiros, políticos e econômicos para se desenvolverem e ao mesmo tempo promoverem o desenvolvimento local, quer seja na maior oferta de alimentos frescos e saudáveis, incentivos quanto à logística de transporte da produção a outros locais de referência como a cidade de Araguaína, cujo apoio poderia potencializar a escala da produção para fora da cidade.

Também, lembra-se do incentivo como parceria com os agricultores na própria gestão ambiental da cidade; quanto à preparação das áreas (adubação) e manejo de pragas, oferta de serviços na preparação do solo, melhor acolhimento dos produtos, incentivos quanto a tributos urbanos cobrados das áreas produtoras, o que poderia incentivar aumento do número das áreas cultivadas. Estas são algumas das medidas que poderiam ser tomadas pelo poder público na possibilidade do desenvolvimento local em consonância ao proposto por Santos (2006).

As reflexões de Santos (2006) não permitem quaisquer espaços de justificativas para a inércia e descaso para com as possibilidades locais, pois todos os lugares, na atualidade, são potenciais ao desenvolvimento, desde que o “carro-chefe” da política sobreponha a técnica, ou seja, é a partir das decisões políticas, das legislações associadas à vontade política, que os lugares podem e devem saber aproveitar as inúmeras iniciativas, as quais partem da sociedade local como um todo, em seus diversos segmentos, na forma da inclusão política, econômica, cultural e ambiental, nesse sentido, sumo ao que este mesmo autor, Santos (2020) afirma, ao pensar sobre o modelo brasileiro, que é preciso buscar o desenvolvimento socioterritorial em detrimento do modelo político econômico.

A lacuna de descaso do poder público para com os agricultores urbanos e periurbanos é verificada nas impressões destes ao afirmarem que a prefeitura municipal não dispõe sequer de um trator para o preparo das áreas, coisa que não acontece em relação a grandes fazendeiros que são beneficiados facilmente pelos favores do Estado local. É preciso ter a isonomia do Ente Público como premissa, na possibilidade do desenvolvimento local. Os agricultores urbanos e periurbanos não devem ser vistos nem considerados como segmento à margem da economia, sobretudo no âmbito da Agricultura Urbana e Periurbana como temática que vem ganhando

relevância em todo o mundo, sobretudo diante do fenômeno da urbanização, particularmente a brasileira como vimos no capítulo 1 desta pesquisa.

Neste sentido ela sem sombra de dúvidas, deve ser levada a sério pelo poder público local como um novo campo econômico, de mercado de trabalho, mas também como componente da gestão espacial, mesmo que na maioria dos casos também reflita o esvaziamento das populações do campo e isso vem se evidenciando tanto nas metrópoles, cidades médias como nas cidades locais como é o caso de Ananás.

No bojo das situações elencadas, pensando a possibilidade do desenvolvimento local, sob a ótica de Santos (2006), cabe ao poder público incentivar a organização política, como premissa das demais situações de possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, a organização política pode demandar associações de produtores, cooperativas, instituições que fortaleçam o segmento na sua produção e comercialização e até mesmo industrialização. Vale mencionar como reforço que as decisões quando são tomadas e coordenadas a partir do Estado local, o nível de aceitação e legitimação tende a ser maior; essa é a cultura política que tem se perpetuado ao longo do tempo, como o próprio Santos (2006) preconiza. Para ele é o Estado que tem a premissa do território-nação, por meio de sua constituição se reproduzindo nos níveis inferiores como os estados federados e os municípios.

Ananás, cuja história é marcada por migrações de populações camponesas, em busca de terras para trabalho, registra hoje em seu perímetro urbano a grande maioria dos agricultores oriundos dessas populações do passado anterior aos anos das décadas de 1950. A essas populações migrantes que Martins (1997) denomina de frente de expansão, em grande parte expulsas das terras para trabalho, pelo que este mesmo autor chama de “frente pioneira” a partir da década de 1940, restou-lhe a área urbana de Ananás para buscar a sobrevivência.

Parece plausível que uma das formas de reparar as mazelas deixadas pelo modelo político econômico excludente solidificado sobretudo a partir do período da ditadura militar, o qual é denunciado por Celso Furtado como mito do desenvolvimento, seja a criação de oportunidades locais como as que aqui afirmamos. Nessa linha da possibilidade do desenvolvimento local, cidades locais como Ananás podem gerar condições para que seus agricultores urbanos e periurbanos produzam mais e melhor, sejam parceiros até mesmo na gestão da paisagem urbana, desde que o poder público local encampe isso como um projeto na possibilidade do desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, a intenção é apresentar pontos importantes da pesquisa quanto aos objetivos, os quais foram materializados e atendidos nos desdobramentos da mesma, na produção de quatro capítulos compondo o corpo do desenvolvimento. Assim, a intenção é trazer uma autoavaliação do próprio processo da pesquisa em suas metas alcançadas.

Reprisando aspectos importantes desta pesquisa, apontou-se inicialmente que a agricultura urbana e periurbana transcende os seus próprios conceitos mais usuais. Esta deve estar relacionada a possibilidade de amenizar problemas urbanos, principalmente, na oportunidade de geração de renda e segurança alimentar e nutricional. Destacou-se que além das extensas listas de funções e dimensões assumidas nas pesquisas acadêmicas, é preciso olhar para um contexto mais amplo que busque responder minimamente os motivos da presença dessa prática nas cidades brasileiras.

Contextualizou-se a agricultura urbana e periurbana numa perspectiva crítica às políticas voltadas apenas ao crescimento econômico do Brasil, valendo-se da ideia do “mito do desenvolvimento” na realidade aplicada ao modelo brasileiro. Nesse sentido, procuramos aproximá-lo também há uma abertura na globalização para ressignificação da atual ordem informacional global, à ordem comunicacional local e assim, pensar a possibilidade de um desenvolvimento socioterritorial equilibrado.

A agricultura urbana e periurbana em Ananás, não está fora do contexto geral de urbanização que envolve o país; percebeu-se que essa cidade se insere no contexto histórico de efetivação dos governos militares em que a região norte tocaninense foi diretamente afetada, e não está excluída do contexto de políticas econômicas regionais como as que cuidaram do crescimento econômico, tão somente, no âmbito da região Centro-Oeste, onde Tocantins foi vinculado como norte goiano, e mais recentemente no âmbito da Amazônia, após a criação do Tocantins.

Foi possível verificar ao longo da pesquisa que a agricultura urbana e periurbana, na realidade de Ananás, é evidência das vulnerabilidades sociais deixadas pelas macropolíticas brasileiras, ficando claro, quando se notou que o município concentra suas terras, um bem primordial para a produção de alimentos diversos, nas mãos de latifundiários. Confirmando isto, destaca-se uma população migrante do campo para a cidade, seja dentro da própria região Norte, como também de regiões como o Nordeste e Centro-Oeste para Ananás, sempre motivados pela busca de condições de vida que proporcionasse o bem-estar por meio da renda e acesso a esse bem primordial à vida.

A cidade de Ananás aparece como *lócus* da manutenção das práticas culturais camponesas, registrando hoje [2023] uma grande maioria de agricultores com histórias e origens relacionadas ao passado, marcado pela expansão populacional e migrações do campo para a cidade. Considerando essas abordagens, entendemos que foi possível alcançar, em bons termos, a proposição de discutir o conceito de agricultura urbana e periurbana e sua conexão com a conjuntura das políticas econômicas brasileiras, cujo contexto da região Norte abarcou de forma particular o Tocantins e especificamente Ananás.

No período atual, essa população do segmento dos agricultores urbanos e periurbanos, em função da idade, passa a ter dificuldades para continuar com suas atividades laborais relativas à prática de cultivo, uma vez que produzir alimentos exige tempo e disposição física, seja para a manutenção de canteiros, preparo da terra, e até mesmo disponibilidade para atender, a qualquer hora do dia a população que compra seus produtos.

A agricultura urbana e periurbana realizada em Ananás, é uma forma de complementar a renda das famílias, no entanto, não garante um valor fixo mensal, sendo condicionado a vários fatores percebidos localmente. Primeiro, destacou-se a informalização por parte do poder público local ausente quanto a incentivos à produção do segmento da AUP, numa clara miopia de gestão, seja por ignorância ou omissão; outros obstáculos consequentes disso, verificados, dizem respeito a falta de oportunidade técnica e financeira; ausência de espaços para cultivo; necessidade de subsídios para o transporte de adubos; desvalorização e falta de reconhecimento dessa atividade que traz retornos para a cidade no ponto de vista da saúde, economia, valorização cultural e ambiental paisagística.

Sob a ótica das possibilidades de desenvolvimento local, a AUP traz oportunidades percebidas ao longo da pesquisa, como a geração de renda; satisfação como resultado da autonomia no trabalho desenvolvido pelos produtores; alimentos com um excelente padrão de qualidade ambiental, considerando que o cultivo de hortaliças não utiliza agrotóxicos, o que repercute diretamente na saúde urbana; e o aproveitamento de espaços para a produção de alimentos.

Os alimentos produzidos nas propriedades pesquisadas são consumidos e comercializados na própria cidade, a AUP abastece o mercado local (frutarias e lanchonetes) oferecendo hortaliças frescas e saudáveis, os canais de comercialização são a feira livre, as vendas realizadas nas ruas e na própria propriedade, numa relação que repercute não só na manutenção e preservação cultural dessa prática, como também na economia.

Diante das entrevistas, constatou-se que não existe uma associação voltada para a organização social desse segmento, além disso, há uma certa desunião entre os produtores no

que tange a busca por melhorias pautadas nas suas reivindicações, notou-se que isto está relacionado a ausência de oportunidades para a AUP e as próprias condições políticas municipais, cuja prática assistencialista, é o principal fator de resistência do segmento na reivindicação dos seus direitos básicos enquanto cidadãos.

Creemos que nossa justificativa foi plausível, ao afirmarmos que no contexto regional do norte tocantinense reina a contração fundiária somada as práticas modernas de uso da terra para o mercado financeiro. E a agricultura camponesa depende de terra disponível para cultivo de alimentos, sofrendo uma pressão para que a produção se volte para os espaços que restam, como o quintal residencial, o lote urbano e áreas cedidas no entorno das cidades. Rever e discutir as pautas públicas na possibilidade de incrementar às políticas de planejamento e gestão do território, iniciativas que fortaleçam essa prática, é um passo necessário para o desenvolvimento da AUP em Ananás.

É preciso pontuar, durante o processo da pesquisa, a dificuldade de acesso a dados referentes a agricultura urbana e periurbana, tendo em vista a ausência de informações oficiais ou de alguma organização/associação que respondesse pelos anseios em comum do segmento populacional pesquisado. Por esse motivo, o levantamento de dados foi condicionado ao interesse em expressar suas impressões e disponibilidade de tempo para participação.

Outro aspecto importante, percebido durante as entrevistas, foi a forma como os participantes buscaram se esquivar de emitir impressões sobre o poder público local, foi possível retirar das observações e falas elementos que remetam a necessidade de suporte técnico e produtivo, porém, percebeu-se claramente que a sensação de desmotivo prolongada por décadas de invisibilidade, fizeram com que estes não dessem respostas diretas ou precisas quanto aos elementos importantes para o desenvolvimento da AUP em Ananás. Assim, algumas questões foram apenas tangenciadas neste trabalho e merecem estudos futuros mais aprofundados.

Afirmamos que apesar dos entraves para o levantamento de dados e construção desta pesquisa, conseguimos alcançar as metas propostas nos objetivos específicos, caracterizando os agricultores urbanos e periurbanos, suas propriedades, a produção, comercialização, notando a ausência de organização social, por fim, na medida do possível, oferecendo reflexões quanto as potencialidades e desafios locais de desenvolvimento.

A AUP em Ananás é uma atividade importante para o desenvolvimento local, na medida que converge com as questões sociais, políticas e econômicas da cidade, incluindo as várias dimensões vividas pelos atores sociais; os agricultores urbanos e periurbanos não devem ser tratados e nem considerados como um segmento à margem da sociedade.

Ao longo deste estudo, percebeu-se que o Tocantins, não tem um olhar para esse campo de produção e temática como fator importante para o desenvolvimento local, isso se dá, ao fato das iniciativas de políticas públicas para esse segmento serem escassas e em alguns municípios, como é o caso da área de estudo, se quer existirem.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista CEPAL**, v. 4, n. 82, 2004. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10946/082157171.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ANANÁS. Decreto legislativo nº 005 de 2016. **História antiga e moderna de Ananás**. Disponível em: <https://www.ananas.to.gov.br/municipio>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ARAÚJO, Juliana Moraes. **Desenvolvimento sustentável e apropriação do espaço a partir da agricultura urbana em Belo Horizonte**. 2020. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2020.

BARQUERO, V. **Desarrollo Económico Local y Descentralización: aproximación a un marco conceptual**, Madrid, 1998.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling**. *Sociological Methods & Research*, vol. nº 2, p. 141-163, 1981.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 de janeiro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L1806.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. **Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2018, 138, n. 29, p. 1 -3. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Portaria%20n.%20467%20-%20Institui%20o%20Programa%20Nacional%20de%20AUP%20e%20suas%20retifica%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo modelo brasileiro de desenvolvimento. **Revista Dados**, v. 14, n. 55, p. 122-145, 1974. Disponível em: https://pesquisa-eaes.pesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_o_novo_modelo_brasileiro_de_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRITO, A. M. **Agricultura Urbana como instrumento de desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen: um estudo em hortas na cidade de Araguaína - TO**. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Norte

do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Araguaína, 2020.

BRITO, M. A.; MESQUITA, O. V. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. **Revista brasileira de geografia IBGE**, ano 44, n.0 1, p. 3 - 49, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n1.pdf. Acesso em: 15 dezembro. 2021.

CÂMARA, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; GARRIDO, J. SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling. *Computers & Graphics*, v. 20, n. 3, p. 395 – 403, 1996.

CAMARGO, B. Horta comunitária gera renda a público vulnerável à escravidão. **Repórter Brasil**, São Paulo, 07 jul. 2008. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2008/07/horta-comunitaria-gera-renda-a-publico-vulneravel-a-escravidao/>. Acesso em: 24 set. 2022.

CAMPOS, F. S.; TRAVASSOS, L. R. F. C. Agricultura urbana: entre a sociedade e a natureza. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal, 2019. **Anais do Encontro Nacional de pesquisadores em planejamento urbano e regional**. Natal: UFRN, 2019. p. 1-15.

CARVALHO, E. V. *et al.* Evolução do setor florestal no Tocantins. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, Ano XXVIII, n. 1, p. 45-54, jan./mar. 2019.

CASCAVEL. Lei nº 6874, de 16 de julho de 2018. **Institui o "Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Cascavel" e Dá Outras Providências**. Câmara Municipal de Cascavel, PR, 19 de julho de 2018. Disponível em: [LeisMunicipais.com.br \(gpp-pr.org.br\)](https://leismunicipais.com.br/ggp-pr.org.br). Acesso em 17 jun. 2021.

CATSOSSA, L. A. Prosavana em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade. **Revista Nera**, v. 22, n. 47, p. 382-412, 2019.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. (2021). Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35. n. 101, 2020, p. 209-224.

DA SILVA, G. O. **Desenvolvimento Local e Agricultura Urbana e Periurbana no Bico do Papagaio: Análise da Percepção dos Produtores em Augustinópolis - TO**. 2022. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Araguaína, 2022.

DOURADO, N. O paradigma do bem-viver: do desenvolvimento alternativo à alternativas ao desenvolvimento. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/100721>. Acesso em: 18 jan. 2023.

EMBRAPA. **Recomendações técnicas: plantas invasoras em pastagem**. Belém, 2001.

FAO. **Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e No Caribe: Uma Realidade**. Roma: FAO, 2010. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/AUPenALC-BrochureIPES_FAO-portugues_low.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.

FAO. **Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región**. Roma: FAO, 2014.

FAO. **La agricultura urbana y periurbana**. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <https://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/inicio.htm>. Acesso em: 05 out. 2022.

FAPTO. Governo Federal divulga livro com receitas e dicas para aproveitamento de alimentos produzido pelo IFTO, Tocantins, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://fapto.org.br/ultimasnoticias-2538-governo-federal-divulga-livro-com-receitas-e-dicas-para-aproveitamento-de-alimentos-produzido-pelo-ifto#:~:text=A%20parceria%20entre%20o%20Minist%C3%A9rio,2019%20a%20junho%20de%202022>. Acesso em: 24 set. 2022.

FAVARETO, A. (Org.) **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças, v 8, n.1, p. 13 – 31, 2018.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: Introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da qualidade, 2022. p. 12-32.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. 3 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/2interdisciplinaridade_necessidade.pdf. Acesso em: 10 março. 2021.

FONSECA, F. R. A.; CARVALHO, A. C. B. Considerações sobre a importância da educação na amenização da pobreza e desigualdade social. In: FREIRE, J.; CARVALHO, D.; MELO, J (Orgs). **Educação, pobreza, desigualdade social e direitos humanos**. Palmas: EDUFT, 2021. p.43-52.

FORSTER, T. HUSSEIN, K. MATTHEISEN, E. Sistemas alimentares urbano-regionais: uma abordagem inclusiva e integrada para melhorar os sistemas alimentares e as ligações urbano-rurais. **Revista de Agricultura Urbana**, Leusden, v?, n. 29, p. 12 – 19, 2015.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, L. S.; TRINDADE JÚNIOR, S. C. A silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína: implicações socioespaciais sob a ótica do meio técnico-científico-informacional. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, v. 24, n. 1, p. 279-305, jan-abr 2021.

IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio De Janeiro: IBGE: 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 08 maio 2022.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio De Janeiro: IBGE: 1991/2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=downloads>. Acesso em: 01 abr. 2021.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio De Janeiro: IBGE: 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados: Tocantins**. IBGE, 2021. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Tocantins | Panorama](#). Acesso: 10 abr. 2022.

IBGE. **PNAD Covid-19**. Rio De Janeiro: IBGE: 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso: 05 out. 2022.

IBGE. **Projeções da População**. Rio De Janeiro: SIDRA/IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso: 10 jun. 2021.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil: vidas dilaceradas**. Curitiba: Appris, 2018.

LOPES, A. P.; SILVA, G. M. O assentamento luar do sertão na cidade de Ananás – TO: à inclusão das famílias vítimas da escravidão por dívida no Bico do Papagaio. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 31582–31594, 2022. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/47173>. Acesso em: 3 out. 2022.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MATINHOS. Lei nº 2030/2019, de 11 de março de 2019. **Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Matinhos (PMAUP) e dá outras providências**. Câmara Municipal de Matinhos, PR, 11 de março de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2019/203/2030/lei-ordinaria-n-2030-2019-institui-a-politica-municipal-de-agricultura-urbana-e-periurbana-de-matinhos-pmaup-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10 de ago. 2022.
- MDR. **Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS Série Histórica** Brasília, 2020. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> . Acesso em: 03 out, 2022.
- MELO, B. C. E. *et al.* Panorama da agricultura urbana nos planos diretores das capitais do Brasil. In: XIX Encontro Nacional da ANPUR, 2022, Blumenau. **Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Blumenau: FURB, 2022. p. 1-20.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC. **Projeto Hortas Pedagógicas**, Brasília, 30 jun. 2022. Disponível em: [Projeto Hortas Pedagógicas — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/projeto-hortas-pedagogicas). Acesso em: 24 set. 2022.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- MOUGEOT, L. JA. **Urban agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Cities feeding people series; rept. 31, 2000.
- NAKAMURA, A. C.; RANIERI, G. R. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.
- NUNES, L. L. M. **Gestão de cidades e sustentabilidade: um estudo da agricultura urbana em Imperatriz (MA)**. 2018. 110f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento Gestão e Negócios, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.
- OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, J.; SORRENTINO, M. A utopia pós-pandemia de COVID-19: dignidade humana e a transição ecológica como paradigma de reconstrução social. In: CASTRO, D.; SENO, D. D.; POCHMANN, M (Orgs.). **Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente**. São Paulo: 2020, p. 178-188. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em 15/08/21.
- OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não Entregar-Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas SP, Editora Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, S. C. **Processo de Formação do Município de Ananás - TO**. 2014. 32f. Monografia – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2014.
- PDDS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ananás**. Tocantins: Prefeitura municipal de Ananás, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, C. V. **Amazônia, Amazônias**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. V. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

PRIMO, G. A *et al.* Mapeamento e caracterização da agricultura urbana no município de Gurupi - TO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 4, p. 212 - 219, 3 out. 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Documento Referencial Geral: Belo Horizonte: 2007. 89 p. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENA, K. C. L. **A Agricultura Urbana na cidade de Araguaína: o estudo de 4 (quatro) hortas nos bairros: Nova Araguaína e Setor Couto Magalhães**. 2016. 71f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN/TO). Diretoria de Pesquisas e Informações Econômicas. **Perfil socioeconômico dos municípios: Ananás**. 2021. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348471/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, J. A. **Agricultura urbana em Teresina: o rural que permanece na cidade**. 2014. 230f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2014.

SILVA, M. M. C.; BORGES, T. P.; SILVA, A. R. Impactos da Pandemia da Covid-19 na produção de hortaliças em Ananás (TO), entre os anos de 2020 e 2021. In: XIX Encontro Nacional da ANPUR, 2022, Blumenau. **Anais do Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Blumenau: FURB, 2022. p. 1-17.

SILVA, M.; MENDES, M.; GUEDES, L. A Agricultura Urbana em Ananás/TO: Subsídios para a Segurança Alimentar e Geração de Renda. **Revista Geografia em Questão**. v 14, n.1, p. 77-97, 2021. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24538>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, R. A. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína - TO**. 2016. 181f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

SORRENTINO, P. P.; MAZIVIERO M. C. Contribuições à construção da política pública de agricultura urbana a partir do caso de Curitiba. In: XIX Encontro Nacional da ANPUR, 2022, Blumenau. **Anais do Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Blumenau: FURB, 2022. p. 1-27.

SOUSA, R. P. O. **Agricultura Urbana em Goiânia (GO)?**. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2019.

SOUSA, T. O.; BAZZOLI, J. A.; DELGADO, C. Agricultura Urbana e alimentação: Hortas Urbanas Em Palmas (TO). **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 18, n. 2, p. 89 - 111, 25 maio 2021.

SOUZA, P. H. G. F. *et al.* **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

SPERANDIO, A. M. G. *et al.* Cidades pequenas e agricultura urbana no contexto da pandemia Covid-19. **Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 6, n. 20, p. 312-327, 2022.

SPOSITO. M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551–567, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0309132513512542>. Acesso em: 10 abr. 2022.

UGEDA JÚNIOR, J. C. Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 101 – 116, 2014.

VEENHUIZEN, R. V.; DANSO, G. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Roma: FAO, 2007. 109 p. Disponível em: <https://www.alnap.org/help-library/profitability-and-sustainability-of-urban-and-peri-urban-agriculture>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: OLHE PARA A FOME. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: Insegurança alimentar e Covid-19 do Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: OLHE PARA A FOME. Acesso em: 05 out. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE A - FORMULÁRIO PARA A COLETA DE DADOS JUNTO AOS AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS DE ANANÁS/TO

DADOS DA PESQUISA

Instituição: Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT Campus de Araguaína

Curso: Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire

Título: Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em Ananás, Norte do Tocantins

Pesquisadora responsável: Maria Marciene Costa da Silva

Nº do Questionário: _____

Data de aplicação: ____/____/____

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Endereço: _____

2. Contato: _____ 3. Estado Civil: _____

4. Sexo: () Masculino () Feminino 5. Idade: _____

6. Cidade/Estado de Origem: _____

7. Grau de escolaridade:

() Não alfabetizado;

() Ensino Médio Completo;

() Ensino Fundamental Incompleto;

() Ensino Técnico;

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Superior Incompleto;

() Ensino Médio Incompleto;

() Ensino Superior Completo

8. Reside em Ananás (TO) há quanto tempo? Desde que ano? _____

9. Qual alternativa se adequa mais a sua renda familiar mensal:

() Menos de 1 Salário Mínimo

() mais de 3 até 4 Salários Mínimos

() de 1 até 2 Salários Mínimos

() Mais de 4 Salários Mínimos

() mais de 2 até 3 Salários Mínimos

10. Qual a renda mensal obtida apenas com o cultivo de alimentos e/ou com a criação de animais? _____

11. Essa é a sua principal atividade financeira? _____

13. Recebe outro tipo de renda mensal? Qual a natureza? Quanto?

NÚCLEO FAMILIAR

14. Você tem Filhos? () SIM () NÃO Se sim, quantos? _____

15. Quantas pessoas moram na casa (incluindo você): _____

16. Quantos membros da família contribuem com a renda mensal? _____

17. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais?

() SIM () NÃO.

18. Se a resposta anterior for sim. Qual Programa Social são beneficiários?

() Aposentadoria () Pensão () Bolsa Família () Outros _____

CONDIÇÕES DE MORADIA

19. Quanto as condições de sua moradia, assinale as alternativas que melhor condizem com a realidade:

a) a casa em que você e sua família reside é:

() Emprestada ou cedida () Alugada () Financiada () própria já quitada

b) A sua casa é:

() de alvenaria, mas sem acabamento () de alvenaria com acabamento () de madeira

() de barro () de palha () Outros _____

c) O piso da sua casa é:

() Chão batido () Cimento () Cerâmica () Outros _____

d) Quanto as condições de saneamento:

A sua casa possui () esgotamento sanitário () fossa rudimentar () Fossa séptica () outro _____

A fonte de água da sua residência é:

() Encanada () Poço Artesiano () Poço artesanal () Outros _____

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

20. Qual dessas atividades você pratica?

() Criação de aves ou animais de pequeno porte

() cultivo de hortaliças, legumes, raízes ou grãos.

() pratico as duas atividades.

21. Quais espécies animais e vegetais são criados ou cultivados? _____

22. A área onde desenvolve a atividade é:

própria alugada cedida emprestada arrendada outro

23. Qual a área da propriedade? _____

24. Quantas pessoas estão envolvidas na produção? _____

25. Qual o seu vínculo com as pessoas envolvidas na produção?

26. Qual a origem da água para a irrigação das culturas?

poço córrego rede geral de distribuição/abastecimento urbano outro

27. Em caso de plantios, qual sistema de irrigação utiliza?

manual artesanal mecanizado

28. Utiliza defensivos agrícolas ou inseticidas? SIM NÃO. Em caso positivo, qual?

natural químico

29. Qual o destino dos alimentos produzidos?

apenas por lazer para o consumo e para a
 apenas para o consumo comercialização.
 apenas para a comercialização para a produção de medicamentos

30. Onde é feita a comercialização? Pode marcar mais de uma opção.

no lugar da produção supermercados
 nas ruas da cidade em outros municípios
 porta a porta em outro estado
 na feira livre

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

31. Participa de alguma associação/cooperativa?

sim não. Se a resposta for SIM, qual?

32. Há alguma ajuda técnica para a produção? SIM NÃO. Se a resposta for sim, esse suporte é de natureza pública ou privada? _____

33. Com que frequência você consegue assistência técnica para produção?

Semanalmente De vez em quando
 1 vez ao mês Nunca
 Mais de uma vez ao mês
 Anualmente

34. Você já pensou em parar de cultivar alimentos e/ou criar animais? () SIM () NÃO. Se a resposta for sim, qual o motivo?

35. Você faz parte de algum programa governamental como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Compra direta? () SIM () NÃO. Se a resposta for sim, qual? _____

36. Tem alguma lei ou projeto **municipal** que incentiva a produção, comercialização e consumo dos alimentos produzidos pelos agricultores urbanos em Ananás?

() SIM () NÃO

37. Você tem acesso alguma política pública de incentivo a prática agricultura na cidade, incentivo à produção, a comercialização e a renda? () SIM () NÃO. Se a resposta for sim, qual/quais?

APÊNDICE

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADA AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

1. Qual motivo o (a) levou a iniciar com a Agricultura Urbana em Ananás? Antes você já teve contato/experiência com outra forma de agricultura?
2. Seus pais ou algum familiar te inspiraram a plantar?
3. Antes da produção agrícola na cidade, qual era o seu trabalho?
4. Conte-me um pouco sobre a sua rotina de trabalho: como e por quem é decidido o que será plantado e quando será cultivado?
5. Como é feito o controle de pragas e insetos na sua plantação?
6. No caso de horticultor: Como você prepara a terra para o plantio? Quais adubos são utilizados e como você consegue esse adubo?
7. Como e onde é feita a comercialização de alimentos? O que mudou durante a pandemia da Covid-19?
8. O que esse trabalho representa para você e como você se sente quando está trabalhando?
9. Vocês recebem ou já receberam algum apoio do município?
10. Em sua opinião, quais as principais dificuldades que o agricultor urbano enfrenta em Ananás (TO)?
11. Com relação as dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos, em sua opinião, o que tem sido feito e/ou deveria ser feito para melhorar isso?
12. Quais as suas impressões sobre a importância da produção de alimentos na cidade e para Ananás?
13. Quais as suas impressões sobre a prefeitura, você acredita que há uma valorização e reconhecimento quanto a importância do trabalho de vocês?
14. Vocês se reúnem ou em já se reuniram em algum momento com outros moradores que produzem alimentos na cidade? Verificar se há alguma comunicação entre eles e entre a prefeitura.
15. Você pensa em aumentar a produção? Como e por quê?

ANEXO

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFT

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Agricultura Urbana na perspectiva do desenvolvimento local: potencialidades e desafios em Ananás, Norte do Tocantins

Pesquisador: MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56403622.4.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.591.445

Apresentação do Projeto:

O trabalho propõe pesquisar a prática da Agricultura Urbana em Ananás (TO), levando em consideração as políticas de desenvolvimento regional/local, verificando a forma como estas políticas afetaram a constituição de Ananás e o fenômeno da agricultura urbana, compreendendo o nível de organização social e produtiva, estratégias de produção e comercialização realizada pelos agricultores urbanos, além dos desafios e das possibilidades desse fenômeno na referida cidade. O motivo que nos leva a estudar a temática envolve o contexto de conflitos referentes à terra e a agricultura, que ao longo do tempo tem deixado marcas no Norte Tocantinense, tratando-se de situações que por certo perpassam a vida dos agricultores urbanos de Ananás, há poucos estudos sobre Ananás, reforçando a importância da pesquisa. A coleta de dados será realizada através de entrevistas e questionário, os dados coletados vão constituir o capítulo de aproximação teórico-prática.

Hipótese: A agricultura urbana em Ananás pode ser contextualizada, em âmbito geral e particular do Brasil, pensando a questão da apropriação da terra, o processo recente de urbanização e as políticas de desenvolvimento regional implementadas, que trouxeram desafios para a agricultura, inclusive aquela praticada nas cidades. Em Ananás o fenômeno da agricultura urbana se relaciona às políticas de desenvolvimento regionais brasileiras e do norte tocantinense e tem potencial para o desenvolvimento local dessa cidade.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.591.445

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar e compreender a agricultura urbana em Ananás (TO), no contexto das políticas públicas de desenvolvimento no Norte do Tocantins/Amazônia brasileira, tendo em vista as potencialidades e desafios locais de desenvolvimento.

Objetivo Secundário:

- Analisar a agricultura urbana no contexto das políticas econômicas brasileiras e regionais, na particularidade do norte tocantinense, com foco em Ananás.
- Caracterizar a agricultura urbana em Ananás considerando aspectos socioeconômicos, como o nível de organização social e produtiva, estratégias de produção e comercialização realizada pelos agricultores urbanos, no âmbito do desenvolvimento local.
- Contribuir com políticas públicas locais, por meio da reflexão teórica/prática no âmbito de abrangência da agricultura urbana em Ananás, destacando/contribuindo no diagnóstico das potencialidades e desafios em perspectiva ao desenvolvimento.

Critério de Inclusão:

- A inclusão de participantes terá como critérios: ser adulto (acima de 18 anos), as relações de aproximação aos participantes da pesquisa serão construídas mediante o estreitamento das relações sociais com pessoas próximas a eles e a pesquisadora. Após esta etapa os desdobramentos seguem nas indicações entre os participantes, a livre e espontânea participação se faz como critério de inclusão, sempre prezando pela privacidade do entrevistado.

Critério de Exclusão:

- Caso durante os procedimentos de coleta de dados ou em algum momento da pesquisa o participante se sinta desconfortável, constrangido, exposto, inibido, com medo, vergonha ou receio de revelar alguma informação, ele será excluído da pesquisa. Sentimentos como invasão de privacidade, recordações negativas relacionadas a sua trajetória de vida ou prática da agricultura urbana e estigmatizações negativas serão evitadas e caso o entrevistado apresente algum sinal de desconforto a relação será interrompida e este (a) excluído (a) da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos e/ou impactos da pesquisa não possuem poder de ferir os direitos dos

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.591.445

entrevistados, entretanto, pode causar algum desconforto na existência de perguntas que abordam sobre suas condições sociais, culturais, financeiras, patrimoniais, entre outras características que se fizerem presente. Os riscos da pesquisa aos participantes se apresentam na ordem da timidez ou vergonha de participar da pesquisa, uma vez que ao se levantar informações que sejam elas de trabalho ou pessoais, muitos não queiram se abrir para perguntas. A requisição da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será solicitada após a leitura do mesmo junto ao agricultor urbano para que esteja ciente das informações contidas em tal documento. Será esclarecido ao agricultor urbano a fim de evitar qualquer transtorno, que o quadro de informações coletadas não fugirá ao contexto da pesquisa, sem nenhuma individualização de informações, visando assegurar a integridade e manter-se-á o anonimato das informações, com sigilo e caráter confidencial. Ainda, quanto aos riscos e/ou impactos, buscar-se-á manter o contato com os entrevistados e dispor de aconselhamento em toda e qualquer dúvida ou manifestação que desejem expressar. Nada fugirá do questionário aprovado mediante parecer do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP.

Buscando minimizar os riscos, esta pesquisa garantirá o acesso integral aos resultados individuais e coletivos do estudo para todos os participantes [entrevistados]. Outras ações/estratégias serão realizadas para minimizar possíveis desconfortos na aplicação das perguntas, como: 1) assegurar um local reservado e liberdade para o entrevistado não responder as questões; 2) estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto dos entrevistados; 3) garantir a integridade dos documentos; 4) respeitar as impressões dos participantes da pesquisa; 5) assegurar a confidencialidade, privacidade, proteção da imagem e a não utilização das informações em prejuízo dos participantes; e/ou das comunidades, no que tange as questões sociais, econômicas, políticas, culturais e emocionais. Assume-se a responsabilidade de dar assistência integral aos participantes da pesquisa, com suspensão imediata do estudo em caso de risco ou danos à saúde, além disso, garantimos o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos. Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo e conforme acordado no TCLE.

Benefícios: Quanto aos benefícios aos participantes, eles terão a oportunidade de falarem sobre as suas vivências históricas, expressando seus sentimentos, anseios e perspectivas sobre sua história de vida e a experiência com a agricultura urbana. Por meio da pesquisa novos desdobramentos podem surgir para a coletividade pesquisada, bem como políticas públicas a nível de município e estado que venham contribuir com a valorização da prática da agricultura urbana em Ananás e

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.591.445

consequente melhoria da qualidade da produção e comercialização local.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Projeto de pesquisa é vinculado ao Curso de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os itens obrigatórios de acordo com a Norma Operacional 001/2013, item 3.4.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Reitera-se que, conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1906431.pdf	17/06/2022 09:50:19		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Marciene.doc	17/06/2022 09:48:19	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_autorizacao_uso_imagem_voz.doc	17/06/2022 09:46:23	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_Questionario.doc	17/06/2022 09:45:05	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.doc	17/06/2022 09:42:07	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.591.445

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Brochura_Investigador.doc	17/06/2022 09:41:14	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP_V2.docx	17/06/2022 09:36:18	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CEP_Marciene.docx	03/03/2022 07:07:51	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.doc	03/03/2022 07:05:39	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_aplicacao_Questionario.doc	02/03/2022 10:51:02	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Projetomestrado_Marciene_integra.docx	02/03/2022 10:42:48	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Autorizacao_do_Campus_assinado.docx	02/03/2022 10:39:21	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Formulario_submissao_Protocolos_Pesquisa_Marciene.doc	02/03/2022 10:38:21	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	justificativa_direcionamento_preenchimento_instituicao_proponente.doc	02/03/2022 10:36:48	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_para_Registros_Fotograficos_Sonoros_e_Audiovisuais.doc	02/03/2022 10:33:54	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_fase_inicial.docx	02/03/2022 10:32:03	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.doc	02/03/2022 10:31:03	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_do_orientador.docx	02/03/2022 10:29:42	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Pesquisadora.doc	02/03/2022 10:23:53	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Pesquisa_Marciene.doc	02/03/2022 09:58:46	MARIA MARCIENE COSTA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 19 de Agosto de 2022

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

ANEXO

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em Ananás, Norte do Tocantins**, responsabilidade da pesquisadora **Maria Marciane Costa da Silva**, do Curso de **Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire** da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Campus de Araguaína/Cimba. Nesta pesquisa, pretendemos realizar um estudo sobre a agricultura urbana em Ananás (TO) buscando compreender a importância que esse fenômeno adquire nessa cidade, o objetivo é analisar a prática da agricultura urbana realizada nessa cidade tendo em vista as potencialidades e os desafios locais de desenvolvimento.

O motivo que nos leva a estudar a temática envolve o contexto de conflitos referentes a posse da terra, que ao longo do tempo tem deixado marcas no Norte Tocantinense, tratando-se de situações que por certo perpassam a vida dos agricultores urbanos de Ananás e a possibilidade de haver diversas práticas de agricultura urbana em Ananás. Há poucos estudos sobre Ananás, reforçando a importância da pesquisa, além do lugar de fala da pesquisadora que é ananásense, a possibilidade de ouvir os agricultores urbanos e de algum modo contribuir com a valorização e visibilidade dessa prática.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada no local onde é praticado a agricultura urbana; gravação de áudio que corresponde ao registro das respostas da entrevista; registro fotográfico; estudo de campo e aplicação do questionário. A participação nesta pesquisa ocorre por meio da resposta verbal e/ou escrita da entrevista e do questionário, sem gerar impactos a atividade laboral diária dos participantes. A pesquisa de campo será realizada no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro de 2022, o tempo de participação na entrevista e de resposta do questionário não excederá 30 minutos.

Ressaltamos, que os riscos envolvidos na pesquisa não têm poder de ferir os direitos dos participantes, entretanto, há possibilidade de causar algum desconforto na existência de perguntas que abordam sobre suas condições sociais, culturais, financeiras, patrimoniais, entre outras características que se fizerem presente. Os riscos da pesquisa se apresentam na ordem da timidez ou vergonha de participar da entrevista, uma vez que ao levantar informações que sejam elas de trabalho ou pessoais, muitos não queiram se abrir para perguntas. Ainda, quanto aos riscos e/ou impactos, buscar-se-á manter o contato com os entrevistados e dispor de aconselhamento em toda e qualquer dúvida ou manifestação que desejem expressar.

O quadro de informações coletadas não fugirá ao contexto da pesquisa, sem nenhuma individualização de informações. Quanto aos benefícios, os participantes terão a oportunidade de falar sobre suas vivências, expressando seus sentimentos, anseios, perspectivas sobre a história de vida e

experiência com a agricultura urbana. Por meio da pesquisa, novos desdobramentos podem surgir para a coletividade pesquisada, bem como políticas públicas a nível de município que venham contribuir com a valorização da prática da agricultura urbana em Ananás, conseqüente melhoria da qualidade da produção e comercialização local.

Estarei atenta a qualquer sinal manifestado pelos participantes da pesquisa, tal como: desconforto, exposição, medo, vergonha, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade e recordações negativas. Sentimentos como estes serão evitados, caso durante os procedimentos de coleta de dados ou em algum momento da pesquisa o participante se sinta desconfortável, a entrevista será interrompida.

Para minimizar esses possíveis riscos, algumas medidas e cautelas serão adotadas pela pesquisadora, como: garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizar desconfortos, garantindo um local reservado na hora de responder ao questionário e liberdade para decidir responder ou não qualquer pergunta; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem se não autorizada, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes; assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os agricultores urbanos pesquisados; assumir o compromisso de comunicar às autoridades municipais os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de trabalho da coletividade.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pela pesquisadora. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, seu nome, qualquer dado material e/ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão, o (a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora por meio do telefone **(63) 992200797 (WhatsApp)**, como também via e-mail: marcienesilva.geo@gmail.com. Dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, o(a) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP/UFT) no endereço: Prédio do Almoxarifado, Campus de Palmas – TO ou pelo telefone **(63) 3229-4023** nos seguintes horários de atendimento: segundas e terças-feiras, das 14h às 17h, quartas e quintas-feiras, das 9h às 12h e sextas-feiras não havendo atendimento ao público. Atendendo também via cep_uft@uft.edu.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos faz parte das atribuições da Universidade Federal do Tocantins, no tocante ao apoio e incentivo aos projetos de pesquisa realizados dentro dessa instituição pública. Tudo com o objetivo de atender as normas da ciência, a ética na realização da

pesquisa e assegurar a excelência científica. O constante apoio aos projetos de pesquisa realizados na UFT/UFNT trouxeram ao longo dos anos muitos benefícios a sociedade em geral.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, na **cidade de Araguaína - TO**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos na sala da **Secretária acadêmica** do Curso de **Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais** da UFT, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____,
fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **Agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local em Ananás, Norte do Tocantins**, de maneira clara e detalhada esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu (registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu (registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Assinatura do participante da pesquisa

Data

ANEXO**ANEXO C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, _____,
AUTORIZO o uso de minha imagem e voz, no projeto intitulado AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ANANÁS, NORTE DO TOCANTINS. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) outdoor; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica ou digital. Por ser esta a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e/ou voz, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ananás, _____ de _____ de 2022